

Margarida Amélia de Sá Vieira Mouta

Linguagem, transgressão e disfuncionalidade:

uma abordagem enunciativo-pragmática
do humor na comunicação verbal

Porto 1996

Margarida Amélia de Sá Vieira Mouta

**Linguagem, transgressão e disfuncionalidade:
uma abordagem enunciativo-pragmática
do humor na comunicação verbal**

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 49143
Ex. 2
Data 07 / 03 / 19 97

**Dissertação de Mestrado
em Linguística Portuguesa Descritiva
variante A**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

043M

M 8932

2x.2

Porto 1996

Agradeço a todos os colegas e amigos que, com o seu bom humor, se aliaram aos meus esforços na concretização deste trabalho. O seu contributo foi valioso não só pelas inúmeras anedotas que me forneceram e que ajudaram à constituição do meu *corpus*, mas também pelos laços de cumplicidade que souberam tecer à minha volta.

À Prof. Doutora Fernanda Irene dirijo uma palavra muito especial de agradecimento pelo interesse que manifestou pelo tema, pela leitura atenta que envolveu críticas e sugestões e sobretudo pela forma como me ajudou a levar tão a sério o humor.

*"Il vaut mieux traiter du rire que des larmes
Parce que le rire est le propre de l'homme."*
François Rabelais

"Essentiellement ce dont le rire procède est la communication"
Georges Bataille

*"En contrepartie du besoin de s'exprimer s'inscrit, dès la petite enfance, l'irrépressible
envie de jouer des mots. Comment l'homme ne jouerait-il pas de cette aptitude qui l'oppose
à tout le vivant?"*
Claude Hagège

ÍNDICE

Introdução	1
Cap. 1 - O Humor: Origem, definição e evolução do conceito	8
Cap. 2 - Algumas perspectivas de abordagem teórica do humor	15
2.1. A teoria social do riso (Bergson)	17
2.2. A interpretação psicanalítica do <i>dito de espírito</i> e do humor (Freud)	21
2.3. A explicação do humor como base cognitivista (Koestler)	29
2.4. O humor na perspectiva da comunicação verbal	31
Cap. 3 - Estatuto social da comunicação humorística	35
3.1. Parâmetros de codificação cultural	38
3.2. O humor e a gestão das interações sociais	40
Cap. 4 - Estatuto transgressor do humor na linguagem	44
4.1. Humor e disfuncionalidade nos jogos de linguagem	45
4.2. O jogo com base na relação significante/significado	50
4.2.1. Invenção verbal	50
4.2.2. Homofonia, homonímia e paronímia	52
4.3. O jogo com base no significado: ambiguidade e polissemia	62
Cap. 5 - Estatuto da referência na enunciação humorística	71
5.1. Ambiguidade e construção da referência no enunciado humorístico	72
5.2. Deixis, referência situacional e referência co(n)textual	79
5.2.1. Sujeito enunciador e construção da referência situacional	79
5.2.2. Recursos deícticos e anafóricos na construção da referência co(n)textual	83
5.3. Deixis fictiva e narração humorística	87

Cap. 6 - Estatuto do <i>não-dito</i> na comunicação humorística	95
6.1. Conteúdos implícitos e inferência humorística	96
6.1.1. Implicações convencionais	99
6.1.2. Pressupostos e subentendidos	101
6.2. Ironia verbal e estratégia humorística	112
6.2.1. A ironia como <i>tropo</i> semântico e pragmático	115
6.2.2. Ironia e actos ilocutórios	121
Cap. 7 - Estatuto cooperativo da comunicação humorística	126
7.1. Humor e violação das máximas de conversação	127
7.2. Distanciação e envolvimento do locutor	131
7.3. Transgressão e cooperação	137
Conclusão	140
Bibliografia	144

Introdução

Pretendo, neste trabalho, integrar a problemática específica do humor no estudo da comunicação verbal encarada como um conjunto de códigos complexos em estreita correlação com os falantes e os imperativos da vida social.

A vertente lúdica e criadora de transgressão das normas do “bom uso” convida à exploração de zonas da linguagem onde reina o implícito e onde se realiza o humor. Polissemia, ambiguidade, pressuposição e subentendido reúnem condições privilegiadas que se conjugam na construção do humor verbal.

Num percurso que conciliará a teoria da enunciação com a análise dos actos de linguagem, pretendo, com este trabalho, determinar em que medida os recentes desenvolvimentos da Linguística no campo enunciativo-pragmático contribuem para esclarecer a concepção de humor verbal e enriquecem a sua análise no discurso.

A lógica transgressora do humor projecta-nos para lá dos limites impostos pelas formas estabelecidas que determinam a lisibilidade do mundo. O universo onde, pela via dessa lógica, nos instalamos, é o universo inquietante da descoberta lúdica, em que a cada passo nos confrontamos com produções em que o sentido se perturba.

O locutor humorista é, por excelência, um manipulador do sentido. Ao lançar o repto para a descoberta, ele convida o interlocutor a seguir o seu jogo, levando-o a balançar entre duas ou mais interpretações que mutuamente se atraem e se excluem.

Neste conjunto de reflexões prévias se baseia a estruturação do meu trabalho, em que me proponho fazer a análise de alguns aspectos do funcionamento dos enunciados humorísticos e a descrição de alguns dos mecanismos que estão subjacentes à obtenção do humor verbal.

A reflexão teórica foi acompanhada pela observação e pela escolha sistemática de anedotas que constituem o *corpus* deste trabalho. Para além de ter feito o registo de anedotas de que me fui lembrando, recorri também ao contributo de algum material escrito reunido em colectâneas e às achegas trazidas pelo convívio entre amigos que, no reconto oral, possibilitaram a inclusão no *corpus* de algumas das anedotas que vieram a revelar-se de maior utilidade para a minha pesquisa. Mas se o riso, como diz Bakhtine, não recusa o sério, antes o purifica e o completa, tornou-se necessário estruturar a recolha feita de modo a que ela pudesse integrar-se nas preocupações específicas deste trabalho.

Os critérios que presidiram à organização e selecção dessa recolha tiveram sobretudo presente o objectivo de ilustrar os fenómenos analisados. Nem sempre a consecução desse objectivo permitiu conjugar a pertinência da ilustração com a “qualidade” e a “subtileza” do humor, facto que justificará o convívio desigual de anedotas mais sugestivas com outras de menor efeito humorístico. O critério de “ilustração” justifica igualmente que o *corpus* surja

integrado no texto, na sequência das observações teóricas suscitadas pela especificidade dos recursos humorísticos apresentados.

Objecto fluido, o humor parece resistir às tentativas dos estudiosos que buscam aprisioná-lo na rigidez de uma definição. Poderíamos ser levados a concluir *ab initio* que o conceito de humor, parecendo estar condenado a evocar o que escapa à realidade sensível dos factos, se arrisca a tornar-se homólogo do seu objecto, isto é, a situar-se na fluidez de sistemas plenos de subtilidade que tornam difícil (senão impossível) a tarefa de o distinguir de todas as outras manifestações que a ele se associam, tais como a ironia, o sarcasmo ou a sátira.

Sem pretender entrar no debate filosófico em torno da questão da possibilidade de definir o humor¹, julgo ser pertinente, numa etapa preliminar da investigação linguística sobre o humor, especificar o que se entende sobre essa noção.

Tal facto não invalida, porém, o reconhecimento de que pretender limitar o estudo do *humor* à caracterização histórica do termo, seria ignorar que uma perspectiva descritiva implica não só o seu valor lexical e semântico como também o seu valor conceptual. Tentarei, pois, num primeiro momento, proceder a uma breve incursão pelo “passado” da noção de humor. Tal perspectivação é, a meu ver, uma etapa necessária para o esclarecimento do estado presente do conceito. Se o humor comporta uma estrutura própria que carece de ser analisada, subjacente a essa estrutura estão os estádios de um passado de que é resultante e sobre os quais importa reflectir. Procederei

¹ Ver Escarpit, R. (1960:5-7)

igualmente à caracterização de algumas das principais interpretações que visam a teorização do humor, no intuito de dar uma visão, ainda que sumária, do tratamento de que essa noção tem sido alvo.

Resultante de um processo sofisticado de “fabricação”, o humor apresenta-se como o produto de uma actividade pluridimensional no seio da qual se afirma a sua dimensão social. Inscrever o humor no quadro mais vasto da comunicação humana implica, pois, instituí-lo como fenómeno passível de ser decodificado pela sua inteligibilidade social e cultural e considerá-lo como uma forma de comunicação particular, comportando um sistema próprio.

De todas estas constatações, resulta evidente que *o humor é um fenómeno eminentemente comunicativo* em íntima relação com o contexto situacional social e cultural, contexto cujo conhecimento é essencial à informação subsidiária da mensagem humorística. No caso particular do humor verbal, esta inter-relação estende-se ao co-texto, implicando um conhecimento do jogo de associações das palavras e das relações intrafrásicas que se estabelecem no enunciado e que está obviamente em co-relação com o conhecimento partilhado da língua e das convenções culturais.

Se é lícito que antropólogos e sociólogos se interroguem sobre a natureza e os efeitos do humor quando integrado na cultura e na história, é igualmente legítimo que o linguista se interrogue sobre o fenómeno humorístico quando este radica na linguagem e no uso (subversivo) que dela fazem os falantes. Se o riso é próprio do homem, o uso da linguagem também é apanágio exclusivo da natureza humana. Sabendo que o sujeito que ri é também um locutor, cabe ao linguista procurar a definição e a explicação dos

mecanismos que relevam do facto de o riso dos homens se articular com o seu estatuto de locutores e com a experiência da actividade linguística que desenvolvem. Neste sentido, procura-se, neste trabalho, uma abordagem da especificidade do humor verbal, na tentativa de dar conta das implicações que um certo trabalho *sobre* a língua pode ter na obtenção do prazer que a comunicação humorística proporciona.

Para além de jogar com a materialidade da língua e com os seus sistemas incontornáveis, o jogo humorístico entre substância fónica e significado possui também a capacidade de conferir ao enunciado uma eficácia pragmática, uma vez que pressupõe a actualização no discurso de um sentido diferente daquele para que aponta a literalidade do enunciado. Um sentido que se constitui, *em contexto*, como o verdadeiro sentido do enunciado pois lhe assegura a coerência interna e a adequação externa. Nesta perspectiva, importa, pois, que o levantamento das ambiguidades contidas no enunciado humorístico se inscreva num quadro teórico de uma Linguística que encare inseparavelmente a língua e a acção e tenha em conta a relação necessária de que fala Culioli, “/.../ entre une théorie de l’activité de langage et une théorie de l’analyse des langues” (Culioli, 1987:5).

A necessidade de encontrar um quadro teórico que privilegie ao mesmo tempo língua e discurso conduz à escolha, como modelo operativo, de um modelo pragmático de análise, o que nos reenvia para a problemática do locutor, especificando, ao nível do discurso, a noção de sujeito. Deste quadro teórico partirá a minha reflexão sobre a especificidade da referência humorística.

Sabemos, desde os trabalhos de Austin (1962) e de Searle (1969) que falar não é só produzir uma troca de informações mas é sobretudo efectuar actos de linguagem, o que pressupõe uma forma de agir sobre o destinatário, controlando, em função de regras precisas, a situação de comunicação. Distanciado das concepções que pensavam a língua como simples veículo ou instrumento ao serviço da comunicação, o estudo das relações existentes entre os signos e a sua utilização passa a contemplar a dimensão accional da língua. Integrando-se nesta perspectiva, Ducrot compara a língua a um jogo que se realiza diariamente entre os indivíduos que utilizam a linguagem não para comunicar, informar, mas essencialmente para efectuar actos de fala nos quais a posição dos interlocutores ocupa um lugar de destaque. Perdendo a sua “inocência”, a língua deixa de ser encarada apenas como um lugar onde os indivíduos se encontram, pois impõe a esse encontro formas bem determinadas. Deixa de ser apenas uma condição da vida social para se tornar *um modo de vida social*, passando então a ser considerada como um jogo, ou mais exactamente como o sublinha Ducrot, “comme posant les règles d’un jeu qui se confond largement avec l’existence quotidienne” (ibidem:4-5). É neste esquema geral da actividade linguística encarada como um jogo que se funda um outro jogo: o da *actividade humorística* que, inscrevendo-se no funcionamento da linguagem, a pressupõe como algo mais que um meio de comunicação.

É na medida em que o humor permite ao homem o recurso ao jogo e às formas de criatividade que lhe estão associadas, facilitando-lhe o recuo necessário para dar resposta às interrogações que a realidade do mundo e dos

outros lhe suscita, que julgo ser possível estudar as formas insólitas de apropriação do humor, como um contributo para o estudo da relação criativa que o homem mantém com a linguagem.

É na medida em que o humor permite a abertura para além das fronteiras do instituído e garante a libertação dos comportamentos (sociais mas também linguísticos) rigorosamente vigiados pelos códigos do senso comum vigente ou padronizado, que acredito ser útil dimensionar esta noção no quadro da comunicação verbal.

Cap. 1- O humor: origem, definição e evolução do conceito

*"Trata-se de uma substância impossível de definir.
Antes provar um dogma."*

Bernard Shaw

Linguistas, psicólogos e antropólogos têm sido unânimes em classificar o humor como uma categoria englobante que cobre um vasto leque de situações ou produções verbais susceptíveis de provocarem o riso ou serem percebidas como cómicas.

No *Dictionnaire encyclopédique des Sciences du langage*, Ducrot e Todorov (1972:199) são de opinião que o género literário designado por comédia deveria distinguir-se da “catégorie générale /.../ du comique”, resultando claro da sua interpretação que todos os géneros e modos literários historicamente classificados como *comédia*, são manifestações de uma categoria mais geral, o *cómico* ou o *humor*. Infelizmente, sobre esta categoria mais geral, não adiantam nenhuma informação complementar no sentido da sua definição.

Outros autores são de opinião diversa. Olbrechts-Tyteca (1974) recusa-se a admitir a distinção entre humorístico e ridículo e Umberto Eco, no artigo consagrado à rubrica “Umorismo” da *Enciclopédia UTET*, sustenta que “não parece haver possibilidade de diferenciação teórica entre a categoria de cómico e a de humor”.

Na tentativa de destrinçar a origem indistinta do nome, a (con)fusão primitiva entre humor e humores, entre espírito e matéria, seguirei, na esteira de Robert Escarpit (1960), a pista da etimologia, alargando assim a minha observação às diferentes configurações que o conceito foi adquirindo ao longo dum traçado diacrónico que culmina na complexidade de que hoje se reveste.

Numa primeira edição da *Encyclopaedia Britannica* datada de 1771, encontramos sob a rubrica *humour*, informação que remete o leitor

indiferentemente para “*fluid*” (fluido) e para “*wit*” (espírito), referindo-se o primeiro termo ao elemento líquido cuja denominação terá chegado à língua inglesa pela via do francês “*humeur*” (do latim *humore*) e o segundo termo ao fenómeno propriamente dito, com a significação moderna que hoje lhe atribuímos e que André Breton define como “*une révolte supérieure de l’esprit*” (Breton, 1940:9).

Ao remeter-nos para “*fluid*”, o lexicógrafo de 1771 revela-nos a proximidade de sentido com o étimo latino de que resultou em português “*humor*”, utilizado no séc. XVI como termo erudito para designar em sentido lato todo e qualquer elemento líquido², e em sentido restrito o conjunto de secreções glandulares internas existentes no corpo humano.

Enfeudado a esta origem médica, mas extrapolando-a, o termo *humor* passará a designar também a disposição afectiva, o temperamento humano fundamental que corresponderia à predominância no indivíduo de um dos quatro humores nele existentes e que assim determinaria o seu comportamento.³

² É com este sentido que o encontramos em Camões, Canto VI, est. 12 de *Os Lusíadas*:

“.....

A clara forma ali estava esculpida
Das Águas, entre a terra esparzidas,
De pescados criando vários modos,
Com seu *humor* mantendo os corpos todos”.

³ O método de observação clínica explicando as doenças pela teoria dos humores tem a sua origem na Grécia Antiga. Transmitida pelos Árabes, conservada por físicos e alquimistas, esta teoria manteve vivos os seus traços até ao fim da Idade Média. Hipócrates (466-377 A.C.) integrava os humores (a *bilis*, a *atrabilis*, o sangue e a linfa) numa espécie de cosmogonia universal, relacionando-os com os quatro elementos, chegando assim à definição de quatro tipos de personalidade de base: o *colérico*, o *melancólico*, o *sanguíneo* e o *fleumático*. Também a criação literária se socorreu destes princípios que orientaram a construção de personagens dramáticas como o melancólico Hamlet da tragédia de Shakespeare ou o bilioso Alceste do *Misanthrope* de Molière.

Contudo, a resistência semântica não se manterá e o termo irá progressivamente desligar-se da ciência médica e adquirir uma dimensão própria no plano das manifestações do espírito.

Em *Everyman out of his humour*, Ben Jonson, poeta e dramaturgo inglês, oferece-nos uma das primeiras definições de humor sublinhando o carácter incontrollável da faculdade cómica que, apoderando-se da personagem, lhe retira toda a lucidez: “É-nos permitido aplicar metaforicamente [este termo] à disposição geral: sempre que uma qualidade particular se apodera do homem a ponto de levar todos os seus sentimentos, todas as suas faculdades e energias a tomarem as mesmas direcções, pode-se chamar a isso, em boa justiça, humor (*humour*).”⁴

Ainda que persista a ideia de que um efeito cómico se produz por um desequilíbrio entre os humores orgânicos, encontramos já no pensamento jonsoniano uma associação do humor ao elemento cómico. Mantendo-se a dependência física implícita na acepção médica, destrói-se a associação clássica do termo ao elemento trágico. O grande mérito de Ben Jonson é o de ter descoberto um método de utilização cómica dos “humores”, facto que L. Cazamian sublinha na sua obra *The Development of the english humour*: Ben Jonson “eliminou toda a ideia que poderia ainda subsistir, segundo a qual a servidão física implícita no sentido médico de humor (*humour*) seria um elemento trágico, adaptando-se melhor à tragédia do que à comédia.”⁵ Ben Jonson deu pois à palavra e à noção uma dimensão marcadamente cómica.

⁴ Citado por Baldensperger, F. (1907:178). Tradução minha.

⁵ Citado por Escarpit, R. (1960:16).

Esta associação confirmada entre os humores e o riso traria consequências frutuosas.

Torna-se clara, com toda a evidência, a cisão entre a parte vital, visceral, e a parte intelectual, consciente e estética que consubstancia o humor. Essa cisão acentuar-se-á ao longo do século XVII. Inscrevendo-se no grande movimento barroco que prenuncia a crise da consciência europeia, o humor irá adquirir na Literatura um pendor mais concreto que a simples invenção cômica.

Será só no século XVIII, no entanto, que começará a sua idade de ouro. Assiste-se, neste século, à tolerância pelo excêntrico. O riso desvaloriza-se e a graça torna-se requintada. Como afirma G. Lipovetsky, o cômico “metamorfoseia-se em prazer subjectivo /.../, privatiza-se e o riso disciplina-se.” (Lipovetsky, 1989:130). O humor, bem como a ironia e o sarcasmo, passarão a funcionar, neste século, como um controlo, ainda que ténue, sobre as manifestações do corpo: “À mecanização do corpo disciplinado - prossegue Lipovetsky — corresponde a espiritualização-interiorização do cômico: uma mesma economia funcional visando poupar as despesas desordenadas, um mesmo processo celular que produza o indivíduo moderno.”(ibidem: 130-131).

Na segunda metade do século XVIII verificam-se profundas mudanças no domínio da Literatura e do pensamento estético. Assiste-se a uma ressurreição do grotesco para exprimir uma visão do mundo subjectiva e individual que se distancia da visão popular da Idade Média. O princípio do riso sofre a transformação mais importante: “/.../ dans le grotesque

romantique, le rire est diminué, il prend la forme de l'humour, de l'ironie, du sarcasme. Il cesse d'être joyeux et allègre. L'aspect régénérateur et pontif du principe du rire est réduit au minimum." (M. Bakhtine, 1970:47). O conceito de humor atinge a sua maturidade facto que se irá reflectir no semantismo do léxico. Littré, ainda sem a benção da Academia Francesa, ousará incluir *humour* no seu *Dictionnaire de la langue française* (1863-1872). Anunciado como um neologismo, o termo é seguido da seguinte explicação: "mot anglais qui signifie gaîté d'imagination, veine comique."⁶

Entre nós, o termo *humor*, não isento das influências do francês (e, por via indirecta, do inglês), usado para designar o fenómeno de espírito, permite manter vivo o sentido primeiro do termo, na relação homonímica que permite estabelecer com o termo usado para designar o fenómeno físico.

Humorista e *humorístico* registam a sua entrada em 1890 no *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa*.

O lento processo de evolução semântica e a progressiva fixação do lexema em dicionários e enciclopédias dá conta, como vimos, dos novos sentidos que o fenómeno vai adquirindo ao longo dos tempos, nomeadamente a partir do século XVIII. Mas se, como afirmei acima, o seu carácter duplamente fluido parece acentuar os enigmas da sua complexidade e reforçar a tese da impossibilidade da sua definição, não podemos deixar de reconhecer

⁶ Na sua resposta a um inquérito realizado pela revista *Aventure* em Novembro de 1921, Paul Valéry resume a situação: "Le mot *humour* est intraduisible. S'il ne l'était pas, les Français ne l'emploieraient pas. Mais l'emploi précisément à cause de l'indéterminé qu'ils y mettent, et qui en fait un mot très convenable à la dispute des goûts et des couleurs. Chaque proposition qui le contient en modifie le sens: tellement que ce sens lui-même n'est rigoureusement que l'ensemble statistique de toutes les phrases qui le contiennent, et qui viendront à le contenir". Citado por René Louis (1992:69).

que o termo *humor* engloba muitos outros numa relação de hiperonímia, facto que nos é dado observar no uso corrente da linguagem.

Isto não invalida, porém, o reconhecimento de que pretender limitar o estudo do *humor* à caracterização histórica do termo, seria ignorar que a descrição do conceito implica que se tenha em conta não só o seu valor lexical e semântico mas também o seu valor conceptual.

Atentemos, pois, na noção de humor procurando caracterizar algumas das interpretações que visam proceder à sua teorização.

Cap. 2 - Algumas perspectivas de abordagem teórica do humor

“Le comique naîtra quand les hommes réunis en groupe dirigeront tous leur attention sur un d’entre eux, faisant taire leur sensibilité et exerçant leur seule intelligence. Quel est maintenant le point particulier sur lequel devra se diriger leur attention et à quoi s’emploiera ici l’intelligence?”

H. Bergson

Não é minha intenção perspectivar aqui uma teoria original do humor nem tão pouco elaborar uma difícil síntese de todas as interpretações que visam fazer a sua teorização. Tal propósito ultrapassaria largamente as pretensões e os limites da minha pesquisa.

O objectivo que preside a este capítulo é o de referir algumas dessas interpretações no intuito de dar uma visão pluridisciplinar (ainda que sumária) do tratamento de que a noção tem sido alvo ao longo das últimas décadas.⁷

Ao permitir-me uma incursão pelas ciências que maior interesse têm demonstrado pelo tema (nomeadamente a Filosofia, a Psicanálise e a Psicologia), proponho-me convocar alguns domínios do saber que, por um lado, testemunham o alcance da complexidade do conceito e, por outro lado, constituem um quadro de referência útil às reflexões de ordem linguística que o fenómeno irá suscitar.

Dois critérios orientaram o meu percurso:

— o alcance e a importância que essas teorizações têm para a pesquisa contemporânea;

— o lugar que nessas teorizações é reservado à linguagem como um dos domínios privilegiados de observação do humor.

Deste modo, o critério de selecção que estabeleci conduziu-me a três conceptualizações que associam o humor a uma função específica e que correspondem a três grandes perspectivas que poderíamos considerar clássicas: a teoria social do riso (Bergson), a interpretação psicanalítica do dito de

⁷ Confronte-se a excelente síntese apresentada por Attardo (1994: cap. 1)

espírito e do humor (Freud) e a explicação do humor com base cognitivista (Koestler).

2.1. A teoria social do riso (Bergson)

Apoiado na sua teoria de “evolução criadora” que se baseia na universalização dos conceitos tomados ao idealismo biológico, Bergson (1901) vai interessar-se pelo estudo do riso, noção contígua ao humor.

Para Bergson, o riso é um fenómeno com características humanas e sociais que requer uma visão intelectual dos que nele participam. É o reflexo de uma inteligência em contacto com outras inteligências⁸ e deve ser encarado sobretudo como um mecanismo útil que tem antes de mais uma função social.

A teoria de Bergson parte da premissa de que existe um contraste entre a actividade natural e a actividade mecânica. Esta premissa é explorada numa análise de orientação sociológica que explica o humor como correctivo social. Bergson estava persuadido de que a rigidez de carácter poderia provocar profundas inadaptações sociais. Nos casos em que, pela sua gravidade, essa rigidez ameaçasse a sobrevivência, a sociedade, temendo o automatismo dos hábitos contraídos, tenderia a reprimi-los. O riso surgiria, assim, como um “gesto social” corrector visando o aperfeiçoamento social.

Reduzindo a fórmula do cómico a “une certaine raideur mécanique là où l’on voudrait trouver la souplesse attentive et la vivante flexibilité d’une personne” (Bergson, (1901)1988:8) ou ainda a “un mécanisme plaqué sur du

⁸ Esse contacto produz o círculo, o entendimento mútuo, a cumplicidade. Com efeito, para Bergson, o riso é sempre um riso de grupo. Daí que, por fazerem parte de um código reservado aos iniciados, certas formas de cómico sejam intraduzíveis.

vivant” (ibidem:29), Bergson procura reconstituir o processo de fabricação do risível: a *inversão*, a *interferência* das séries e a *repetição*, processos que, como podemos avaliar, não estão longe de uma visão mecânica da vida.

A teoria de Bergson não inclui uma explicação que contemple a especificidade do humor verbal. Do ponto de vista linguístico, a distinção que Bergson opera entre humor referencial e humor verbal não prevê mecanismos de explicação (“procédés”) distintos para uma e outra forma de humor: “la pensée est /.../ quelque chose qui vit. Et le langage qui traduit la pensée devrait être aussi vivant qu’elle. On devine donc qu’une phrase deviendra comique si elle donne encore un sens en se retournant, ou si elle exprime indifféremment deux systèmes d’idées tout à fait indépendants, ou enfin si on l’a obtenue en transposant une idée dans un ton qui n’est pas le sien.” (ibidem:90-91).

Pondo de parte as observações críticas que nos suscita hoje esta visão da linguagem como tradução do pensamento, retenhamos do texto de Bergson a visão pictórica de um mecanismo posto em acção para impedir o carácter de repetição mecânica que a língua pode manifestar. Todo este processo é análogo ao que opera sobre a rigidez de carácter. Da mesma maneira que não existe um ser humano que não possua hábitos que o tornam inflexível consigo próprio e com os outros, também não existe uma língua “assez souple, assez vivante, assez présente tout entière à chacune de ses parties pour éliminer le *tout fait* et pour résister aussi aux opérations mécaniques d’inversion, de transposition, etc., qu’on voudrait exécuter sur elle comme sur une simple chose.” (ibidem:99). Não é pois de admirar que Bergson considere que o cómico de linguagem deva corresponder ponto por ponto ao cómico de acção

e de situação e que deva ser entendido como uma mera projecção deste último, no plano da linguagem.

A inversão, a interferência e a repetição (transposição) são as três leis fundamentais daquilo a que chama “transformation comique des propositions.”

A inversão, o processo menos interessante de todos, é de aplicação fácil e é muitas vezes utilizado para refutar uma ideia em termos mais ou menos jocosos. O exemplo que ilustra este processo é retirado de uma comédia de Labiche. Um personagem admoesta o vizinho de cima que lhe suja a varanda, colocando-lhe uma questão à qual ele responde com outra:

(1) - Pourquoi jetez-vous vos pipes sur ma terrasse?

- Pourquoi mettez-vous votre terrasse sous mes pipes?

A interferência⁹ consiste em fazer coincidir dois sistemas de ideias numa única frase, aproveitando a diversidade de sentido das palavras. Para Bergson, inversão e interferência não passam de jogos de espírito que redundam em jogos de palavras. Trata-se de dar à mesma frase duas significações independentes que se sobrepõem, revelando uma “distracção” momentânea da linguagem: “Le jeu de mots nous fait penser plutôt à un laisser-aller du langage, qui oublierait un instant sa destination véritable et prétendrait maintenant régler les choses sur lui, au lieu de se régler sur elles.” (ibidem:92)

Mais profundo é o efeito cómico que se obtem transpondo a expressão natural de uma ideia num outro tom. Perante dois termos de

⁹ Como exemplo típico de interferência, Bergson aponta o “calembour” (trocadilho), jogo de palavras com base na similitude de sons e diferença de sentidos.

comparação extremos, a repetição (por transposição) pode efectuar-se num sentido ou no outro, recorrendo ao humor. Obviamente, as particularidades de linguagem limitam-se a traduzir as particularidades de carácter que urge combater. Daí que , no seu sentido restrito, o humor mais não seja do que “une transposition du moral en scientifique” (ibidem:98) e o humorista “un moraliste déguisé en savant”(ibidem:98).

Os trabalhos que posteriormente se desenvolveram com filiação na teoria de Bergson provam a influência que a obra deste autor continua a ter no debate actual sobre o humor. Pese embora o prestígio e a importância das suas conclusões, resulta evidente da sua teorização que o humor se reduz a um simples processo mecânico de descrição do real ao qual é atribuída uma função social, instância secundária confinada ao estatuto de simples acessório ao serviço da prática moralizante.¹⁰

Esta interpretação, ignorando quase por completo os factores emocionais¹¹ bem como a componente lúdica e estética que acompanham o processo humorístico, surge-nos hoje como uma leitura quase tão rígida e redutora como o próprio processo mecânico que defende.

Por outro lado, confinar o riso a uma simples função social de correcção dos costumes implica esquecer que não há um riso mas uma pluralidade de risos que, na emoção que transportam, revelam ser um factor

¹⁰ A função social atribuída ao riso mais não é do que a versão bergsoniana da frase latina “Ridendo castigat mores”. Mas essa função situa-nos apenas no plano ético e a verdade é que nem sempre há correspondência entre o que é mau e o que é cómico e nem sempre o que é mau coexiste com o que é ridículo.

¹¹ O cómico, dirigindo-se à inteligência pura, “exige quelque chose comme une anesthésie momentanée du coeur” (Bergson, (1901) 1988:4).

privilegiado de comunicação entre os homens, intervindo muito para além das preocupações com a preservação do instinto social.¹²

De facto, será necessária uma problematização mais consentânea com o estudo do indivíduo e do sentimento de criação individual a que a capacidade crítica o impele, para que o humor aceda ao estatuto de comportamento com a dimensão criativa e libertadora que hoje lhe atribuímos.

Encontramos pela primeira vez a problematização da função libertadora do humor na abordagem psicanalítica iniciada por Freud que analisarei a seguir. De acordo com a sua concepção teórica, a chave da explicação dessa dimensão misteriosa que é o humor só poderá ser dada pela exploração do inconsciente. Enquanto acto verbal, o humor é entendido como processo inconsciente libertador e articula-se com a teoria do “dito de espírito”, ponto de partida da reflexão freudiana sobre todo o processo humorístico.

2.2. A interpretação psicanalítica do dito de espírito e do humor (Freud)

A obra *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten* a que se seguiu o opúsculo *Der Humor*, reúnem o essencial da teoria de Freud sobre o humor.¹³

¹² Nas últimas páginas do seu ensaio, Bergson admite, no entanto, que o riso pode dissimular nas suas dobras algo de mais complexo e inefável que não ousa definir. “Je ne sais quel pessimisme naissant qui s’affirme de plus en plus à mesure que le rieur raisonne davantage son rire.”(1901:152) Este é, contudo, um percurso pelo qual não envereda, parecendo assim ter-se ficado timidamente no limiar do conceito de humor.

¹³ O primeiro destes trabalhos foi publicado pela primeira vez em 1905. Quanto ao segundo, a sua publicação data de 1928. Servir-me-ei aqui da tradução francesa que reúne os dois textos: *Le mot d’esprit et ses rapports avec l’inconscient*, Gallimard, Paris, 1985.

Trata-se de dois textos que concretizam os seus esforços para dar conta do carácter marcadamente espiritual (“witzig”) dos ditos de espírito que, num processo análogo ao do sonho, exprimem um desejo inconsciente.

Porém, contrariamente ao sonho que se caracteriza pelo seu intrapsiquismo, o dito de espírito tem uma reconhecida vocação social: “Personne ne peut se contenter d’avoir fait un mot d’esprit tout seul” (Freud (1905)1985:160). A pulsão de informar está indissociavelmente ligada à natureza do dito de espírito que não se limita a ser um processo psíquico; o seu trabalho só termina no momento em que é contado ao outro e portanto transformado em objecto de prazer do outro que o escuta e do sujeito que o produz. Em certa medida, é uma forma privilegiada de captar a função social da formação inconsciente. A realização da operação psíquica convoca a intersubjectividade e a sociabilização, mobilizando o Outro como espectador e auditor. O dito de espírito adquire aí todo o seu relevo social. O prazer só se completa através da impressão produzida no sujeito por aquele que ele conseguiu fazer rir: “Si j’arrive, par la communication de mon mot d’esprit, à provoquer le rire chez autrui, je me sers en réalité de ce tiers pour éveiller mon propre rire, et l’on peut, en effet, observer que si tout d’abord le narrateur, en faisant son mot, a gardé son sérieux, il mêle bientôt un rire discret aux éclats de rire du tiers.” (ibidem:256). Este riso por “ricochete” é a condição necessária para a aquisição do prazer. Como o sublinha Paul-Laurent Assoun (1992), o outro serve para verificar e autenticar a produção inconsciente e, funcionando como eco, renova o efeito volátil do gracejo. É ao reactualizar-se para o Outro

que ele perdura. O riso que acto-contínuo eclode é o sintoma revelador de que a comunicação (via prazer verbal) se estabeleceu entre os dois sujeitos.

Elaborar a teoria do dito de espírito equivale, pois, a encarar o problema do riso. Sublinhando o seu carácter automático¹⁴, Freud define-o como uma espécie de explosão das pulsões (tendências sexuais e agressivas) que cada um de nós alberga dentro de si. Quando o mecanismo do riso actua no interior do indivíduo, reduzem-se as energias de repressão e o prazer que daí advém coincide com a alegria que o indivíduo experimenta por ter logrado “enganar” a censura.

Mas o que é que faz de um determinado enunciado um dito de espírito? Freud considera que o prazer proporcionado pelo dito de espírito radica numa dupla raíz traduzida pela dicotomia *palavra / pensamento* (“esprit des mots”, “esprit de la pensée”). Reinterpretando esta dicotomia freudiana, Todorov (1977:290) aproxima-a da oposição *significante / significado*, chamando a atenção para o facto de este ser sempre pertinente e aquele sempre necessário. A esta observação vem juntar-se uma outra: a de que o significante (“le mot”) se pode prestar ou não à substituição. Se for possível a substituição da palavra por um dos seus sinónimos, estamos perante um dito de espírito de pensamento. Se a substituição não for possível, encontramos-nos perante um dito de espírito puramente verbal. Mas Freud defende que o carácter espiritual do dito de espírito não reside no pensamento e aponta a técnica geral da

¹⁴ Para Freud, o processo cómico pertence antes de mais ao pré-consciente. “(...) on peut donner à juste titre le nom d'*automatisme* aux processus qui ont pour théâtre le préconscient et sont privés de l'investissement de l'attention auquel est précisément liée la conscience. Le processus qui consiste à comparer les dépenses doit rester automatique s'il veut engendrer le plaisir comique. (Ibidem:369)

condensação que domina a disposição das palavras no discurso, como principal obreira do dito de espírito.

O primeiro exemplo que cita é colhido de um quadro da peça *Reisebilder* de H. Heine:

(2) A dado momento, o judeu pobre Hirsch-Hyacinthe de Hamburgo vangloria-se das suas relações com o rico barão de Rotschild, declarando:

“- Docteur, aussi vrai que Dieu m'accorde ses faveurs, j'étais assis à côté de Salomon Rotschild et il me traitait tout à fait d'égal à égal, de façon toute *fammillionnaire* “.

Trata-se, neste exemplo, antes de tudo o mais, de nos deixarmos conduzir (e seduzir) pela forma do enunciado.

É esta última que importa analisar pois é na textualidade que se deve captar o efeito risível, diz Freud, sublinhando a materialidade do signo humorístico. Com efeito, o jogo do significante presente no “mot-valise” *familionär* (no original alemão) que Freud descreve como um exemplo de técnica de condensação, é paradigmático para o esclarecimento da essência universal do dito de espírito.

No diagrama que nos fornece da estrutura de condensação, *familär* / *millionär* / *familionär* vemos que as componentes são as palavras-chave das duas mensagens opostas: R. tratou-me de uma maneira *familiar* (“familiär”); R. tratou-me como um *millionário* (“millionär”).

O termo “condensação” designa aqui o processo que consiste na omissão de sílabas e que conduz, por contaminação, à obtenção de uma adjectivo novo: *familionário*.

O trabalho psíquico que deu origem ao dito de espírito permanece visível na forma exterior. Tal como no sonho, o processo de condensação permite transformar um conteúdo latente num conteúdo expresso.

A técnica de condensação admite várias subcategorizações que vão da condensação com formação substitutiva à condensação com ligeira modificação¹⁵ ou à condensação fazendo apelo ao duplo sentido ou ao jogo de palavras.¹⁶

Freud distingue ainda uma segunda técnica que designa como *deslocamento*. O elemento essencial desta técnica consiste “dans le déplacement de l’accent psychique du thème primitif sur un thème différent” (1905)1985:82). Estamos perante um caso de deslocamento sempre que o dito de espírito permanece independente da sua expressão verbal. Para que este tenha lugar é necessário que haja pelo menos duas réplicas: “Le déplacement joue toujours entre un discours et une réponse dont la suite des idées prend un cours différent de celui qu’indiquait le discours initial (ibidem:86, nota 2).

Vários exemplos citados por Freud ilustram esta técnica. De entre todos esses exemplos, destaca-se a seguinte história:

(3) Deux juifs se rencontrent au voisinage d’un établissement de bains.

¹⁵ Freud ilustra esta técnica com um outro dito de espírito que se supõe poder atribuir-se a Heine referindo-se a Alfred de Musset. Ao longo de uma conversa, Heine teria afirmado: “Oui, la vanité est un de ses quatre talons d’Achille”. A ligeira modificação consiste em que, em lugar do único calcanhar de Aquiles da tradição lendária, o Autor reconheça *quatro* ao poeta francês, o que sugere de imediato a característica de animalidade que lhe atribui.

¹⁶ O exemplo citado por Freud para ilustrar esta variante da condensação, é um caso clássico de trocadilho: Um jovem que se dizia parente de de J.-J. Rousseau foi introduzido num salão parisiense. O jovem em questão, além de ostentar o nome de Rousseau era ruivo (*roux*). Durante a conversa, porém, a sua falta de espírito foi tão notória que a anfitriã lançou ao cavalheiro que o apresentara o seguinte epigrama: “Vous m’avez fait connaître un jeune homme *roux* et *sot* mais non pas un *Rousseau*”.

As-tu pris un bain? - demanda l'un d'eux.

- Comment? - dit l'autre - En manquerait-il donc un?

Na primeira interpretação da pergunta inicial, a tónica recai sobre todo o predicado representado pela locução verbal “prendre un bain”. Na segunda réplica, a interpretação toma em consideração apenas um segmento do enunciado. O elemento “*bain* ” aparece dissociado de “*prendre un bain* “, o que provoca um desvio de sentido na resposta. Assistimos a uma nova distribuição tema/rema no enunciado, ou seja, ao fenómeno que Freud classifica como “le déplacement de l’accent psychique”.

Mais tarde, na sua releitura de Freud, Lacan, a propósito do “efeito familionär”, falará destas técnicas como um *transfert* de significantes, a que está subjacente um processo metafórico-metonímico. Todorov, porém, considera parciais as tentativas de associar os dois conceitos freudianos, condensação e deslocamento, a categorias retóricas como a metáfora e a metonímia. “La condensation englobe tous les tropes, métaphore comme métonymie, ainsi que d’autres rapports d’évocation de sens; le déplacement n’est pas une métonymie, n’est pas un trope, car il n’est pas substitution de sens mais une mise en relation de deux sens co-présents” (1977:303).

Coube a Freud, contudo, fazer-nos notar que a virtude do humorista é (também) a de saber despertar as harmonias inconscientes da linguagem nesse quase-nada (“chose insignifiante”) através do qual o sujeito significa o seu desejo à face do mundo.

Em *Der Humor*, texto elaborado posteriormente, Freud abandona a análise dos jogos de linguagem para se ocupar do humor numa perspectiva centrada na atitude psíquica do humorista.

O centro de gravidade desloca-se, assim, do objecto para o sujeito criador que, pela magia do verbo, mantém a superioridade face à situação real, colocando-se numa atitude narcisista com reforço do super-ego. Neste sentido, o humor define-se como “la contribution apportée au comique par l’intermédiaire du surmoi.” (Freud (1928)1985:407).

Insistindo na sua descrição como um comportamento que leva o homem a ganhar distâncias face à realidade exterior, Freud aponta como principais factores distintivos, para além do efeito libertador que já referira antes, o carácter sublime e elevado dos seus traços. Se a dor e a angústia são inevitáveis, aprendamos a contorná-las ou pelo menos a relativizá-las recusando abandonar-nos ao “pathos” do *eu* e adoptando o “ethos” superior do *superego* humorístico.¹⁷

À função social de Bergson, contrapõe-se a função individual de um processo que implica, no triunfo do *eu*, o triunfo do prazer que encontra assim um meio de se afirmar a despeito de realidades exteriores que lhe são adversas.

Toda a leitura que Freud faz do processo humorístico continua a suscitar um inegável interesse comprovado por algumas posições teóricas

¹⁷ Vem a propósito este outro exemplo citado por Freud: “A semana começa bem, suspira o condenado ao ser conduzido ao cadafalso”. (ibidem:399)

O riso, ou pelo menos o sorriso que esta história provoca, provem do nosso apreço pela coragem do condenado à morte que não leva a sério a situação trágica em que se encontra. O espírito (altaneiro) despreza, pela via do humor, o princípio de realidade. Espécie de solução imunizadora, esta forma de humor, que encontra no humor negro a sua fórmula mais plena de realização, consegue, por um processo desviante, transformar o sofrimento em fonte de obtenção de prazer.

recentes que, reelaborando ou modificando algumas noções da teoria psicanalítica, reconhecem nela um inestimável contributo.¹⁸ Esse interesse não invalida contudo, algumas críticas que lhe têm sido apontadas ao longo das últimas décadas.

Da leitura atenta dos textos de Freud, Todorov conclui que o mecanismo simbólico aí descrito nada tem de específico: “/.../ les opérations qu’il identifie (dans le cas de l’esprit) sont simplement celles de tout symbolisme linguistique, telles que les a répertoriées, en particulier, la tradition rhétorique” (Todorov, 1977:315). Anos antes, ao estudar o papel da linguagem na análise freudiana, Benveniste chegara a uma conclusão aproximada: “l’inconscient utilise une rhétorique propre qui, comme style, dispose de ses propres figures” (Benveniste, 1966:86).

Outro aspecto criticado em Freud é o que diz respeito à ausência de explicação para alguns dos nossos risos que, longe de serem a expressão de uma tendência agressiva se situam num plano mais próximo das manifestações de afecto, da simples fruição verbal ou ainda da estratégia utilizada na gestão das interacções sociais. A negação da existência de sentido cómico na criança é também uma questão que tem suscitado controvérsia e merecido a atenção de muitos estudiosos que rebatem essa tese.¹⁹

Mas a crítica mais contundente parece surgir dos que vêem na sua teoria um aparelho demasiado pesado que, ao supor aceites os conceitos

¹⁸ Vejam-se os trabalhos de Fonaguy, I. (1982) sobre as conexões entre o humor e a metáfora.

¹⁹ Cf entre outros, os contributos de Piaget e mais recentemente os trabalhos de F. Bariaud, nomeadamente *La genèse de l’humour chez l’enfant*, PUF, Paris, 1983.

essenciais da psicanálise, exige uma interpretação demasiado específica e rebuscada que compromete a explicação dos “ditos de espírito”.

As investigações recentes contrapõem de Freud conceitos bastante mais operatórios. Um desses conceitos é o de *bi-associação* que está presente na teoria de A. Koestler.

2.3. A explicação do humor com base cognitivista (Koestler)

Para A. Koestler, ao lado da libertação que o humor proporciona, existe uma função intelectual que determina que ele seja concebido como um momento em que a inteligência desempenha um papel preponderante. O conceito de *bi-associação* introduzido por Koestler equaciona esse momento.

Este conceito, apresentando-se como uma variante da teoria das isotopias disjuntivas, tem tido numerosas aplicações nos estudos sobre o humor, nomeadamente nos modelos de explicação do humor construídos com base semiótica.

Koestler define-o como: “the perceiving of a situation or idea /.../ in two self-consistent but habitually incompatible frames of reference /.../, in which the two intersect, is made to vibrate simultaneously on two different wavelength, as it were. While this unusual situation lasts, [the event] is not merely linked to one associative context, but bisociated with two” (Koestler, 1964:35).

Perante duas situações diferentes, o sujeito tende a formar um elo principal entre os diferentes elementos dessas situações, criando assim, na passagem súbita de um plano a outro, uma nova significação. O processo assemelha-se a um pequeno curto-circuito que se opera na mente do sujeito. Koestler serve-se da seguinte história para o ilustrar:

(4) “Em Viena, antes da primeira guerra mundial, um oficial austríaco tenta obter os favores de uma elegante cortesã. Para afastar o pretendente, esta declara-lhe que infelizmente o seu coração já não está livre. Ao que o oficial replica: - *Menina eu não pretendia chegar tão acima.*” (“Mademoiselle, I never aimed as high as that” no original).

Tudo se passa na fronteira entre o sentido metafórico e o sentido literal, comenta Koestler: “*High* is bi-sociated with a metaphorical and a topographical context. The coat is turned first metaphorically, then literally (Koestler, 1964:36). O aspecto intelectual do humor concede-nos um pequeno momento de liberdade, não pelo efeito de catarse que provoca mas antes pelo refúgio no absurdo que proporciona.

Koestler parte da tese kantiana que determina que o riso nasce da “*transformação súbita de uma expectativa em nada*”, princípio célebre, respeitado por todas as teorias que explicam o riso como “incongruência” e “descarga de tensões”. O indivíduo ri na sequência da percepção súbita e inesperada de uma contradição entre duas representações simultâneas sendo uma abstracta e a outra concreta. Eric Smadja sintetiza a explicação kantiana destacando o carácter absurdo e brutal na mudança das representações do espírito: “le contraste survenu soudainement entre la représentation attendue par la conscience et celle apparue inopinément” (Smadja, 1993:29).

O riso só se produz depois de um período de *tensão* que se manifesta através duma inquietação que leva à atitude interrogativa. A esse período de tensão segue-se o momento da *descarga* em que a inquietação é resolvida de forma satisfatória. O riso que surge então, corresponde a um momento de iluminação²⁰.

Partindo desta observação, Koestler estabelece a correspondência entre o processo de criação do humor e as três fases do processo científico:

²⁰ O próprio Koestler considera paradoxal o facto de o humor ser “the only domaine of creative activity where a stimulus on a high level of complexity produces a massive and sharply defined response on the level of physiological reflexes” (Koestler, 1964:31).

pesquisa- descoberta - alegria da descoberta. Da analogia resulta que a compreensão do humor seria o melhor meio para aproximar o processo de descoberta científica da criação artística. O riso seria o grito de “Eureka” do processo humorístico.

Todas estas teorias suscitam um certo número de interrogações e de reflexões em torno do comportamento humorístico e, não sendo contraditórias nem divergentes, antes se completando, contribuem para que a sua complexidade, inicialmente inextricável, tenda a diluir-se.

2.4. O humor na perspectiva da comunicação verbal

Embora a abordagem do humor que me proponho realizar não se inscreva no mesmo âmbito das que acabei de referir, há, em qualquer delas aspectos que me parecem pertinentes para a minha perspectiva de análise.

Todas estas teorias suscitam um certo número de interrogações e de reflexões em torno do comportamento humorístico e, não sendo contraditórias nem divergentes, antes se completando, contribuem para que a complexidade do humor, inicialmente inextricável, tenda a diluir-se. Apesar da sua diversidade, estas três interpretações permitem destacar algumas linhas de leitura convergentes.

Constatámos com Bergson que o riso que acompanha a experiência humorística é sempre apanágio de um grupo. O humor exerce-se na expressão que resulta de uma atitude interior (de desaprovação ou de irreverência) no contacto com o social e revela-se sempre mediante um agente percepcionador. Na sua célebre fórmula, *“le rire est du mécanique appliqué sur du vivant”*,

podemos captar a ideia de que não existem “coisas risíveis” em si, mas que tudo se joga no seio de uma situação precisa, específica, e que tudo depende depende da capacidade do sujeito de intervir nessa situação, subvertendo, com a atitude humorística a ordem instituída. A ocorrência de manifestações humorísticas no discurso implica, pois, sempre uma *situação de enunciação* que as determina.. É do conhecimento dos parâmetros dessa situação que irá depender a sua codificação e a sua decodificação. Por outro lado, a perspectiva do humor encarado como correctivo, é também um factor a ter em conta no tipo de interacção humorística que envolve propósitos críticos e que está muitas vezes presente no discurso sob a forma de enunciados que incluem a troça, o sarcasmo ou a ironia no intuito de modificarem os comportamentos do interlocutor.

Vimos com Freud que o essencial do humor reside no prazer que o espírito proporciona, permitindo satisfazer uma tendência que sem ele permaneceria insatisfeita. Deste ponto de vista, o humor liberta o homem duma tensão, instituindo-se como elemento criador. Por outro lado, sabemos que o humor é tanto mais efectivo quanto inesperado e o efeito de surpresa um dos seus requisitos. “L’impromptu est la pierre de touche de l’esprit”, afirma Molière em *Les Précieuses Ridicules*. O imprevisto, entendido como o inadequado - o que não se ajusta às regras - faz parte da sua condição básica e desempenha uma função de relevo na sua estrutura comunicativa. Acresce ainda que, de acordo com Freud, a resolução da incongruência contida no humor envolve um acordo psíquico interpessoal e colectivo entre o criador do dito de espírito e o seu auditor, o que põe em relevo a dimensão marcadamente

cultural e social da comunicação humorística que havia já sido pressentida por Bergson. Com efeito, o interlocutor do enunciado humorístico é levado a realizar uma série de operações cognitivas para inferir a informação implícita que ele encerra, o que põe em relevo o papel marcadamente interactivo do humor na comunicação. O cómico exige uma convivialidade sem a qual a sua expressão não é comunicativamente perceptível.

Por outro lado, certas formas de humor que, realizadas no plano lógico, fazem surgir o contraste, quebrando as expectativas e traduzindo aquilo que poderíamos definir como logicamente irreconciliável, levam-me a considerar o conceito de bi-associação de Koestler de alguma pertinência na análise de certos casos de paradoxo e de absurdo que o humor verbal por vezes enuncia.

Para concluir, destacarei o princípio da concomitância de elementos incompatíveis que parece presidir a estas três interpretações. *Interferência de séries* (Bergson), *sentido manifesto e sentido latente* (Freud) e *bi-associação* (Koestler) são designações que, na sua diversidade, se aplicam ao princípio comum da dupla isotopia. Com efeito, todos estes autores colocam a tónica no princípio da discordância de significações. É a co-presença (explícita ou implícita) de elementos incongruentes que gera o segundo sentido. A partir do momento em que esse segundo sentido se manifesta, produz-se o curto-circuito da significação; o carácter “sério” da mensagem invalida-se e o riso surge como corolário de todo o processo.

De todas estas constatações, resulta evidente que o humor é um fenómeno eminentemente comunicativo em íntima relação com o contexto

situacional, social e cultural, contexto cujo conhecimento é essencial à informação subsidiária da mensagem humorística. No caso particular do humor verbal, esta inter-relação estende-se ao co-texto, implicando um conhecimento do jogo de associações das palavras e das relações intrafrásicas que se estabelecem no enunciado e que está obviamente em co-relação com o conhecimento partilhado da língua e das convenções culturais.

Cap. 3 - Estatuto social da comunicação humorística

"Nous ne rions pas seulement de l'autre, mais aussi avec l'autre, comme les autres, tous ensemble réunis en un seul rire, en une seule foule en décomposition."

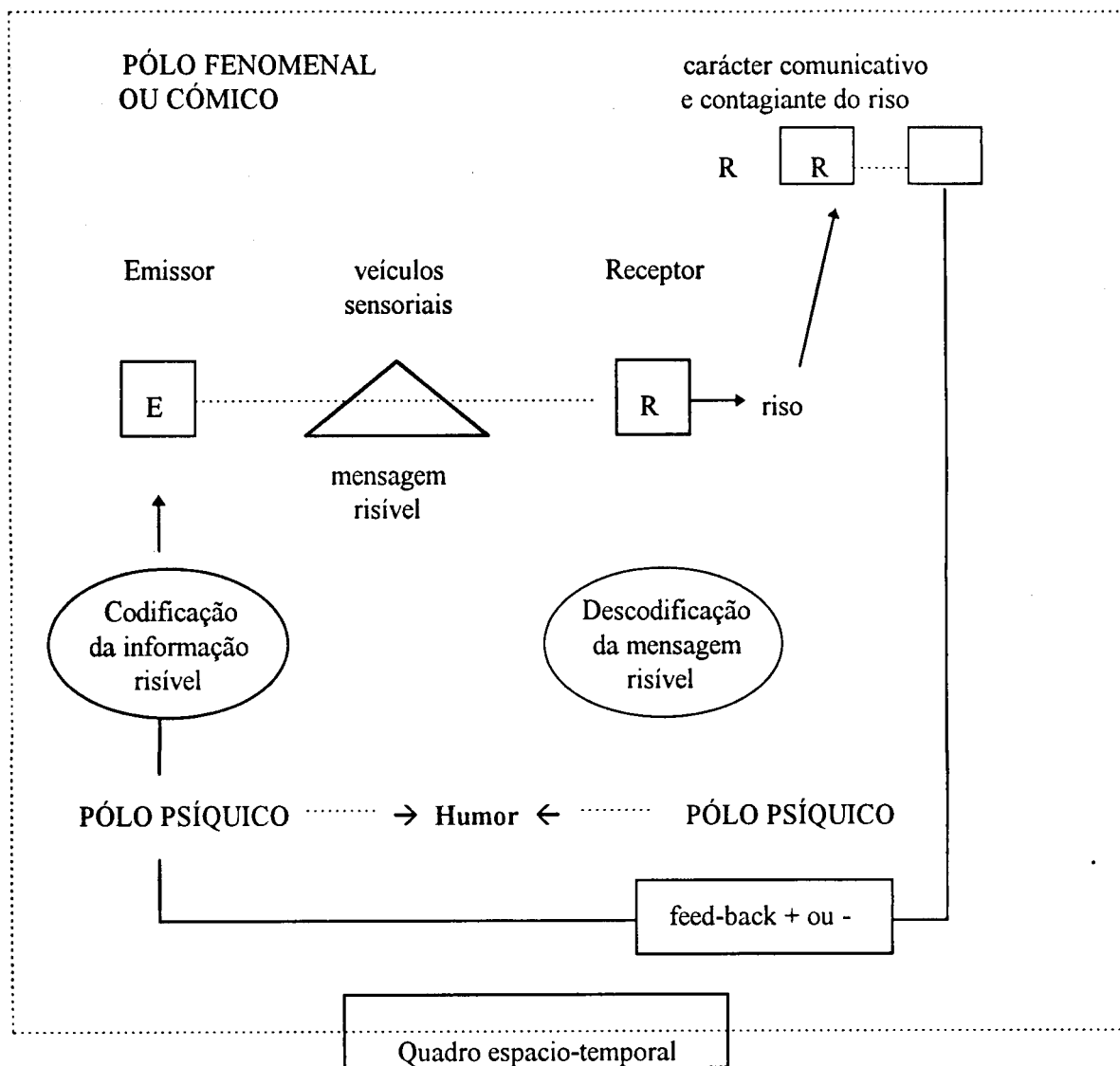
Mikkael Borch-Jacobsen

A vida colectiva não é feita apenas de regras de respeito e obediência às tradições e aos valores consagrados. Há nela também lugar para a criatividade, para a transgressão e para a crítica. A emergência da atitude humorística na convivialidade permite assumir socialmente essa tripla função lúdica, transgressora e censória. Na busca do equilíbrio para a dualidade existente entre os valores instituídos e a efervescência de novos valores que os põem em causa, o homem dispõe, entre outros meios, deste instrumento que lhe permite exprimir o prazer individual (através da fruição da actividade intelectual) e reforçar a coesão social do grupo mantendo com ele relações de cumplicidade ou sancionando simbolicamente os desvios e as excentricidades.

Inscriver o humor no quadro mais vasto da comunicação humana implica, pois, instituí-lo como fenómeno passível de ser decodificado pela sua inteligibilidade social e cultural e considerá-lo como uma forma de comunicação particular comportando um sistema próprio.

Inspirando-se em Shannon e Waever²¹, E. Smadja (1993:113) apresenta um esquema que configura a comunicação que se estabelece entre o sujeito emissor da mensagem humorística e o sujeito receptor (indivíduo ou grupo) que, respondendo através do riso (comunicação facio-vocal codificada), sobre ele exerce um feed-back positivo ou negativo.

²¹ C. E. Shannon et Waever, *Théorie mathématique de la communication*, Classiques des Sciences Humaines, Paris, 1975.



Ainda que redutor, este esquema permite dar conta da actividade psíquica dos intervenientes e da relação que se estabelece entre essa actividade psíquica e a mensagem humorística. Tem sobretudo o mérito de permitir visualizar a trama de relações que, a um nível mais geral, se estabelece entre a comunicação humorística e os elementos situacionais determinados pelas categorias de espaço e de tempo que formam o contexto em que a comunicação humorística ocorre.

Tal como nos é dado observar, Smadja distingue neste processo dois pólos, o pólo psíquico de elaboração e o pólo fenomenológico de representação, situando o humor no primeiro destes pólos e considerando-o como correlato do “cómico”, a componente que se situa no pólo fenomenológico. Vemos assim de que forma a actividade psíquica congrega simultaneamente a capacidade de criação do humor, isto é, a aptidão para “percevoir des liens entre des êtres, des objets ou des idées d’une manière originale” (A. Ziv, 1979:17) e a capacidade de apreciação e de fruição da comunicação humorística. Importa saber se estas duas capacidades de criar e de apreciar o humor são invariáveis e assumem as mesmas formas em todas as culturas ou se, pelo contrário, estão submetidas a variações tais como as diferenças geográficas e climatéricas, as diferenças de nacionalidade e, num mesmo país a diferenças de classe, de idade, de profissão ou de formação cultural.

3.1. Parâmetros de codificação cultural

Cada cultura define, de acordo com códigos específicos, quais são os parâmetros apropriados para a aceitação do humor. Subentende-se que as estratégias que o humor mobiliza não podem ignorar o sistema complexo de representações, crenças e valores e estão portanto sujeitas a regras de prescrição e de interdição. A remoção de certos tabus alarga o domínio da transgressão e transforma as razões do riso. Mas a emergência do humor em situações que se distanciam destes parâmetros de codificação cultural pode ser interpretada como sinal de inadequação ou desadaptação e afectar a imagem

social do sujeito que o produz. A simbiose com o grupo quebra-se e o riso que se desencadeia passa a ser factor de exclusão e não de identificação.

Para além dos contextos institucionalizados onde há lugar para formas de paroxismo lúdico da vida social e que constituem por esse motivo meios ritualizados de expressão do humor (os espectáculos de comédia, a literatura de pendor satírico e jocoso), os contextos não institucionalizados podem igualmente permitir o desenvolvimento de uma comunicação humorística, autorizando a circulação de anedotas, de ditos de espírito ou de jogos de palavras sugeridos e determinados por certos tipos de interacções grupais que propiciam a actualização das capacidades lúdicas de criatividade humorística. Todavia, mesmo em contextos não institucionalizados, as regras de prescrição e interdição continuam a vigorar.

As temáticas e os alvos da comunicação humorística variam, também eles, de acordo com os códigos sociais estabelecidos. No entanto, apesar da sua grande diversidade e variabilidade, é possível determinar alguns “universais humorísticos” independentemente da heterogeneidade cultural e social dos contextos em que ocorrem. Na medida em que o humor visa quase sempre atingir o homem no seu carácter ou no conjunto dos seus actos e comportamentos, essas constantes temáticas encontram-se associadas a traços de manifestações do homem quer como indivíduo quer como ser social²² e são comumente identificáveis:

²² Mesmo quando o objecto do humor assume formas de não-humano, trata-se sempre de objectos ou animais “humanizados”. Note-se que o processo cómico pressupõe uma distância psíquica entre o observador e o objecto observado. Com efeito, ele evoca um duplo movimento de identificação inconsciente com o objecto considerado cómico e de projecção e distanciação em relação a este último. As coisas só poderão ser cómicas se

— os indivíduos que, pela sua condição, constituem desvios à normalidade do grupo quer por comportamentos anómalos ou excêntricos (loucos, bêbados, homossexuais) quer por inerência do seu estatuto no seio do grupo (estrangeiros) ou da sua própria condição física, étnica ou religiosa (deficientes, negros, judeus)²³ ;

— o poder político, a ordem social e as instituições;

— a sexualidade;

— a linguagem, na globalidade de fenómenos que contempla.

A existência destas constantes na temática humorística revela que os interlocutores têm tendência para se agregarem, através do riso, à volta de certos temas comuns à sua realidade individual e social. Sujeito às inflexões que essa realidade acarreta, e atento às transformações necessárias, o humor pode então, na sua multiplicidade de formas e estratégias, assumir importantes funções ao nível da gestão das interacções sociais.

forem vividas como pessoas, condição preliminar a todo o processo identificador.

²³ Concomitantemente, o humor é também frequentemente utilizado pelos grupos marginalizados que constituem o seu alvo preferencial. Como estratégia defensiva, ele é o recurso encontrado por estes para exorcisar o seu estatuto de vítimas. Como afirma Óscar Lopes, “a abertura humana (mais tecnicamente: do ente existente, ou *Dasein*) ao ser polifacético e sempre evasivo pode ligar-se a algo (*Stimmung*) que se aproxima bastante da noção de *humor* (...). As vítimas de qualquer forma inveterada ou histórica de vexação (diminuídos físicos, marginais, judeus, irlandeses, estratos minoritários ou colonizados, explorados auto-conscientes), divididos espontaneamente entre o seu próprio auto-apreço e um menosprezo (menospreço) hegemónico, acedem, tipicamente (quando acedem, pois isso é já uma desforra), a uma visão temperamental das coisas que não é a do senso comum vigente ou padronizado. Eis uma das razões porque nem toda a verdade é científica ou facilmente objectivável. O que dói ou incomoda faz ver certas coisas invisíveis às pessoas que se sentem instaladas num equilíbrio afectivo estável ou regular.” (1994:246).

3.2. O humor e a gestão das interacções sociais

Produzir e compreender o humor são actividades positivamente conotadas como sinal de inteligência. Como consequência desse facto, o humor representa um contributo importante para a manifestação da satisfação individual. É, no entanto, no plano das interacções sociais que o humor assume a sua plena realização. A questão que então se coloca, é a de saber em que medida é que o humor afecta a interacção comunicativa entre os interlocutores, por outras palavras, quais são as funções sociais que o humor desempenha na comunicação.

Se o discurso humorístico permite que os locutores riam juntos afinando pelo mesmo diapasão, isso prova, como vimos atrás, que partilham um certo grau de afinidade e consequentemente a sua atitude tende a ser de coesão relativamente ao grupo em que se inserem. Quando há comunhão no riso, isto é, quando o humor é baseado no conhecimento partilhado (“mutual shared background”, Brown and Levinson (1978:124))²⁴, os interlocutores têm tendência para estabelecer entre si laços de solidariedade e de cumplicidade. O humor funciona então como garante de segurança psicológica engendrada pela coesão social do grupo.

Encarado como instrumento de “controle social”, o humor pode funcionar como estratégia de intimidação e de correcção visando a sanção simbólica de desvios e excentricidades (cf cap.2.1.). As duas anedotas seguintes que circularam em momentos e em contextos políticos diferentes,

²⁴ Citado por Attardo (1994:325).

mostram bem que a denúncia e a crítica social podem estar envolvidas em certa graça:

(5) O que é o rico e o que é o pobre?

- São dois seres iguais.
- O soldado defende os dois.
- O contribuinte paga para os três
- O trabalhador paga para os quatro.
- O vadio come dos cinco.
- O usurário vigariza os seis.
- O advogado defende os sete.
- O bêbado ri-se dos oito.
- O confessor absolve os nove.
- O médico mata os dez.
- O cangalheiro enterra os onze.
- E a Caixa de Previdência fica com o dinheiro dos doze.

(Manuscrita ou dactilografada, esta anedota circulou em Portugal durante a vigência do governo de Marcelo Caetano).

(6) Em 1940, sábios soviéticos descobrem no vale do Dniepr, um velho esqueleto. Alguns deles pensam tratar-se dos restos de Gengis-Kahan. Estaline ordena imediatamente um inquérito. Um agente do KGB passa a noite a examinar os ossos e declara, finalmente:

- É mesmo Gengis-Kahn. Não há qualquer dúvida.
- Como é que tens a certeza?
- Ele confessou.

Para além destas funções de carácter marcadamente social, o humor assume ainda funções relevantes na gestão da interacção discursiva que se estabelece entre os interlocutores, como terei a oportunidade de referir numa etapa posterior deste trabalho.

Cap. 4 - O estatuto transgressor do humor na linguagem

"Language is inclined to joke and play probably because playing is at the origin of language."

Ivan Fonaguy

4.1. Humor e disfuncionalidade nos jogos de linguagem

Nem todos os exemplos de humor verbal se baseiam na manipulação da língua, isto é, nem todo o humor verbal é necessariamente jogo sobre a linguagem. Há manifestamente casos em que a linguagem se limita a verbalizar o humor; o riso provem do “conteúdo” daquilo que é dito, conteúdo que choca, por referência, com o que é normalmente convencionado como aceite. Do ponto de vista linguístico, a pertinência do estudo desses casos de humor verbal prende-se com a importância de uma das dimensões da linguagem: a do seu uso e das convenções que a regulam.

Os jogos de humor *sobre* a língua são de natureza mais selectiva. O registo lúdico que a sua estrutura incongruente manifesta, aproxima-nos desse universo de “ilusão” e de “liberdade” com que o homem, pelo seu exercício, assinala o abandono do carácter sério, apanágio do real.

Enquanto sistema de significação do mundo, a língua institui-se com uma lógica própria, independente do mundo que significa mas a que continuamente faz referência. Trata-se, como sabemos, de um sistema de dupla face com uma estrutura externa que classifica os objectos por abstracções e com uma estrutura interna que organiza essas categorias de objectos em níveis diferenciados: fonológico, gramatical e semântico. Esta estruturação não lhe

confere, no entanto, um carácter rígido. A língua define-se, pelo contrário, pela sua constante evolução num processo onde há continuamente “fugas” que engendram as suas próprias variações o que lhe permite o espriar das suas imensas possibilidades. “Structure hétéroclite et pourtant tendue vers la régularité” (Milner, 1983:43), a língua, na sua materialidade, enquanto sistema instável, não fechado, permite convocar o jogo dentro das fronteiras impostas pelas suas próprias regras. Feita de convenções, a língua nunca abandona, por assim dizer, a natureza de que emerge: se, por um lado, o carácter convencional do signo linguístico é condição da sua comunicabilidade, por outro lado, essa convencionalidade alimenta-se constantemente de novos símbolos que lhe permitem desdobrar-se numa proliferação de sentidos que não se deixam aprisionar na linearidade das convenções.

É esta capacidade de “secreção” de sentidos que possibilita a emergência do *signo humorístico*. O conteúdo conceptual é intencionalmente colado à substância sonora ou escrita, ou seja, o signo, no seu aspecto material, constitui um todo onde forma e substância se entrelaçam, convidando à descoberta de novas sugestões. Ofuscando ou iluminando o significado, o significante deixa de estabelecer com este uma relação unívoca e a ambiguidade instala-se na mensagem.

Deste ponto de vista, o signo humorístico aproxima-se do signo poético na medida em que desperta no locutor a consciência da linguagem, levando-o a percepcioná-la ludicamente. Ao estabelecer esta conexão, tenho sobretudo presente o diagrama das funções da linguagem de Jakobsen que põe em evidência o fenómeno de “radiação dos termos”, particularmente presente

na *função poética*. Os significantes estão ligados aos seus significados numa relação que não ignora os elos de solidariedade que mantêm com os elementos que os rodeiam tanto no plano sintagmático como no plano paradigmático. O jogo humorístico, em particular o jogo que assenta na relação equívoca entre significante e significado, participa deste mesmo desejo da actividade poética de subverter as leis da linguagem e atesta “l’immensité du champ d’invention que se taillent les énonceurs individuels dans le territoire apparemment figé des conventions de langue.” (Hagège, 1985:345).

Na criação deste universo de invenção que dá lugar à fruição estética e ao jogo, a linguagem abandona o seu carácter instrumental ao serviço da transmissão da mensagem. O conteúdo da expressão ao qual a mensagem se confia não se liga transparentemente ao projecto de a comunicar. Deixa assim de funcionar sobre os sujeitos da comunicação o efeito a que Catherine Fuchs (1982:177) chama “l’illusion nécessaire de transparence du langage”, pelo qual o dispositivo estrutural da língua admite que o significado das expressões possa aderir perfeitamente ao valor de mensagem que ele adquire no acto de comunicação.

A linguagem institui-se então como objecto de prazer associado a uma actividade lúdica. Actividade que é duplamente partilhada na interacção que se estabelece com o interlocutor do enunciado humorístico. Mas o jogo que o humor permite realizar vai mais longe. Tal como já tive oportunidade de referir na introdução, é nos usos em que a língua se *opacifica*, instituindo-se em objecto de fruição, que se torna possível a relação que o falante estabelece com a própria linguagem, numa atitude descoberta e de exploração cognitiva que

abarca a própria linguagem. O humor verbal viabiliza os jogos da manipulação lúdica e intelectual, mas também os jogos cognitivos do desafio heurístico contido no repto lançado pelo enunciado.

Passado o momento de surpresa que a emergência de um segundo sentido desencadeia, segue-se o momento de reflexão que consiste na desmontagem dos mecanismos que deram lugar à transgressão. Assistimos então, na instância de apropriação desse segundo sentido, ao mesmo trabalho de desconstrução do sistema da língua que havia sido operado na instância da criação. Por uma decisão intuitiva, locutores e interlocutores são levados a reconhecer as fronteiras entre as regularidades da linguagem e do seu uso e as múltiplas capacidades de desdobramento que ela encerra.

Importa ter presente que o conteúdo dos enunciados se situa na ordem das estruturas sistemáticas passíveis de descrição independentemente da situação comunicativa que determina a mensagem. Como o sublinha Prandi (1992:139, nota 10), “le support formel des signifiés complexes n’est pas l’oeuvre exclusive d’un jeu de formes, intégralement autonome des facteurs extralinguistiques; il ne s’agit donc pas d’un objet intégralement linguistique. Ce support n’en demeure pas moins, pour l’essentiel, l’oeuvre de facteurs systématiques, indépendants des conditions d’emploi occasionnelles qui jouent un rôle périphérique dans son articulation.”

Aceitar o estatuto transgressor do humor na linguagem leva, pois, o locutor, a suspender as leis que regulam o funcionamento da linguagem enquanto comunicação transitiva e a ter em consideração as regras de funcionamento do próprio jogo humorístico, isto é, a ter em consideração os

códigos específicos que regem os mecanismos de transgressão da linguagem em geral e os mecanismos dos jogos de linguagem em particular. Por outras palavras, leva-nos a perceber esse embate com a *estranheza* e com a *opacidade* da língua de que fala F. I. Fonseca, um embate que “venda e desvenda a realidade num jogo que desperta o interesse, o prazer e a imaginação” (1994:130).

Ao examinarmos o suporte linguístico do humor nos jogos de linguagem, podemos opôr um humor veiculado principalmente por um ou vários lexemas associados, a um humor mais discursivo, resultante do conteúdo global do texto. No primeiro caso, estamos perante o jogo de palavras que consiste numa disfuncionalidade da actividade linguística provocada pela *substituição* intencional da palavra por uma outra que compromete o seu significado.

Nem todos os jogos de palavras têm interesse para o estudo do humor na linguagem. Cabem neste estudo unicamente aqueles que, na sua essência apresentam a dupla característica de se constituírem como forma subversiva de manipulação da linguagem e de produzirem o efeito surpresa conducente ao riso. Estão assim excluídos todos os jogos que obedecem a estratégias de encadeamento ou de inclusão, tais como as concatenações, os anagramas, os acrósticos, ou, de uma maneira geral, todos os jogos pictográficos.²⁵

Numa perspectiva linguística, interessam-nos os jogos que se fundamentam no equívoco trazido à luz pela exploração das potencialidades que a relação significante/significado apresenta e que, operando ora sobre o

²⁵ Cf. A tipologia de jogos de palavras estabelecida por P. Guiraud (1976:8)

eixo sintagmático ora sobre o eixo paradigmático, são susceptíveis de convocar a ambiguidade no enunciado.

4.2. O jogo com base na relação significante/significado

4.2.1. Invenção verbal

A criação consciente de novos vocábulos, quando não obedece a fins práticos, científicos ou poéticos, pode apresentar uma vertente cômica, adivinhando-se, por detrás da fantasia da invenção neológica, a sátira aos modismos e ao conformismo social. A condensação do léxico numa unidade restrita pela utilização generalizada de certos mecanismos de unificação conduz muitas vezes ao jogo humorístico, associando de forma imaginativa a vitalidade natural da língua com a rigidez dos seus mecanismos.

Reveladoras do inconsciente do locutor, como pretendia Freud,²⁶ ou portadoras duma intenção satírica, estas fantasias verbais fundamentam-se, na sua anormalidade, no decalque das formas usuais obedecendo às regras de formação morfológica da categoria a que pertencem. É este, aliás, um dos traços que caracteriza a forma de criação linguística designada por “*mot-valise*”, expressão francesa adaptada do termo inglês “*portmanteau-word*” criado por Lewis Carroll que o praticou sob forma de invenção humorística e poética. O “*mot-valise*” é o produto da contracção de várias palavras numa só.²⁷ As palavras que o constituem (formante director + formante(s) auxiliar(es)), obedecem à regra de “revestimento parcial”, cada uma delas se

²⁶ Cf cap. 2.2).

²⁷ Cf R. Galisson (1985: 95).



sobrepondo pelo menos a uma outra com quem possui um denominador formal comum. O tipo de actividade heurística que desenvolve dá frequentemente lugar ao jogo humorístico. A sua prática abunda na poesia, sobretudo na de pendor marcadamente satírico²⁸ mas não se confina ao espaço da criação literária. O seu uso estende-se à linguagem da banda desenhada, da publicidade e dos jornais, onde frequentemente o encontramos como jogo de conviência linguística e cultural com o público leitor, sobretudo na composição dos títulos de imprensa. Eis alguns exemplos:

“PIRINÓICOS” {Pirinéus + Paranóicos}

(Título de um artigo sobre a prática de esquí nos Pirinéus, in *Caderno Vida* do semanário *O Independente* de 8 de Abril de 1994);

“POLIPROCURADOS” {Politécnico + Procurados}

(Título de um artigo sobre a análise da Procuradoria da República ao processo eleitoral do Politécnico de Lisboa, in *O Independente* de 28 de Abril de 1995);

“GHALINADAS” {Ghali + Calinadas}

(Título de um artigo sobre a actuação do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Butros Ghali, face à situação de conflito na Bósnia-Herzegovina, in *O Independente* de 14 de Julho de 1995);

“VACÍNORAS” {Vacinas + facínoras}

(Título de um artigo sobre as más condições de distribuição de vacinas utilizadas no Programa Nacional de Vacinação, in *O Independente* de 15 de Setembro de 1995);

“Quando Sousa Cintra era presidente do Sporting, Alvalade não era este
”ALVALAGO”. No entanto, Cintra já era o rei das águas.” {Alvalade + Lago}
(Sátiro, in *A Bola*, 13 de Setembro de 1995);

²⁸ Veja-se, a título de exemplo, a criação do termo “antropógrafos” no poema *Ald, Vðvð* (Alexandre O'Neill, *No Reino da Dinamarca - Obra Poética (1951-1965)*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1968.

Cada um destes títulos condensa, na fusão voluntária de dois domínios distintos, a subjectividade do jornalista e a sua visão crítica ou simplesmente jocosa face ao conteúdo do texto que se anuncia.

O desvio semântico produzido pelos neologismos não impede a mensagem de ser entendida, uma vez que o resultado da permuta fónica oferece um novo sentido que orienta o leitor para um segundo plano de referência que, embora seja apenas sugerido, faz parte do fundo cultural comum que ele partilha com o jornalista e com os restantes leitores. O jogo de subversão da linguagem parece assim colocar-se ao serviço da estratégia do jornalista que alicia ludicamente o leitor para a tomada de consciência de um facto social através da tomada de consciência das possibilidades combinatórias da língua.

4.2.2. Homofonia, homonímia e paronímia

A bi ou plurivalência semântica explorada pelo jogo de palavras pode ser o resultado de uma identidade accidental das formas dos elementos linguísticos contidos no enunciado. “Take care of the sense and the sounds will take care of themselves” (Lewis Carroll). Tendo na sua base uma relação equívoca entre significante e significado, o humor lexical socorre-se muitas vezes das potencialidades que lhe são oferecidas por fenómenos como a homofonia, a homonímia ou a paronímia.

A identidade pode ser apenas de natureza fónica, como o ilustra este exemplo recolhido em Freud em que a homofonia assenta na relação metonímica que o enunciado permite captar:

(7) Napoleão teria dito um dia a uma dama:

- Tutti gli Italiani danzano si male?

Ao que a dama teria retorquido:

- Non tutti, ma buona parte.”

Por vezes a cadeia fónica é respeitada integralmente. É um caso de identificação fonética total ilustrado por inúmeras anedotas que povoam o nosso quotidiano:

(8) Num comício político, parte da assistência acha que o discurso do orador fora de tal maneira entusiástico que merece ser sublinhado com o hino nacional.

- Pede-se o hino, pede-se o hino! - clamam muitas vozes.

Um partidário do orador grita do fundo da sala:

- *Pé de suino* é pé de porco. Não chamem isso ao homem!”

(9) Num baile organizado por uma colectividade de recreio, um rapaz aproxima-se duma das pequenas, muito bem vestida e pergunta-lhe:

- Vossência dança?

Ela olha para ele e pergunta:

- Como?

- Estou a perguntar se vossência dança.

- Está a dizer que eu sou Vicência. Eu não sou Vicência, sou Maria.

- Eu simplesmente estou a perguntar se vossência dança!

- Está bem, está bem, você quer é conversa mas eu não estou *par dá-la*.

(10) Há uns quarenta anos, deu-se em Lisboa um crime que muito impressionou não só a capital como todo o país, dada a brutalidade da morte e o mistério invulgar que o rodeou até à confissão do criminoso. A vítima, mulher idosa, fora morta à martelada. Passados alguns dias sobre a descoberta do crime e perante a incapacidade da polícia para resolver o assunto, surgiu uma anedota que correu rapidamente — na altura com especial significado. Quando se perguntava se já fora descoberto o criminoso, alguém respondia:

- Já, foi um comunista. Deu-lhe com o *martelo* e *foi-se*.

(11) Quando há anos se falou muito na procriação artificial (vulgo “bébés-proveta”), um camponês dos arredores de Évora fez uma observação, acompanhada de certo tom orgulhoso:

- Ora, isso já nós cá temos na nossa terra há muito. É uma manêra que já a minha Maria usou, quando nos namorávamos. Um dia eu ia de brincadêra a correr atrás dela e, vai daí, ela teve de saltar um valado mas tropeçou e caiu lá dentro; eu que lhe ia no encalço, escorreguê e caí em cima dela. E vai ela disse-me assim: “Àprovêta, Antóino, àprovêta!”

No exemplo (9), o cómico provem do efeito provocado pelo trocadilho da última intervenção. Com efeito, “não estou par dá-la”, corrupção fonética de “não estou para dá-la”, explora o equívoco fonético com a expressão “não estou pardala” que ainda hoje se mantem viva em certas regiões. No último exemplo (11), o equívoco só é perceptível se tivermos em conta a variante regional que condiciona foneticamente a produção do enunciado.

Outras vezes assistimos à segmentarização da palavra, verificando-se a autonomização de certos fonemas que dão lugar a novas associações. É o caso paradigmático do seguinte dito de espírito atribuído ao Cardeal Cerejeira:

(12) Conta-se que numa das ocasiões em que o Cardeal teve que se deslocar a Roma para participar na eleição de um novo Papa, o Presidente da República Américo Tomás, que se tinha deslocado ao aeroporto, despede-se dele no momento da partida, dizendo:

- Adeus, insigne viajante.

Ao que o Cardeal Patriarca teria respondido:

- Adeus, “insigne...ficante!”

Ou ainda o caso dos exemplos que se seguem:

(13) No serviço de urgência do hospital, dois indivíduos acabam de entrar. O médico aborda um deles e pergunta-lhe

- O senhor é que o dador de sangue?

- Não, eu sou o *da dor* de barriga, sr. doutor.

(14) Um dia McGyver é abandonado no deserto. Debaixo duma temperatura de 40 graus, não lhe parece restar nenhuma possibilidade de sobrevivência. McGyver tira então do bolso uma laranja. Lembrando-se que a laranja contem vitaminas, o herói corta-a ao meio e separa as *vitas* das *minas*. Com as minas provoca um terramoto no deserto. Sacode então a *terra* da *moto* e foge, montado nesta última, conseguindo assim escapar.

Num percurso que vai da parte para o todo (12) ou do todo para a parte (13) e (14), a homofonia contamina aqui o próprio eixo paradigmático; os fonemas independentizam-se encontrando correspondência em novos significados que, porque inesperados, desencadeiam o efeito cómico.

Há ainda o caso da dupla exploração da homofonia e das derivações lexicais. Aqui são os morfemas que ganham autonomia, impondo-se no enunciado num artifício que põe em vigor as próprias regras de derivação. É o caso explorado nesta anedota onde um falso aumentativo se contrapõe ao uso do diminutivo, gerando novo significado que o contexto situacional autoriza:

(15) No eléctrico. A senhora para o guarda-freio:

- Faça-me o favor, páre naquela paragenzinha.

O guarda-freio:

- Minha senhora, ali é uma paragem *zona*.

Certos jogos exploram a consonância com os nomes próprios, despertando regularidades fonéticas escondidas no trocadilho. Provam-no estas duas versões duma anedota sobrejamente conhecida.

(16a) Numa esquadra de polícia, um homem é submetido a um interrogatório.

- Nome?

- António Manuel Passos Dias Aguiar Mota.

- Profissão?

- Padeiro.

- Como é possível, se acabou de dizer que passa os dias a guiar mota?

(16b) Um motorista de táxi perde o controlo da sua viatura, galga o passeio e derruba um homem que estava a pintar uma tabuleta anunciando a venda de azeite. Os dois homens envolvem-se numa briga violenta. “Como é que os senhores se chamam?” Pergunta o polícia, exigindo a identificação de cada um deles. As respostas são elucidativas: Passos Dias Aguiar, responde o taxista; Pinto Ramos de Oliveira, responde o pintor.

Quando a identidade do significante se revela em absoluto, respeitando-se integralmente os limites dos elementos linguísticos, estamos perante um caso de homonímia. O jogo explora então a representação única que se inscreve a nível fonemático e grafemático. Tal como o jogo homofónico, também o jogo com base na homínimia se pode exercer tanto sobre a palavra como sobre o sintagma ou a frase.

Encontramo-lo em inúmeras adivinhas e enigmas populares que põem à prova a perspicácia e as capacidades do auditório para desfazerem a ambiguidade nele existente. Os dois exemplos reproduzidos a seguir permitem-nos observar que no jogo homonímico há uma espécie de eco que contribui para que a desambiguação se efective sem necessidade de recorrer ao contexto; é no próprio código linguístico que se encontra a resposta para o enigma:

(17a) Qual é a bebida preferida do Papa?

Resposta: É sumo pontífice.

(17b) O que é o ciclo litúrgico?

Resposta: É a bicicleta do senhor abade.

(18) Que horas são quando um bolo é dividido por quatro meninas?

Resposta: São quatro p' ràs quatro.

Encontramo-lo ainda em certas anedotas que exploram habilmente a possibilidade de equívoco que o seu uso admite:

(19) No psiquiatra:

- Você foi *soldado*?

- Não, senhor. Eu sou feito duma só peça.

(20) O que pensa do Almada Negreiros?

- Dois a um, ganha o Almada.

(21) Um indivíduo censurava o amigo por este lhe andar constantemente a pedir dinheiro emprestado.

- Então, que queres? - retorquiu-lhe o amigo. Eu sou um homem de princípios. Para mim, o *dever* acima de tudo!”

(22) Certa senhora comprava todos os dias duas cervejas que punha no frigorífico. O filho, às escondidas da mãe, todos os dias bebia uma. A senhora achava, no entanto, que o filho era um rapaz adorável pois sempre que ela lhe mandava buscar as duas cervejas ao frigorífico, ele exclamava:

- Mãe, há só uma!

No exemplo (19), a ambiguidade semântica é trazida pela relação homonímica de um único lexema (*soldado* - nome /adjectivo) enquanto no exemplo (20) ela é produzida pela homonímia sobre dois lexemas que formam uma unidade semântica (*Almada Negreiros*) que, percebidos em separado, reenviam a interpretação para outro campo semântico, permitindo uma leitura insólita mas coerente do enunciado.

Nos dois últimos exemplos, o jogo não se limita à exploração da homonímia lexical. À ambiguidade lexical de *dever* (21) e de *uma* (22), vem associar-se a ambiguidade sintáctica das frases. Estes dois tipos de ambiguidade são, por si só, geradores de ambiguidade semântica, uma vez que permitem que as duas leituras que lhe estão associadas determinem condições

de verdade diferentes. O jogo, no entanto, não se limita à construção homonímica. Da interpretação de cada um dos enunciados poderemos tirar uma proposição implícita: “O dever acima de tudo” (21), “Mãe há só uma” (22). O jogo enriquece-se, pois, na alusão irreverente a estas duas locuções consagradas pelo uso.

Na realização do jogo de palavras encontramos ainda certos efeitos que relevam não já da absoluta identidade dos significantes mas que constituem casos de atracção morfemática onde uma palavra ou parte de palavra suscita uma outra com a qual se assemelha acusticamente. É o caso da paronímia evidenciada nas duas anedotas que se seguem:

(23) Sabem qual é o cúmulo da ignorância religiosa?

Resposta: É pensar que as epístolas eram as mulheres dos apóstolos.

(24) A Madona decide um dia fazer uma visita ao Papa, envergando um vestido com um decote generoso sobre o qual exhibe uma jóia em prata que reproduz a Última Ceia. Perante o olhar insistente do Papa na direcção da jóia, a actriz pergunta:

- Sua Santidade está a olhar para a Ceia do Senhor?

Ao que este responde:

- Não. Estou a olhar para o *seio da senhora*.

Em ambos os exemplos se respeita a categoria gramatical do termo original. No primeiro caso, o artifício reside na associação proposta para dois termos (*epístolas* / *apóstolos*) idênticos quanto à acentuação mas diferentes em género. Essa associação permite concluir que se trataria de um sinal de ignorância por parte de um sujeito imaginário (responsável pelo absurdo), de uma hipotética flexão do primeiro termo, fazendo crer numa flexão abusiva de género. A formulação da anedota permite o riso de cumplicidade do narrador

com o seu auditório, não tanto pela inserção da flexão que não existe, mas pela conexão que a associação permite estabelecer com um outro termo da terminologia religiosa que o auditor reconhece e ao qual atribui uma identidade própria. O auditor ri, então, não da substituição linguística em si, mas da derrapagem que ela provoca, contrariando as definições do dicionário e as noções interiorizadas do seu universo de referência. No segundo exemplo, a substituição dos grafemas e dos fonemas (*Ceia /seio, Senhor /senhora*) afecta todo o sintagma. A variação do género (masculino/feminino) bem como a variação da categoria do nome (nome próprio/ nome comum) criam o trocadilho. A conexão com o equívoco criado pelos elementos situacionais que rodeiam o acto de enunciação da sequência linguística é então nítida. Num processo inverso ao que observamos na maioria dos outros exemplos, aqui é o próprio jogo de palavras que, ao estabelecer a ambiguidade linguística, contribui para desfazer o equívoco.

O jogo de linguagem assume por vezes a forma de deformação de expressões idiomáticas, frases célebres, slogans ou provérbios, levando ao aparecimento de enunciados que deles se aproximam foneticamente mas que pelo seu conteúdo semântico inesperado produzem o efeito humorístico.

Os enunciados: "Deste jardim à beira mar *encalhado*"²⁹ ou "Na natureza nada se perde nada se cria, tudo se *transtorna*" resultam em novos aforismos fundados na alusão. O jogo sobre a substância fónica provem aqui de uma espécie de intuição, da descoberta brusca que dois planos de significação podem ser sobrepostos e engendrar o efeito inesperado. Produto

²⁹ Herman José (Crónica de José Esteves), *Diário de Notícias* de 29 de Setembro de 1996

da percepção de dois domínios de significação subitamente postos em relação um com o outro, ele constitui um terceiro domínio de significação que suscita surpresa e diversão. O seu efeito inesperado apresenta sempre um carácter lúdico para o locutor que o cria mas nem sempre é partilhado pelo auditor o que prova que não basta activar a dinâmica desestabilizadora da linguagem. É necessário fazer fé nos conhecimentos consolidados do interlocutor e contar com a sua boa vontade, com a sua inteligência, com a sua capacidade inferencial e com a sua cooperação para aproximar os dois planos de significação.

É interessante notar que o discurso científico, e em particular num domínio que nos é próximo, o da Pragmática Linguística, está também eleivado de constantes acenos aos conhecimentos partilhados, estabelecendo entre o investigador e o seu público uma divertida cumplicidade. Forma de abertura para um comentário que conserva o seu carácter sério, essa cumplicidade surge por vezes na formulação de um título insólito em consonância com proposições ou enunciados anteriormente consagrados e que só um interlocutor iniciado captará. O título apresenta-se então, para o leitor-investigador como uma ilustração que se pretende divertida e simultaneamente esclarecedora da definição de conteúdos implícitos. Numerosos exemplos, em textos recentes de reflexão ou de divulgação teórica, o atestam. É o caso de *Mais occupe-toi d'Amélie*, título do terceiro capítulo de *Les Mots du Discours* (Ducrot et al.). Na nota apensa ao texto, tranquiliza-se o leitor, alertando-o para um facto que é do seu conhecimento: “Le titre original de Feydeau ne

comporte bien sùr pas de *mais*.³⁰ O acrescento deste conector argumentativo deve-se à iniciativa dos autores de pretenderem transformar a ordem em censura. De forma hábil, o título orienta o leitor para o tema central do capítulo que é o da classificação das diferentes possibilidades de emprego de um morfema cujo valor semântico permanece idêntico.

Poderia citar também múltiplos exemplos que se fundam na alusão desviante de outros textos, mas limitar-me-ei a referir duas outras fórmulas parafraseantes que têm a particularidade de glosar o mesmo título-base, reportando-se ambas a *Quand dire c'est faire*, título da tradução francesa da célebre obra de Austin, *How to do things with words*. A primeira dessas formulações é o título de uma comunicação de F.I.Fonseca — *Quand dire c'est feindre: théorie linguistique et fiction littéraire*³¹ - título que sublinha em cumplicidade com a questão emblemática de Austin, mas dela se distanciando, uma reflexão teórica sobre a importância do estudo da actividade ficcional. Quanto à segunda — *Comique et linguistique pragmatique: "Quand dire c'est faire"...rire* - é o título de um artigo de Roselyne Koren (1990) em que a autora procede à análise do revestimento cómico de certas formulações teóricas em algumas obras de linguistas franceses que se reclamam da escola pragmática. A subtileza da enunciação favorece o "diálogo" que se instaura entre o linguista e o leitor, desenvolvendo uma estratégia heurística de proximidade entre um e outro, na busca do conhecimento. Citando R. Koren: " Quel meilleur exemple un chercheur pourrait-il donner en faveur de la linguistique de l'énonciation que

³⁰ Cf Ducrot et al. (1980:93, nota única), sublinhado meu.

³¹ Cf Fonseca, F. I. (1993: 55-62).

celui de la “sociabilité langagière” d’une écriture scientifique veillant à entretenir une complicité fondée sur le plaisir du non-sens et l’accès au sens?” (Koren, 1990:55).

4.3. O jogo com base no significado: ambiguidade e polissemia

“L’ambiguïté est partout”, diz-nos Claude Hagège. “Et l’énonceur, de quelque niveau que soit sa connaissance de la langue ou son aptitude à s’en distancier, ne se fait pas faute d’en jouer: les plaisanteries métalinguísticas existent dans toutes les langues et dans tous les styles.” (1985:335). A capacidade de uma unidade lexical poder corresponder a várias significações pode constituir fonte de inspiração para a construção da ambiguidade do enunciado. Permitindo alargar a rede de conotações e enriquecer o conteúdo semântico do enunciado, a polissemia está assim na origem de muitos jogos de linguagem e pode, também ela, favorecer a criação do humor na linguagem.

Uma grande parte do efeito cómico da polissemia está ligada a uma aproximação intencional de dois domínios diferentes. O auditor ri da orientação interpretativa causada pela substituição numa dada sequência significativa, de um segundo sentido (S2) que se sobrepõe ao primeiro sentido (S1). Compete ao auditor descodificar, no tecido do texto e na rede de conotações que o termo polissémico envolve, a coexistência desses dois sentidos. Para tal deve proceder à desmontagem do mecanismo derivacional

que o tornou possível e confrontá-lo com os dados contextuais que determinam o enunciado. Considerando os exemplos seguintes:

(25) Uma senhora solteira que vivia perto de um quartel, escreveu uma carta ao comandante do mesmo, nestes termos: “Solicito a companhia do capitão Fernandes para um jantar em minha casa.”

A resposta do capitão não se fez esperar: “Com exceção de dois soldados que estão de licença e um que baixou ao hospital, a companhia do capitão Fernandes terá todo o prazer em comparecer.”

(26) No decorrer de uma ceia em que participam frades jesuítas e frades beneditinos, acende-se forte polémica em torno das duas doutrinas representadas, gerando-se um certo confronto na assembleia. Um frade beneditino conta então a seguinte história:

Em certa noite de insónia, proporcionada pelas visitas tardias, o Menino Jesus, depois de muitas voltas na mangedoura que lhe servia de berço, deu maior interesse ao que o rodeava. E atentou nos animaizinhos que, de perto, o bafejavam - o boi e o burro. Meneou a cabeça ao sentir-se só e como abandonado e murmurou:

É então esta a “Companhia de Jesus?”

Intuitivamente, apreendemos o humor presente no jogo polissémico, como um efeito que radica na ambiguidade do termo “companhia” que nos reenvia para convivialidade e para associação de pessoas com um estatuto comum. A mesma origem etimológica acentua a ambiguidade gerada pelos dois sentidos do vocábulo. A ambiguidade lexical não basta porém para despoletar o humor. Através de uma complexa série de inferências, o auditor reconstrói os dois sentidos em conflito em interação com o contexto. Para que haja efeito cómico é preciso que a ambiguidade lexical se sobreponha ao papel desambiguizador desempenhado pelo contexto. É o que acontece nos dois exemplos citados. O equívoco assenta na sobreposição de S2 sobre S1 e o

riso que ambas as histórias despoletam é o riso de superioridade do auditor que, em interacção com o contexto e através de uma série de inferências, reconstrói os dois sentidos em conflito, deslindando assim o equívoco. No exemplo (26) destaca-se ainda o facto de a nova expansão trazida ao enunciado pelo S2 (a alusão à Ordem dos Jesuitas), afectar a orientação axiológica do enunciado e instaurar uma nova ordem de valores que reforça o desvio operado no plano paradigmático. A transgressão humorística que se opera no encadeamento do enunciado está associada à infracção semântica que se opera no paradigma axiológico, o que confere ao enunciado um valor irónico. O efeito cómico provem simultaneamente do exercício de manipulação da língua no jogo com a ambiguidade ao fazer sobrepôr S2 a S1, e do papel que esse jogo desempenha numa nova interpretação que deixa em aberto a possibilidade de fazer surgir um valor contraditório e inferiorizante para S2. O auditor é convidado a reconhecer esse valor num mesmo olhar distanciado que o torna cúmplice do locutor.

As análises estruturais dos jogos de linguagem baseiam-se nas noções de *disjunção* e de *justificação* que designam respectivamente o momento de passagem do S1 para S2 e o momento de resolução (cognitiva e psicológica) da incongruência despoletada pelo sentido inesperado do termo ambíguo. Morin (1966:102) refere-se apenas ao primeiro destes momentos designando por “função interlocutora de disjunção”, a função que torna possível a passagem do discurso “sério” para o discurso “cómico”: “La bifurcation est possible grâce à un élément polissémique, le disjoncteur, sur lequel l’histoire enclenchée (normalisation et locution) bute et pivote pour prendre une direction nouvelle

et inattendue.” Charaudeau (1972:63) distingue explicitamente os dois momentos através da introdução dos termos *embrayeur* e *déembrayeur*. Detendo-se no termo polissémico, Guiraud (1979:105-106) distingue entre *ludé* (sentido esperado, dado no texto) e *ludant* (sentido inesperado, latente no texto). Considerando a seguinte anedota:

(27) Quando o filho do ferroviário fez seis anos, o pai apressou-se a matriculá-lo na primeira classe da escola primária.

No primeiro dia de aulas, ao ver a sua sala, o pequeno exclama:

- O que é isto? 1ª classe e os bancos são de pau?

Torna-se evidente neste exemplo que a conotação sugerida pela réplica da criança não se coaduna com o contexto situacional para que remete o enunciado. Alheia aos factores desambiguizantes do contexto, a criança radica a sua interpretação na sua pouca experiência do mundo e no seu estatuto de filho de ferroviário. À sua interpretação errónea, o auditor contrapõe de imediato a desambiguação que decorre da distinção entre os dois domínios contextuais (comboio/escola). Não chega a haver conflito entre S1 e S2. O sorriso que a história desencadeia é o sorriso da condescendência face ao erro (desculpável) da criança. Há contudo casos de polissemia em que o segundo sentido evocado pode coexistir com o primeiro e serem ambas as interpretações validadas pelo contexto. É o caso da seguinte anedota, protagonizada por François Bassompierre, embaixador e Marechal de França, mandado encarcerar na Bastilha sob as ordens de Richelieu.

(28) Um dia, Bassompierre foi surpreendido, na sua cela, a folhear desesperadamente as páginas dum livro.

- Qu'est-ce que vous cherchez? - perguntou-lhe o guarda.

- Je cherche un passage mais je n'arrive pas à le trouver."

Neste caso, os dois sentidos do termo ambíguo ("passage") coexistem no texto e as funções de disjunção e de justificação são realizadas por uma mesma e única entidade linguística à qual o auditor deverá estar atento sob pena de não captar o jogo de inferências para o qual aponta o enunciado. Mais uma vez estamos perante uma forma de humor que se baseia na realização fonológica do texto. Este exemplo ilustra um dos raros casos em que a tradução não compromete o jogo intelectual. Com efeito, a total correspondência entre os termos "passage" e "passagem" do francês e do português facilita o trabalho de selecção do tradutor na busca da equivalência. Não resisto a citar um outro exemplo que, fugindo embora dos critérios estabelecidos para a constituição do *corpus* deste estudo, se enquadra na categoria dos jogos de linguagem que acabei de caracterizar: "Prenez un cercle, caressez-le. Il deviendra vicieux." (E. Ionesco, *La Cantatrice chauve*, scène 7). Trata-se de um dito de espírito revelador da máxima subtilidade que consegue sobreviver ao exercício da tradução. Nem sempre, porém, tal acontece. Na maior parte dos casos, o papel desempenhado pela estreita dependência entre som e sentido exclui a tradução literal e coloca o tradutor perante o problema da busca de um equivalente na língua de chegada que introduza uma ambiguidade comparável à que se produz na língua de partida. O tradutor vê-se então perante a necessidade de se socorrer de processos sofisticados de recriação da relação entre sentido e correlação fónica. Em alguns casos limite, as restrições e a incompletude do sistema linguístico

colocam-no mesmo perante a questão da intraduzibilidade do jogo de palavras. É o que se verifica nos dois exemplos que se seguem cujo efeito cómico só é passível de ser apreciado na língua de origem:

(29) Perguntaram um dia a W. C. Fields:

- Do you believe in clubs for young people?"

- Only when kindness fails."³²

(30) Um dos primeiros actos de Napoleão foi de confiscar os bens da Casa de Orléans. Tal gesto suscitou o seguinte comentário:

"C'est le premier vol de l'aigle."³³

Os termos "club" e "vol" funcionam como disjuntores lexicais do processo humorístico. A graça só é perceptível se entendermos "club" como termo que reenvia duplamente para "clube" e para "castigo corporal" e "vol" como termo que evoca simultaneamente "roubo" e "voo" em associação com a metáfora latente contida em "aigle" para designar Napoleão. O carácter polissémico dos termos-disjuntores parasita os discursos e só a actividade conceptual de um locutor que domine o sistema complexo da rede de conotações possíveis pode permitir afastar a incongruência aparente do comentário final contido em cada um dos enunciados.

A estreita dependência entre som e sentido e o papel que desempenha a polissemia na realização do jogo intelectual excluem aqui a tradução literal e colocam o tradutor perante a impossibilidade de encontrar um lexema equivalente na língua de chegada que introduza uma ambiguidade comparável

³² Exemplo citado por Attardo (1994:97).

³³ Exemplo citado por Freud (1905)1985:59).

à que se produz na língua de partida. Ao propor a passagem para uma outra configuração que se apoia sobre a materialidade da língua de chegada, a tradução põe a claro os sistemas de constrangimento a que a língua obedece e a sua incompletude.

A questão da traduzibilidade (ou intraduzibilidade) dos jogos de palavras vem recordar-nos que o locutor se encontra sempre sujeito aos sistemas de regularidade da língua mesmo quando os pretende subverter. Por outro lado, observamos que ao promover o cruzamento de S1 e de S2, o auditor bloqueia o sentido literal (que continua porém a manter-se no tecido linguístico do enunciado) e descobre no texto uma outra intenção comunicativa.

A análise dos jogos de linguagem, e em particular os que assentam no jogo polissêmico, não deverá pois confinar-se à organização linear das sequências linguísticas nem limitar-se a encará-los como um simples exercício verbal ao serviço de intenções lúdicas. Os seus mecanismos de transgressão traduzem a “disfuncionalidade da linguagem” (Guiraud, 1979), mas conduzem também, nessa disfuncionalidade, à emergência de múltiplos sentidos no enunciado, evocando e invocando associações de sentido inesperadas. Ora, os conteúdos que esses mecanismos mobilizam são de natureza semântico-pragmática. A mensagem adquire o seu sentido e a sua força em unidades transfrásticas que não podem ser dissociadas da situação de emprego. O seu sentido faz variar sistematicamente a referência com as circunstâncias que determinam o contexto em que é proferido, o que implica que se tenha em conta o contexto existencial e referencial (os interlocutores, as coordenadas de

espaço e tempo). Por outro lado, o jogo de linguagem é, como todos os jogos, uma actividade essencialmente regulada e partilhada. A comunicação do locutor tem como pano de fundo um conjunto de informações linguísticas e não linguísticas que são mutuamente partilhadas e depende, como sabemos, da capacidade de inferência do auditor. O levantamento das ambiguidades implica, pois, o estabelecimento de competências culturais e transculturais que obrigam a postular uma noção mais alargada de contexto, entendendo-o como aquilo que os interlocutores pressupõem e o conjunto das informações e das crenças que partilham.

Os conteúdos mobilizados pelos mecanismos dos jogos de palavras podem também encontrar-se na base da formulação de *actos de linguagem indirectos* o que torna a questão bem mais complexa. Verificamos que, em certos casos, o conteúdo da proposição expressa se distancia da significação literal da frase. Os exemplos atrás citados provam que existe uma diferença entre o sentido literal e o sentido expresso, entre o sentido que abertamente se exprime e o sentido que apenas se insinua na asserção que esconde a pressuposição. Entramos no mundo de que fala Françoise Armengaud em que a aparência se transforma em armadilha.: "Sous l'herbe verte glisse le serpent de l'ironie, de l'insinuation, de l'allusion, du sous-entendu, de l'équivoque, du double-sens. La politesse exquise et le persiflage sournois se donnent la main". (Armengaud, 1993:94). Os actos de linguagem são marcados linguisticamente, mas esse facto não basta para desfazer a ambiguidade e descobrir o que se realiza efectivamente numa dada situação de comunicação. O acto de linguagem, ou os actos de linguagem realizados na enunciação de uma frase,

diz Searle, “sont fonction de la signification de la phrase en question. La signification d’une phrase ne permet pas de déterminer dans tous les cas de façon univoque, quel est l’acte de langage réalisé dans l’énonciation de cette phrase particulière, car un locuteur peut vouloir dire plus qu’il ne dit effectivement; cependant, il lui est toujours possible, en principe, de dire exactement ce qu’il a l’intention de signifier.” (Searle, (1969) 1972:54). É na tensão entre as virtualidades da língua e a actualização dos discursos que o jogo se desenrola.

Cap. 5 - Estatuto da referência na enunciação humorística

*“Dans l'énonciation, la langue se trouve employée à l'expression
d'un certain rapport au monde.”*

Émile Benveniste

5.1. Ambiguidade e construção da referência no enunciado humorístico

As interpretações linguísticas que se restringem a colocar as questões da ambiguidade como problemas passíveis de serem resolvidos no plano de análises de cariz fonológico, sintáctico ou semântico, embora capazes de atribuir várias interpretações ao enunciado ambíguo, revelam-se parciais na tarefa de descrever a interpretação completa do enunciado humorístico. Só uma análise semântico-pragmática poderá, a partir da interpretação parcial fornecida por essas análises, proceder à selecção adequada de uma das interpretações possíveis. Esta tarefa de selecção não se pode dissociar de uma outra que a condiciona: a tarefa de atribuir aos diferentes termos referenciais utilizados no enunciado, os seus referentes, isto é, os objectos do mundo que lhes correspondem.

Ao distinguir a noção de língua como reportório de signos e sistemas de combinações, da noção de língua como actividade manifestada na instância do discurso, Benveniste reconhece a existência de índices próprios que caracterizam essa instância de discurso. O papel destes índices (indicadores) é o de funcionar como instrumentos da conversão da linguagem em discurso. No artigo “L’appareil formel de l’énonciation” incluído no nº 17 da revista

Langages e mais tarde publicado no vol. II de *Problèmes de Linguistique Générale*, Benveniste designará esta conversão pelo termo *emunciação*, que define como “la mise en fonction de la langue par un acte individuel” e onde considera sucessivamente “l’acte même”, “les situations où il se réalise” e “les instruments de l’accomplissement.” (1974:80).

Se a enunciação veicula um sentido adicional que varia de acordo com a situação de enunciação e dela depende, a descrição do sentido de um enunciado deverá ter em conta o contexto pragmático da sua enunciação o que nos obriga a colocar o problema da *referência*, aspecto que abordarei no presente capítulo.

Entendo, pois, que os efeitos de ambiguidade dos enunciados humorísticos devem poder interpretar-se no espaço enunciativo, em articulação com a posição central que nele ocupa o locutor em relação à instância do discurso e em articulação com os diferentes elementos constitutivos da situação de comunicação. Esta interpretação leva-me a distanciar-me de uma perspectiva estritamente linguística que se ocuparia apenas do sentido identificado com o conteúdo representativo das frases e a interessar-me pelo estudo dos enunciados, em articulação com o uso que deles fazem os locutores.

Pela referência, o discurso encontra-se em relação necessária com o contexto. Os sinais dessa relação estão visíveis no discurso e — diz-nos Benveniste — são categorias cuja estrutura só pode ser estabelecida em referência à enunciação. O seu funcionamento integra-se na actividade

efectuada pelo sujeito enunciador de relacionar os elementos da língua e o elemento extra-linguístico.

No entender de C. Kerbrat-Orecchioni, o estatuto do referente é complexo: “D’une part il est extérieur au message et environne la communication. Mais en même temps il s’y insère dans la mesure où une partie de ce référent est concrètement présente et perceptible dans l’espace communicationnel, et c’est en général ce que l’on entend par situation de discours; ou une autre partie (qui peut coïncider partiellement, dans le “discours de situation”, avec la précédente) de ce référent est convertie en contenu du message; ou enfin il se réfléchit dans la “compétence idéologique et culturelle” des sujets, c’est à dire l’ensemble des connaissances qu’ils en possèdent et des représentations qu’ils s’en sont construites.” (1980:27). O lugar de inserção do referente é portanto múltiplo, como conclui a autora que, reformulando o esquema de Jakobson baseado na oposição *código linguístico/mensagem*, propõe um esquema que configura a complexidade do acto de comunicação tornando explícitas as competências do locutor e do alocutário, integrando nelas todas as suas possibilidades linguísticas, ou seja, tudo aquilo que é necessário à intercompreensão. Embora este esquema nada acrescente quanto à natureza das interacções que existem entre as diferentes componentes, ele pode ser uma base para uma análise que visa investigar o modo como se articulam entre si as diferentes componentes, a forma como actua, na codificação e na decodificação, esse “filtro complexo” que é o universo do discurso e a maneira como se efectua numa dada situação a referenciação da mensagem verbal.

Para J. Moeschler e A. Reboul, a referência é um fenómeno que diz respeito à utilização da linguagem: “on ne peut pas déterminer le référent d’une expression référentielle que si elle est utilisée, parce que c’est seulement si elle est utilisée qu’elle a un référent.” (1994:156). Nenhuma expressão linguística é, portanto, independente do seu contexto pragmático. Daí que a compreensão do enunciado só se complete se associarmos à sua significação linguística a determinação da referência das diferentes expressões referenciais que ele contem.

Vejamos de que modo a seguinte anedota o ilustra:

(31) Um casal alemão decide passar as suas férias em França, na Côte d’Azur. Estava-se no princípio dos anos 50. Dando-se conta de que as recordações da guerra tornavam o seu país impopular, decidem fazer-se passar por ingleses. Um dia, entrando no bar do hotel, em Cannes, o marido encomenda as bebidas ao garçon:

- Waiter, please, two martinis.
- Yes. Dry? - pergunta o garçon.
- Nein, zwei!³⁴

Estamos aqui, manifestamente, perante um caso de interferência linguística, visível ao nível da exploração da homofonia existente entre dois termos do inglês e do alemão. A sequência fónica [drai] tanto pode significar “seco” como “três”, conforme for pronunciada por um falante de inglês — e nesse caso é um “token” da palavra inglesa *dry*, ou por um falante de alemão — e nesse caso é um “token” da palavra alemã *drei*. Por detrás de “dry” está “drei”, armadilha linguística em que cai o turista alemão, impedido assim de levar por diante o subterfúgio com que pretendia esconder a sua origem. A respeito da noção de interferência, o *Dictionnaire de Linguistique* de J.

³⁴ Exemplo citado por CALVET, L.J. (1990: 103).

Dubois, esclarece-nos: “On dit qu’il y a interférence quand un sujet bilingue utilise dans une langue cible A un trait phonétique, morphologique, lexical ou syntaxique caractéristique de la langue B”. No entanto essa interferência só se transforma em objecto do nosso riso, quando associamos à significação linguística do enunciado, os efeitos ilocutórios e perlocutórios que a sua enunciação provoca.

O jogo transgressor pode também apostar na relação inusitada que o enunciado pretende estabelecer entre as expressões referenciais e o referente para que (não) apontam:

(32) Conta-se que certo sacerdote, ao iniciar uma cerimónia religiosa no templo, desejando separar os homens das mulheres, mandou que se colocassem elas no cima, e eles ao fundo, da forma seguinte: “Saías acima, calças abaixo!” Perante o espanto do sacerdote, um dos paroquianos ergueu a voz para dizer, indignado: “Senhor Padre, isto aqui é uma casa de Deus!”

(33) Num exame:

- Menino, calças é plural ou singular?
- Singular em cima e... plural em baixo, Senhor Professor.

(34) No exame de instrução primária, o professor pergunta:

- Chispe é com x ou com ch?
- Lá em casa é sempre com feijão branco e couve lombarda.

Estamos, em cada um destes três exemplos, perante uma interpretação ingénua por parte de L2 da relação estabelecida por L1 entre a expressão referencial escolhida e o referente. Essa expressão referencial é introduzida por um grupo nominal cuja significação lexical é de natureza descritiva. Em (32), a substituição metonímica dos termos “mulheres” e “homens” por “saías” e “calças”, confunde o pobre paroquiano que vê na ordem do padre um apelo à

imoralidade. Em (33) e (34), é o uso da forma elíptica empregue pelo professor (“*calças*” em vez de “o substantivo *calças*”; “*chispe*” em vez de “a palavra *chispe*”) que confunde a criança, levando-a a associar ao significante “calças” o referente extra-linguístico e não a categoria gramatical para que remete. Com efeito, a graça do segundo exemplo perder-se-ia se o professor tivesse formulado a pergunta de forma a explicitar que a resposta pretendida visava uma classificação metalinguística.

Vemos, pois, que a necessidade de recuperar a “boa interpretação”, ou seja, aquela que o locutor do enunciado tem intenção de comunicar, mobiliza tanto a operação de desambiguação como a operação de atribuição de um referente adequado às expressões referenciais utilizadas no enunciado.

Ao introduzir no seu discurso os “objectos do mundo” de que quer falar, o locutor pode apresentá-los como não identificáveis pelo alocutário. É o caso da formulação de enunciados cuja referência é feita com recurso a um determinante artigo indefinido. Vejamos a seguinte anedota:

(35) Um corcunda, ao folhear o jornal depara com o seguinte anúncio: “Tiro corcundas com um limão.” Encantado com a possibilidade de ver desaparecer a sua deformidade física, o corcunda apressa-se a dirigir-se à morada indicada no anúncio.

- Foi daqui que puseram um anúncio a dizer que eliminam corcundas?
- Foi sim senhor. O senhor está interessado em recorrer aos meus serviços?
- Evidentemente que sim. Mas diga-me uma coisa: É mesmo verdade que o senhor tira corcundas com um *limão* ?
- Claro que sim. Ou você queria que fosse com uma *liminha* ?”

A ambiguidade visível na estrutura de superfície é uma fonte potencial de criação de duplo sentido, tanto mais que o contexto não exclui nenhuma das duas interpretação possíveis (limão = fruto; limão = lima muito grande).

Em princípio, o uso da expressão referencial do tipo indefinido (“*um limão*”) é dotada de autonomia referencial e deveria ser capaz, por si só, de determinar a partir do seu sentido lexical, o referente que designa. Tal facto revela-se, contudo, insuficiente no processo de desambiguação. Encontramo-nos então perante um problema evidente: o uso de uma expressão indefinida, embora satisfaça a descrição linguística, nem sempre é capaz de deter a “desordem” semeada no enunciado pelo uso pragmático que dele faz o L2. É óbvio que L2 conhece o valor lexical das duas descrições possíveis de *limão*. Há, por conseguinte, que proceder a uma distinção pragmática entre usos, e não a uma distinção linguística entre termos. Podemos admitir que o enquadramento físico em que decorre a situação de comunicação (trata-se de um anúncio de jornal, logo de uma enunciação diferida), contribuiu para a incompletude dessa interpretação. Não é, pois, a sua competência lexical que está em jogo mas sim a selecção a que procedeu a partir da interpretação construída à volta de um conceito surgido na forma lógica do enunciado.

Concluimos então que a ambiguidade foi provocada pela má escolha entre as duas interpretações possíveis do termo. Ao rejeitar a hipótese que seria mais susceptível de otimizar a pertinência do enunciado, ou seja, a hipótese mais coerente com o princípio de pertinência, L2 impede a eliminação da ambiguidade ao nível pragmático e contribui, com a sua má escolha, para o equívoco. Assim, o desrespeito do princípio de pertinência que está em jogo na formação e selecção das hipóteses interpretativas pode contribuir para intensificar os efeitos da ambiguidade linguística patente no enunciado. Como

vimos, tal como o problema da ambiguidade, também o da atribuição dos referentes faz intervir factores linguísticos e pragmáticos.

5.2. Deixis, referência situacional e referência co(n)textual

5.2.1. Sujeito enunciador e construção da referência situacional

A conclusão a que cheguei no ponto anterior reforça a ideia de que a questão da referência não é um problema exclusivamente linguístico.

Na impossibilidade de estudar directamente o acto de produção, resta ao linguista a possibilidade de analisar no enunciado as marcas deixadas pelo acto de enunciação, ou seja, “les lieux d’inscription dans la trame énonciative des différents constituants du cadre énonciatif.” (Kerbrat-Orecchini, 1980:30). Estes diferentes constituintes do quadro enunciativo não são todos tratados do mesmo modo, uma vez que a enunciação é encarada essencialmente do ponto de vista da produção do enunciado, recebendo o locutor um tratamento privilegiado.

Atentemos, antes de mais no papel do locutor. No conjunto de seis artigos que unificou sob o título global “L’Homme dans la langue”³⁵, Benveniste redimensiona o papel do homem no fenómeno da linguagem, atribuindo a esta última um papel relevante na constituição do sujeito: “C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme sujet” (Benveniste, 1966:259).

O que importa não é tanto que o homem seja definido pela linguagem, mas que ele se defina pela linguagem enquanto *sujeito*. Referindo-se ao acto de

³⁵ Benveniste, E. (1966).

discurso em que é pronunciado, “eu” designa aí o locutor. A capacidade de o locutor se colocar como sujeito, remetendo para si mesmo o seu discurso é a emergência de uma propriedade fundamental da linguagem: a *subjectivité*. “Est “ego” qui dit “ego”. Nous trouvons là le fondement de la “subjectivité”, qui se détermine par le statut linguistique de la “personne” (ibidem:260). Nesta fórmula com que integra na questão do sujeito a noção metafísica de *ego*, o que conta fundamentalmente é a importância dada ao processo discursivo, indicando que o sujeito está no *dizer*. Esta definição do sujeito torna-o contemporâneo da sua enunciação, a pessoa é actualizada, no plano da língua, pelo morfema *eu*: “C’est un terme qui ne peut être identifié que dans /.../ une instance de discours, et qui n’a de référence qu’actuelle” (ibidem:262). A permanência do *eu* depende antes de tudo o mais do exercício individual da linguagem.

Numa análise que parte da enunciação como instanciação de um sujeito no discurso, assume particular importância o estudo dos pronomes pessoais, categorias elementares, na opinião de Benveniste, para quem estas formas são “les actes discrets et chaque fois uniques par lesquels la langue est actualisée en parole par le locuteur” (ibidem:251).

De acordo com esta perspectiva linguística, as definições dos índices de pessoa *eu*, *tu*, elaboram-se, não a partir de um paradigma gramatical constituído, mas sim a partir da instância do discurso. A sua emergência, diz-nos ainda Benveniste, “ne se produit que dans et par l’énonciation: le terme *je* dénotant l’individu qui profère l’énonciation, le terme *tu*, l’individu qui y est présent comme allocutaire” (1974:82). A sua função não é, pois,

representativa, mas sim indicial. É neste sentido que Benveniste classifica o *eu* e o *tu* como pessoas de discurso, opondo-se ao *ele*, a não-pessoa, terceira pessoa apenas no paradigma morfológico da conjugação.

Se bem que tributárias da escolha de certos lexemas, as conotações interpretativas elaboradas a partir das informações contextuais que o alocutário percepção, não se podem dissociar das condições de emprego. Certas expressões referenciais que actualizam os recursos de referenciação e de identificação, integram-se na categoria dos *deícticos*, ou seja, dos elementos que ancoram o discurso na situação, reenviando de forma sistemática para elementos situacionais.

Os deícticos constituem marcas visíveis à superfície, das operações enunciativas subjacentes ao discurso. São eles que revelam a presença dos co-enunciadores, as dimensões de espaço e tempo, assim como o modo como os enunciadores intervêm nos discursos. Parte integrante do sistema da língua, é através deles que se torna possível detectar no discurso a própria estrutura formal da língua.

Tomando como exemplo o pronome *eu*, verificamos que ele permanece constante, fornecendo sempre a mesma informação: a pessoa para a qual reenvia o sujeito da enunciação. O *eu*, nome próprio de todo o locutor, denota virtualmente todos os indivíduos mas o seu referente muda em cada instância enunciativa. Esta evidência é explorada de forma bastante divertida na seguinte anedota:

(36) Duas crianças estão a brincar. A certa altura uma delas tapa os olhos à outra.

- Adivinha quem sou *eu*.

- És *tu*.

- Oh, não vale. Espreitaste³⁶

Muitas vezes a anedota prevê a transgressão da lógica instituída pela própria enunciação. A expressão hoje banalizada “*Vai ver se estou lá fora*”, que representa um enunciado de valor informativo nulo mas de seguros efeitos pragmáticos, mais não faz que evidenciar esta capacidade de transgressão. É evidente que o *eu* só pode estar no *aqui* e no *agora* da enunciação, ou seja, no lugar e no tempo em que produz a enunciação. Esta lógica só poderia ser quebrada se aceitássemos o dom da ubiquidade de um sujeito enunciador com capacidades divinas. Donde a seguinte anedota:

(37) Conta-se que um dia Jesus Cristo se encontrava em amena conversa com os apóstolos. A cada uma das palavras de Cristo, S. Tomé reagia com uma pergunta, exigindo sucessivos pedidos de esclarecimentos. A certa altura, cansado de ser interrompido, Cristo vira-se para o apóstolo e diz-lhe: “Olha, Tomé, estou farto! Vai ver se eu estou lá fora”. Alguns segundos depois, S. Tomé regressa e diz a Cristo: “Estás.”

Um outro emprego irregular é fornecido pela seguinte anedota:

(38) O Augusto, que anda no terceiro ano de escolaridade, telefona ao professor:

- Senhor professor, o Augusto não pode ir hoje à escola porque está de cama, muito constipado.

- Isso é que é pior! Então as melhoras. Mas, por favor, com quem estou a falar?

- Com o meu pai.

Referirei ainda uma outra anedota, esta citada por Marina Yaguello, para ilustrar esta propriedade. A diferença é que aqui o locutor, atento ao dispositivo que a alternância *eu/tu* permite instalar no discurso, não parece

³⁶ Exemplo citado por F.I. Fonseca (1992:136, nota 3).

estar consciente das regras que garantem a conformidade da enunciação com o uso que esse dispositivo determina:

(39) Um judeu escreve a uma amiga:

Querida Riwke, por favor sê gentil e envia-me as tuas pantufas. Bem entendido, eu quero dizer as minhas pantufas e não “as tuas pantufas”. Mas se lesses “as minhas pantufas”, ias pensar que eu quero as tuas pantufas. Ao passo que se eu escrever: “envia-me as tuas pantufas”, vais ler as *tuas* pantufas e perceber que eu quero as minhas pantufas. Portanto envia-me as tuas pantufas.³⁷

5.2.2. Recursos deícticos e anafóricos na construção da referência co(n)textual

Ocupar-me-ei, em seguida, de alguns casos particulares de produções humorísticas em que a ambiguidade é introduzida por expressões referenciais que, actualizando os recursos de referenciação e identificação, se integram numa outra categoria de *deícticos*.

Como vimos atrás, o problema da definição dos deícticos exige que se tomem em consideração certos parâmetros que constituem a situação de comunicação. Começarei por analisar alguns casos particulares de produções humorísticas em que a ambiguidade é introduzida por expressões referenciais que, actualizando os recursos de referenciação e identificação, se integram nas categorias deícticas cuja referência está ligada à instância da enunciação sob o ângulo da mostração.

Vejamos o seguinte exemplo:

³⁷ Cf M. Yaguello (1981:21). Tradução minha.

(40) No eléctrico vai sentada uma bela rapariga. Um malandrão chega ao pé dela e segreda-lhe:

- Se você me mostrasse um bocadinho mais dessa bela perna... eu dava-lhe esta nota. E mostra-lhe uma nota de 500\$00. A moça reage com indiferença às arremetidas do homem que, não desarma, aventurando-se novamente:

- Se você me mostrasse só um bocadinho mais da sua perna...Eu dava-lhe 1000\$00. A rapariga continua a mostrar-se indiferente. Perante a terceira tentativa do homem, a rapariga pergunta-lhe:

- Oiça lá, quanto é que você me daria se eu lhe mostrasse o sítio onde fui operada ao apêndice?

- Oh! Isso... dava-lhe 5000\$00.

- Pois então, dê-mos cá.

Ele estende-lhe a nota, ela recebe-a e ele verifica que ela, muito quieta no banco, não faz menção de levantar a saia. O indivíduo começa a pensar que está a ser enganado e pergunta:

- Então? Não mostra?

- Olhe, foi aqui, neste sítio. E aponta para o Hospital de Santo António, por onde nessa altura vai a passar o eléctrico.

O inesperado da última sequência diverte pelo carácter discordante da relação que aí se estabelece entre a expressão referencial e o referente extralinguístico para que aponta. A sua resposta vem provar que não partilha dos pressupostos de L1. Onde esperávamos um “*aqui*”/”*neste sítio*” referenciador (auto-referenciador) do sujeito da enunciação e isotópico tanto deste como do alocutário, surge-nos um “*aqui*”/”*neste sítio*” referenciador de um objecto distinto daquele que está em foco no discurso. Não esqueçamos que a formulação do enunciado está aqui devedora do demonstrativo *este* que, enquanto deíctico, é também uma marca formal da subjectividade e não poderá ser descrito sem que se conceba a instância enunciativa como centro à volta do qual se estabelecem as referências topológicas. Recorde-se a explicação do

funcionamento dos demonstrativos, indicadores de espacialidade, dada por Benveniste: "Montrant les objets, les démonstratifs ordonnent l'espace à partir d'un point central, qui est Ego, selon des catégories variables: l'objet est près ou loin de moi ou de toi, il est ainsi orienté (devant ou derrière moi, en haut ou en bas), visible ou invisible, connu ou inconnu, etc. Le système des coordonnées spatiales se prête ainsi à localiser tout objet en n'importe quel champ, une fois que celui qui l'ordonne s'est lui même désigné comme centre et repère." (1974:69). O que se produziu neste exemplo foi uma alteração do objecto designado e consequentemente a orientação do "gesto" designativo. O campo de mostração alargou-se, localizando o objecto num ponto distanciado do locutor, gorando assim as expectativas do interlocutor. Embora se apresente com uma coerência e uma lógica discursiva inquestionáveis, a sequência do diálogo aponta-nos um rumo diferente do esperado. Para isso contribui o uso da referência deíctica que, actualizando aspectos linguísticos e não linguísticos (a mostração e consequente localização), suspende o jogo das pressuposições anteriormente anunciado. Independente do contexto verbal, a mostração verbal revela-se assim forte e eficaz, quer na codificação quer na descodificação da ambiguidade do enunciado.

Vejamos agora de que modo o uso no enunciado de uma expressão deíctica de tipo anafórico pode, também ele, contribuir para os efeitos de ambiguidade subjacente ao enunciado humorístico. Neste tipo de referenciação, o contexto verbal assume particular relevância pois é nele que se estabelece o campo mostrativo. Como o sublinha F.I.Fonseca, na anáfora "é utilizada a fluência do discurso, a *linearidade* da linguagem, tendo em vista a

superação dessa mesma linearidade” (1992:148). É no espaço dessa linearidade que se visa superar, que se irão intersectar os sentidos possíveis de certas construções “enganosas” que escondem a ambiguidade do discurso:

(41) Um frade aproxima-se da rapariga que está a vender hortaliças:

- Ai, muito gosto eu de abóbora! Mas da menina ainda mais.

- Pois eu gosto muito de feijão. Mas do frade, nem vê-lo.

Tal como no exemplo anterior, é possível estabelecer duas interpretações a partir dos enunciados produzidos respectivamente por L1 e L2.

Os planos de referência estão condicionados pela intencionalidade posta na emissão de ambos os enunciados. O segmento fónico cujo contexto verbal sugeriria uma interpretação banal, passa, então, a fornecer uma outra possibilidade de interpretação autorizada pelo contexto situacional e pelo estatuto dos locutores. A malícia do frade encontra resposta adequada na réplica expedita da vendedora a quem não escapa o ardil. A entoação assume aqui também algum relevo, ajudando a reforçar essa ambiguidade. No entanto, a meu ver, a dimensão inesperada que o enunciado adquire, deve-se, sobretudo, ao uso da construção anafórica do enunciado que, embora não indiciada explicitamente, se pode inferir a partir do cotexto: “*Da (abóbora)menina ainda gosto mais*” / “*Do (feijão) frade, nem vê-lo*”. É pois no cotexto que teremos que ir buscar o suplemento de informação necessário à interpretação completa do enunciado, ou seja, são os termos antecedentes “abóbora”, “feijão”, autónomos referencialmente, que são aqui retomados. A ambiguidade reside na capacidade da estrutura sintáctica do enunciado poder admitir a coexistência dessa relação estabelecida com os termos que antecedem

as sequências frásicas, com uma relação nova suscitada pela situação de comunicação. Sob a dependência desta nova relação, transportamo-nos para o plano da interlocução, passando as expressões referenciais a designar o alocutário. Não se trata então de retomar um tema já anunciado, mas de utilizar intencionalmente o mesmo material linguístico para predicar um novo tema. O termo ambíguo adquire um novo valor semântico e o estado de coisas configurado altera-se necessariamente.

5.3. Deixis fictiva e narração humorística

As operações de referenciação deíctica que estão no centro da relação dinâmica entre discurso e contexto, pressupõem, como temos vindo a observar, a existência de um contexto referencial. Mas essas operações permitem também, a representação conceptual desse contexto referencial sob a forma de um *mundo*.

Poderíamos ser levados a pensar que o processo interpretativo de um acto de referência a um objecto de ficção - caso frequente em múltiplos enunciados de ficção humorística - deveria ser entendido diferentemente de um acto de referência a um objecto do mundo, por se considerar haver nesse acto uma contradição do axioma de existência formulado por Searle em *Speech Acts*: “Whatever is referred to must exist. Let us call the axiom of existence” (Searle, J., 1969:77). É o próprio Searle que nos ajuda a esclarecer esta questão ao salientar que a referência a seres de ficção, quer pertençam ao romance, à lenda ou à mitologia (e eu ousou aqui acrescentar à anedota), não constitui uma negação do axioma da existência: Pode-se fazer referência a

esses seres, precisamente porque eles *existem* no mundo da ficção.” (Ibidem:122). Um dos exemplos que veremos adiante — a “guerra de 1908”³⁸ da narrativa de Raul Solnado — funcionando nas coordenadas surreais de um espaço de representação, porque aí é referida, passa a ter uma existência real. Se a criação dessa “existência real” se envolve de perplexidade, tal perplexidade deve ser entendida, como afirma Graciela Reyes, no âmbito do uso da linguagem. Pois, como defende esta autora, “darle nombre a algo es crearle una existencia. El status ontológico de la ficción es un status lingüístico: entidades, seres, mundos, palabras, todo aquello de que trata el discurso, existe en cuanto nombrado” (Reyes, 1984:18).

De acordo com as condições definidas por Searle, para que um acto de referência tenha sucesso é necessário que o objecto que o interlocutor atribui como referente à expressão referencial seja idêntico ao objecto que o locutor, pelo uso dessa expressão referencial, tinha intenção de designar. Ora, é a assunção criativa (e por vezes irreverente e desrespeitadora) desta condição, que eu julgo estar na base da construção de muitos jogos humorísticos que, explorando artificialmente a relação de não identidade ou de pseudo identidade entre expressão referencial e objecto designado, contribuem, pela ambiguidade que instauram no enunciado, para a obtenção do efeito humorístico.

Encarada numa perspectiva construtivista, a relação entre linguagem e contexto permite conferir um poder criador ao acto de *mostração verbal* na medida em que ele constrói o contexto referencial para que aponta. Daí que,

³⁸ Cf o registo em CD do texto de M. Gila e R. Solnado, originalmente editado em 1962 no E.P. *Solnado que vaís p’rà guerra* (Parlophone LMEP 1133).

F.I.Fonseca considere que os deícticos, “pela sua natureza de operadores da obrigatória ancoragem enunciativa da linguagem”, constituam “pedras angulares das infra-estruturas linguísticas que tornam possível a *ficção*” (ibidem:140). Rebaptizando o conceito de deixis “am Phantasma” de K. Bühler, a autora introduz o conceito de *deixis fictiva* para designar essa terceira forma de mostração linguística proposta por Bühler, a mostração “in absentia”. Induzida pelo próprio acto de mostração “in absentia”, a deixis fictiva realiza-se num campo mostrativo a que só mentalmente podemos aceder, mas que é identificável como *contexto referencial*. Tendo de comum com a anáfora o facto de, tal como esta, se realizar num campo mostrativo *textual*, a deixis fictiva é simultaneamente referencial e textual na medida em que é no texto e pelo texto que é criado o contexto referencial para que aponta.

Consideremos a seguinte história:

(42) Um missionário, de visita ao Continente, explica a um jovem seminarista, o modo de enfrentar leões usando o método da oração.

- Ó irmão, como é que isso é possível?

- Olha: tu vens agora comigo. Chegas lá à selva, vês um leão a cinquenta metros, mas ele não te vê a ti. Continuas assim. Chegas-te a vinte metros, a dez metros, a cinco metros. Nessa altura o leão vê-te. Finca as garras no chão, para te filar, e quando ele fizer menção de atacar, tu ajoelhas-te e jogas-lhe com o livro de orações à cabeça.

A técnica de narrar aqui evidenciada, reside na possibilidade de transposição, através da evocação, para um espaço imaginário condicionado e determinado por coordenadas de referência que são criadas pela própria linguagem. O que acontece aqui, é que o marco de referência enunciativo é

fictivamente projectado, tornando assim possível que a própria linguagem se institua autonomamente em relação ao contexto em que se produz. No “aqui” e no “agora” da enunciação, o interlocutor vê-se transposto, pela mão do locutor (“*Tu vens agora comigo*”), para um “lá” que é um mundo alternativo, configurado pela sua imaginação. Essa transposição admite a criação de subsistemas de coordenadas espaciais (“Vês um leão *a cinquenta metros (...)*, chegas-te *a vinte metros, a dez metros, a cinco metros...*”) que orientam os movimentos e as acções do interlocutor, subitamente transformado em protagonista da narrativa. Acrescente-se ainda o valor ostensivo trazido ao enunciado pela partícula “assim”, esse “modesto” deíctico como lhe chama Óscar Lopes³⁹, cujo uso catafórico (“*Continuas assim*”) contribui para que a transposição se alargue instituindo um outro marco de referência.

É óbvio que a graça desta pequena história não radica directamente no processo de transposição referencial do seu modo de enunciação narrativo, mas julgo ser evidente que ele contribui, em grande parte, para a construção do seu equilíbrio, tornando inteligível, porque perceptível factualmente, a lógica fantasiosa do desfecho. Ao manifestar a capacidade de o discurso criar o seu próprio contexto, presentificando uma cena que se desenha quase com o rigor duma sequência cinematográfica, a deixis fictiva permite aqui aceder, através da linguagem, a uma forma de humor tradicionalmente associada ao cómico de situação, substituindo-se assim aos suportes visuais de que esta forma de humor normalmente se socorre.

³⁹ Cf Óscar Lopes: “A palavra *assim* pode com efeito contribuir para uma deixis (ou ostensão) adjectival, adverbial de modo ou de valor, uma *deixis* ou então anáfora condicional-frasal, superlativante ou exclamativa, etc. (1986:113).

Ainda que de modo diverso, a narrativa “*A guerra de 1908*” de Raul Solnado, constituindo-se como uma forma de humor filtrado - “humor de absurdos”⁴⁰ - na opinião do próprio autor, põe igualmente em evidência a representação conceptual de um *mundo possível* que revela um uso particular do humor na linguagem em que a imaginação e a fantasia desempenham um papel fundamental. Também aqui assistimos à criação de um contexto referencial só tornado possível pela capacidade de transposição do discurso que estabelece, no enunciado, marcos de referência que não coincidem com a situação de enunciação. No pequeno excerto que a seguir reproduzo, é possível observar em que medida o carácter fictivo desse mundo, criado pelo locutor, assenta no funcionamento de deícticos que elaboram todo o processo referencial.

(43) “/.../ Cheguei à guerra eram 7 horas da manhã, tava a guerra ainda fechada. E tava uma mulherzinha a vender castanhas à porta da guerra e eu perguntei:

- Minha senhora, faz favor diz-me, aqui é a guerra de 1908?

- Não, é mais acima. Aqui é a guerra de 1906.

- Muito obrigado.

Subi dois anos. Cheguei lá acima, estavam já a abrir as portas onduladas da guerra.

Já eram 9 e tal e o sentinela perguntou-me se eu vinha ao anúncio (...).”

As coordenadas que enquadram o *eu* do discurso pressupõem marcos de referência que são os do “faz de conta” da enunciação fictiva. A localização espacial fornecida pelos locativos “*aqui*”, “*mais acima*”, é feita a partir de marcos de referência que vão sendo progressivamente criados pelo discurso: “*guerra de 1906*”, “*guerra de 1908*”. Na sequência do enunciado,

⁴⁰ Cf a entrevista efectuada por Fernando Dacosta e publicada na revista *Público Magazine* de 6 de Agosto de 1995.

poderíamos ser levados a pensar que o uso (paradoxal) de uma notação de tempo, “*subi dois anos*”, para designar o espaço físico compreendido entre esses dois marcos de referência, corresponderia ao alargamento da referenciação à coordenada tempo, verificando-se assim uma espécie de mistura dos recursos da deixis espacial e temporal. Julgo, contudo, que esse fenómeno não se produz. No meu entender, essa formulação constitui uma espécie de “compromisso” com o contexto verbal. Com efeito, os referentes para que apontam as designações 1906 e 1908 permitem realizar essa inferência e transformar a categoria espaço em categoria tempo. À luz das convenções internas ao próprio texto e que têm a ver com o contexto referencial que ele cria, o uso dessa expressão temporal só poderá ser aqui interpretado como indicador espacial. No entanto, é inegável o efeito cómico produzido por essa inversão de valores notacionais. Ao situar-se num espaço delimitado por uma categoria de tempo, a guerra de 1908 adquire uma propriedade única: ela torna-se o destino de um percurso que se produz simultaneamente no espaço e no tempo. A fusão da deixis espacial e temporal contribui assim, de forma muito sugestiva, para o carácter absurdo da ficção.

Do ponto de vista da enunciação, a questão da referência é primordial, levando-nos a perspectivar, no discurso humorístico, os problemas que ela coloca na relação que se estabelece entre língua e contexto: “Dans l’énonciation, la langue se trouve employée à l’expression d’un certain rapport au monde” (Benveniste, 1974:81). Na análise dessa relação com o mundo, a tomada em consideração dos deícticos ocupa, como vimos, um lugar de destaque, uma vez que só é possível interpretar cabalmente o significado

dessas entidades linguísticas à luz das coordenadas enunciativas em que a comunicação se produz. Reenviando para a situação ou reenviando para o contexto verbal (cotexto), designando um contexto referencial existente ou um contexto referencial criado pelo próprio discurso, os deícticos constituem a pedra de toque de um modo de construção da referência frequentemente utilizado nos enunciados humorísticos. A compreensão do humor aí presente só se viabiliza na descoberta do sentido pragmático que estas formas linguísticas adquirem na explicitação das relações que estabelecem com as condições de emprego em que ocorrem.

De acordo com o atrás exposto, o sentido do enunciado resulta do conjunto de informações que obtemos quando associamos à sua significação linguística a determinação de referentes das expressões referenciais que o enunciado contém. A relação entre língua e o uso estabelece que o conjunto de coordenadas espaciais, temporais, pessoais, bem como o conjunto dos conhecimentos comuns aos participantes da comunicação, determinam o valor de uso do enunciado, definindo-se assim o seu sentido, em função do contexto em que é proferido. Se a enunciação é a conversão individual da língua em discurso, se antes dela, “la langue n’est que la possibilité de la langue”, como nos diz Benveniste na citação que escolhi para epígrafe deste capítulo, o princípio que estabelece que a língua só se actualiza no discurso, abre caminho para uma convergência de abordagens enunciativas e pragmáticas que reintroduzem não só a noção de subjectividade na linguagem como também as “relações de força” que a língua autoriza e que estão imanentes em certas práticas discursivas como o diálogo ou a conversação. Em muitos casos, essas

relações de força são traduzidas pela língua. Noutros casos, elas só se esclarecem na interlocução, cabendo aos interlocutores o papel de as induzir a partir dos dados de que dispõem.

O modo de funcionamento dos deícticos e da deixis fictiva em particular, constitui, pois, um ponto incontornável na abordagem dos enunciados humorísticos, nomeadamente aqueles que, pelo seu carácter ficcional, evidenciam processos pelos quais o discurso, apoiando-se em si mesmo, se constitui como espaço criador, revelador da imaginação do enunciador-humorista.

Cap. 6 - Estatuto do *não-dito* na comunicação humorística

"Humor is not neutral. A humorist tries for an emotional effect. Going against the pragmatic conventions of a linguistic community, i. e. stating the normally unsaid, or omitting the normally said, is the strategy most commonly used in humor."

Marlene Dolitsky

6.1. Conteúdos implícitos e inferência humorística

O uso do humor está muitas vezes associado à existência de tabus sociais que impõem aos locutores restrições de carácter linguístico, levando-os a optar por certas formas astuciosas de usar a linguagem. Há, em todas as sociedades, “des thèmes entiers qui sont frappés d’interdit et protégés par une sorte de loi du silence.” (Ducrot, 1972: 4-5). Esses temas, apresentam-se então abordados de uma forma oblíqua, introduzindo-se no discurso através de processos que assentam numa rede de inferências e de saberes dificilmente controláveis e previsíveis. Esses processos têm a ver quer com a habilidade que o locutor revela no manejo da linguagem que utiliza e na forma como planifica a sua produção discursiva quer com a habilidade do interlocutor em compreender o sentido global dessa produção discursiva, o que implica a captação das conexões microestruturais e macroestruturais que se estabelecem no interior do discurso mas que implica também, como o sublinha J.Fonseca, “a capacidade de utilizar o *universo de conhecimento* como elemento de sentido, que opera basicamente, por um lado, como *fonte supletivadora de informações deixadas implícitas* pelo locutor na produção do texto, e por outro lado, como *baliza para a projecção de um determinado valor de comunicação* (ou de *significação*) para as expressões actualizadas” (Fonseca, J., 1992:48).

Neste sentido, o humor articula-se com a noção de *implícito*, a ele recorrendo para contornar com astúcia a lei do silêncio que envolve certos objectos discursivos. Vemos assim abalarem-se as censuras de ordem moral, política ou religiosa, conjurando-se a existência dos *tabus* que rodeiam esses objectos discursivos e que certos contextos impõem como objectos não dizíveis, ou pelo menos não dizíveis directamente.

A subtileza e o pudor⁴¹ levam a que o locutor recorra a técnicas como o eufemismo, a alusão, a metáfora ou a linguagem cifrada, entre outras, construindo o seu discurso como um enigma que cabe ao interlocutor deslindar. Exigindo um acréscimo de trabalho na produção e na interpretação dos enunciados, a formulação implícita vem a revelar-se bastante mais sugestiva na apresentação dos valores de natureza semântica e pragmática que se inscrevem no enunciado. Sabemos que a explicitação destrói o riso e frustra a ideia de descoberta contida nas incompatibilidades aparentes do enunciado. “Le comique disparaît si l’on montre spontanément que ce que l’on dit a besoin de justification et que ce que l’on plaide, fût-ce mal et bizarrement, en sa faveur”(Olbrechts-Tyteca, 1974:38). Estamos, pois, perante o jogo do implícito que, mais do que nenhum outro, favorece a consolidação do humor verbal.

As estratégias que esse jogo mobiliza estão em correlação com a existência, na actividade linguística, de *actos ilocutórios*⁴², isto é, actos que tendem a transformar as relações entre os indivíduos. A ideia fundamental da

⁴¹ Confronte-se a este respeito, o interessante estudo sociológico de J.-C. Boulogne, *História do pudor*, Ed. Círculo de Leitores, 1996, pp. 269 e seg.

⁴² A designação de acto ilocutório deve-se, como sabemos, a Austin que o define da seguinte maneira: “il s’agit d’un acte effectué *en* disant, par opposition à l’acte *de* dire quelque chose” (Austin:1962:113).

teoria dos actos de linguagem postula que em toda a frase gramatical enunciada se realiza um acto ilocutório. Os performativos explícitos na 1ª pessoa e, na sua ausência, a forma da frase (imperativa, declarativa, interrogativa, etc.), o modo verbal, assim como outros recursos, constituem, no enunciado, os indicadores dessa *força ilocutória*. Esses indicadores representam, de certa forma, uma ajuda para a interpretação do enunciado, pois são portadores de uma informação sem a qual a interpretação ficaria incompleta. Como afirma F. Récanati, “tant qu’on ne sait pas si un tel énoncé est, par exemple, un *conseil* ou une *menace*, tant qu’on ne sait pas comment il doit être pris, il est évident qu’on n’accède pas à son sens global, qu’une partie de sa signification nous échappe, même si on comprend parfaitement la signification de la *phrase* énoncée.” (Récanati, 1979:156). Ora acontece que há enunciados que, não contendo em si um acto ilocutório explícito, possuem uma significação locutória que serve habitualmente, em virtude de convenções pragmáticas, para exprimir um valor ilocutório. Trata-se de *actos indirectos*, ou seja, actos que, pondo em jogo implicações conversacionais, dão ao locutor a possibilidade de comunicar algo através duma frase que significa literalmente outra coisa. Esses actos mobilizam estratégias que põem em evidência certas potencialidades inscritas na língua que a actividade humorística se apressa a explorar, fazendo apelo a um leito subjacente de conhecimentos, um universo partilhado, não necessariamente verbalizado mas que intervem no acto de linguagem, de uma forma profundamente actuante.

Impõe-se, pois, a tarefa de determinar de que modo essas estratégias se desenham no discurso, e de que modo elas são captadas e inferidas pelos

interlocutores. Por outras palavras, impõe-se a tarefa de determinar o funcionamento do humor em produções verbais que relevam da actividade ilocutória e que, mais do que qualquer outra, se afirmam como o lugar de encontro do explícito e do implícito. Dessa tarefa, que tentará dar conta da dimensão do *não-dito* na linguagem humorística, em articulação com a oposição entre o dizer explícito, “to tell something” e o dizer implícito, “to get someone to think something” (Grice, 1957:380), me ocuparei no presente capítulo.

6.1.1. Implicações convencionais

Os *actos de linguagem indirectos* colocam-nos perante uma frase cujo indicador de força ilocutória traduz uma força ilocutória diferente daquela com que a frase é, de facto, utilizada. Num enunciado do tipo “Podes-me dizer as horas?”, é óbvio que a pergunta, apesar de, na sua forma aparente, não conter um imperativo, alberga em si um pedido. Estamos perante um acto directivo cuja finalidade é levar o interlocutor a realizar o acto de dizer as horas. Daí que legitimamente consideremos provocatória uma resposta do tipo: “Posso!”, sem ser seguida da informação sobre as horas. Esta resposta envolve em si mesma o desvio humorístico. Reconhecemos nesta “fuga” do interlocutor, um desrespeito pelo princípio de cooperação e muito em particular, a transgressão da primeira máxima de Grice: “Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)” (Grice, 1975:45). Por outro lado, reconhecemos aí, também, a transgressão de uma convenção de uso que leva a associar à formulação interrogativa de certos actos indirectos, o

valor ilocutório de pedido, aceitando a convencionalidade da relação entre a forma linguística e a função discursiva do enunciado.

O discurso humorístico explora, por vezes, estes casos de inadequação pragmática⁴³, como o ilustra a seguinte anedota:

(44) A mãe surpreende o filho com a boca aberta.

- Ó Zezinho, tens a boca aberta.

- Eu sei, mãe. Fui eu que a abri.

O valor ilocutório do enunciado de L1 não é captado pela criança que ingenuamente (ou arditamente?) apenas capta o seu valor primitivo de asserção e não o valor derivado de ordem.

É ainda o caso desta outra anedota em que o valor ilocutório de censura do acto assertivo também não é inferido com a adequação pragmática que o seu tom exige:

(45) O Luisinho chega atrasado dez minutos à aula.

- Nove e dez, Luisinho! Nove e dez! - diz o professor.

- Dezanove, senhor professor - responde prontamente o Luisinho.

O valor ilocutório derivado do acto assertivo empregue pelo professor, que assume aqui uma função predominante, é completamente ignorado pelo aluno que encadeia a sua resposta com base na inferência de que se trata de uma pergunta. A expressão do acto de censura, ainda que indirectamente

⁴³ Este princípio de não observância do valor contido no acto indirecto é também frequentemente utilizado no cinema, encontrando-se na base do efeito burlesco de muitos "gags". Todos recordamos a sequência de um filme dos Irmãos Marx em que, durante um baile, Groucho Marx se aproxima de uma dama de uma certa idade e lhe pergunta: "A senhora dança?" Perante a resposta afirmativa da dama em questão, assistimos com divertido espanto à réplica de Groucho: "Então dance!" Posto o que a abandona na pista.

formulada, exigiria como resposta adequada o silêncio respeitoso ou o pedido de desculpas. Fruto da ingenuidade ou artimanha, a resposta do rapazinho desconcerta simultaneamente pelo carácter de inadequação pragmática à convenção linguística e pelo volte face que representa no encadeamento do discurso, acabando por vir a revelar-se surpreendentemente adequada ao contexto da enunciação.

A linguagem humorística, no entanto, não se limita a fazer apelo a estas inferências da ordem do convencionalmente implicado no enunciado. Ela vai bem mais longe na construção e na busca do implícito, como veremos a seguir.

6.1.2. Pressupostos e subentendidos

Entre os vários tipos de implícito actualizados no discurso humorístico, assumem especial relevância as pressuposições e os subentendidos. Considerarei aqui as categorias de pressuposto e subentendido em articulação com a noção de inferência, concebida como sendo toda a proposição implícita passível de ser deduzida do conteúdo literal dum enunciado.⁴⁴ Se, em alguns casos, as informações que se pressupõem ou se subentendem surgem como um dado periférico na construção do efeito humorístico, noutros casos eles constituem a verdadeira chave da mensagem, neles residindo o efeito humorístico que se visa obter.

⁴⁴ Cf as definições propostas por Kerbrat-Orecchioni (1980) para estas duas categorias de implícito: "Nous considérerons comme présupposées toute les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif."

"/La classe des sous-entendus/ englobe toutes les informations qui sont susceptibles d'être véhiculées par un énoncé donné, mais dont l'actualisation reste tributaire de certaines particularités du contexte énonciatif".

Vejamos os seguintes exemplos em que a referência ao sexo se refugia na formulação elíptica ou alusiva do enunciado, uma formulação desconcertante na sua licitude, mas rica de sugestões, simultaneamente próxima e distante da do enunciado explícito que a formulação implícita visa substituir:

(46) Uma noite, num jardim do centro da cidade, um polícia é surpreendido por sons estranhos provenientes duns arbustos.

- Quem está aí? - interroga o polícia.

Como ninguém respondesse, o polícia insiste em tom ameaçador:

- Quem está aí? - Fale ou disparo.

Ouviu-se então uma voz:

- Gente.

- O que estão a fazer?

- Gente.

(47) Há alguns anos, no decorrer de uma aula do curso de Jornalismo, certo professor apresentava a sua opinião sobre a imprensa britânica:

- O *Times* é lido por pessoas que governam o país. O *Guardian* é lido pelas pessoas que gostariam de governar o país. O *Financial Times* é lido pelas pessoas que são donas do país. O *Daily Telegraph* é lido pelas pessoas que se lembram de com o país costumava ser. O *Daily Express* é lido por pessoas que pensam que o país ainda é assim. O *Daily Mail* é lido pelas esposas dos homens que governam o país. O *Morning Star* é lido pelas pessoas que gostariam que outras pessoas governassem o país.

- Ó Professor e então o *Sun*? - pergunta um estudante.

- O *Sun*, bem... Murdoch encontrou uma fenda no mercado. A fenda mais velha do mundo.

Nos dois casos, estamos perante formulações indirectas que orientam a nossa leitura, levando-nos a ver nos enunciados a alusão sexual e o subentendido. Genericamente, estamos pois perante dois casos de construção

de implícito. Todavia, estas duas pequenas histórias sugerem-me uma observação prévia que se prende com a intencionalidade posta pelo locutor em comunicar um conteúdo implícito. Enquanto no primeiro exemplo o enunciado não se apresenta (na aparência), como sendo motivado por uma intenção particular de desencadear um implícito, no segundo caso, o enunciado apresenta-se motivado por essa intenção. Podemos considerar que, relativamente ao primeiro destes dois exemplos, a intenção de transmitir uma significação implícita não se manifesta obrigatoriamente no enunciado, ou seja, a atribuição de uma intenção particular de significar não é necessária à compreensão das significações implícitas que a ele se ligam, cabendo exclusivamente ao interlocutor o trabalho de inferência. O mesmo não se passa no segundo exemplo. Aí, o reconhecimento da intenção (velada) do locutor é condição necessária à realização dessa intenção. Para atingir os seus fins, o locutor tenta mascarar a sua intenção, o que poderá, eventualmente, permitir-lhe lançar sobre o interlocutor a responsabilidade das conclusões que se poderão tirar a partir do que é *efectivamente* dito. Constatamos, pois, que para pôr a claro as significações implícitas de um enunciado, é necessário remontar às intenções do locutor.

Esta questão conduz-nos a uma outra. A da necessidade de considerar um conjunto de condições gerais ligadas ao desenrolar da interacção e do contexto, condições sobre as quais assenta o acesso ao valor ilocutório do enunciado e que devem ser consideradas em articulação com o princípio de cooperação estabelecido por Grice e com as máximas conversacionais que dele decorrem. Trata-se de uma questão que assume uma particular relevância na

abordagem do discurso humorístico, pelo que merecerá um tratamento especial no quadro deste estudo. Dela me ocuparei mais adiante. Centrar-me-ei, por agora, na análise do modo como se reflectem nos dois exemplos referidos, as marcas da significação implícita neles contida. Importa antes do mais uma referência ao modo como os implícitos se inscrevem no seio do discurso. Com efeito, eles inscrevem-se aí em graus diferentes.

No primeiro exemplo é possível detectar a formulação implícita, através do estabelecimento de um *subentendido* que se associa a um nexo de dependência semântica em que a coesão do texto se consubstancia, e que a análise das marcas linguísticas contidas no enunciado, em articulação com o contexto e com o cotexto, permite pôr em evidência. Com efeito, não tendo acesso a outros referentes que não os que estão implicitamente contidos no enunciado, é fundamental para a compreensão do humor entender a forma coesiva como o texto se constrói. A construção do sentido implícito traduz-se aqui, ao nível verbal, por uma criteriosa escolha do léxico e uma não menos criteriosa elaboração frásica. Na pressuposição de que o seu interlocutor dispõe de um conjunto de informações que lhe permitem, na base do conhecimento das conotações da língua, da situação de comunicação e do cotexto, o locutor limita a produção do seu enunciado a uma simples frase elíptica que, na sua economia, se revela como um verdadeiro achado de condensação lexical e semântica. O locutor parece estar consciente de que há domínios em que não só *não se pode* dizer tudo, como também *não é preciso* dizer tudo, respeitando assim integralmente a segunda máxima de Grice: “Do

not make your contribution more informative than is required” (Grice, 1975:45).

Instaura-se no texto uma zona temática que conduz ao estabelecimento de uma isotopia semântica materializada no lexema “gente” que, ao repetir-se, se desdobra sintacticamente como sujeito e objecto. Saliente-se que esta repetição não é redundante (o que poderia comprometer a coerência do texto), antes se revela fecunda, na medida em que é portadora de um novo sentido que contribui para o avanço da informação no texto.⁴⁵ O enunciado revela-se, assim, bem mais sugestivo do que se na frase que o constitui estivessem expressos explicitamente os elementos necessários à elaboração do sentido.

No segundo exemplo, a detecção do implícito depende de uma rede de *subentendidos* que torna mais premente o recurso ao universo de conhecimento dos interlocutores, às suas características e saberes, exigindo que o interlocutor possua, no todo ou em parte, a informação sobre a qual recai a alusão feita pelo locutor. Notamos que o emprego do implícito permite ao locutor comunicar em algumas palavras a opinião pouco abonatória que tem a respeito do jornal *Sim*. O locutor utiliza-o aqui estrategicamente para defender o seu ponto de vista, colocando a sua fala num quadro de pressuposições que assentam na metáfora (“fenda”) e no pressuposto (“a fenda mais velha do mundo”). Ao conteúdo denotado de “fenda” na primeira

⁴⁵ Do meu ponto de vista, o implícito contido na repetição “Gente” contribui para fixar um quadro ao discurso, assegurando-lhe uma coerência. Neste ponto estou de acordo com Marie-Thérèse Ligot e na crítica que faz à noção de “grau zero” ou “nível normal de redundância” de que falam os autores da *Rhétorique générale*: “Le problème n’est plus seulement de savoir combien on répète mais aussi de savoir ce qu’on présuppose dans cette opération de répétition, quel statut on se donne vis-à-vis de l’interlocuteur, du ou des destinataires. Aucune situation de discours n’est neutre, ni théoriquement ni empiriquement” (Ligot, 1980:435).

parte do enunciado (“Murdoch encontrou uma fenda no mercado”), contrapõe-se o conteúdo conotado na segunda parte (“A fenda mais velha do mundo”). Estabelece-se então a ruptura no enunciado. O sentido metafórico actualiza-se, suscitando a busca de um segundo sentido que assegura a coerência interna e a adequação externa do enunciado. Ora essa busca é facilitada pelo próprio enunciado que realiza uma sintonia perfeita entre o semantismo de “fenda” e a explicação anafórica que a completa. O interlocutor infere portanto, sem grande dificuldade, qual é a área de intervenção jornalística de Murdoch.

Se, por um lado, este quadro de pressuposições contribui para a clarificação do verdadeiro objecto da mensagem - a desqualificação do jornal *Sun* - por outro lado, representa um meio de o locutor se subtrair à responsabilidade das suas asserções. Este aspecto relaciona-se com a noção de *polifonia enunciativa* desenvolvida por Ducrot. Ao atribuir o conteúdo dos pressupostos a uma fonte exterior (a “vox publica”), o que lhe permite conferir ao seu enunciado uma certa veracidade, o locutor opera uma dissociação das *vozes*, demarcando-se assim do seu próprio discurso.⁴⁶ Sem violar o contrato de sinceridade que tacitamente se estabelece entre si e o(s) interlocutor(es), o locutor pode assim, sem perder a face, respeitar a máxima de qualidade de Grice: “Try to make your contribution one that is true”

⁴⁶ Isto não quer dizer que não se possa contestar os pressupostos. No entanto o seu questionamento poria em causa não só as crenças do locutor como as de todo um conjunto de indivíduos que comungam desses pressupostos. Como diz Ducrot, a escolha dos pressupostos “limite la liberté de l’auditeur, en l’obligeant - s’il veut poursuivre le dialogue amorcé - a les prendre pour cadre de sa propre parole. Lorsqu’on introduit des présupposés, on fixe, pour ainsi dire, le prix à payer pour que la conversation puisse continuer” (Ducrot, 1972:91).

(Grice, *ibidem*:46). No entanto, a alusão esconde claramente uma insinuação que não deixa margens para a ambiguidade. A intencionalidade crítica posta no enunciado será pois facilmente captada pelo interlocutor que disponha da competência linguística e da competência enciclopédica necessárias para pôr em funcionamento os mecanismos interpretativos que permitam decodificar um implícito que se localiza tanto no plano semântico como no plano referencial.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni, os mecanismos interpretativos integram geralmente certas hipóteses que dizem respeito ao projecto semântico-pragmático do locutor, correspondendo a tarefa de interpretação de um texto à tentativa de reconstrução, por conjecturas, do projecto de codificação. Por outras palavras, escreve a autora, “un énoncé veut dire ce que ses recepteurs croient que l’émetteur a voulu dire dans/par cet énoncé, sur la base de leurs propres compétences, de celles qu’ils ont de bonnes (ou mauvaises) raisons d’attribuer à L, et d’estimer que L leur attribue” (1986:313). O sentido não se encontra, pois, intrinsecamente fechado nos limites do enunciado; ele é aquilo que o interlocutor acredita que o locutor quer dizer e que ele postula a partir do que extrai do enunciado, graças ao conjunto das competências que actualiza nessa operação. Nem sempre, porém, aquilo que se subentende no enunciado leva à convergência entre o sentido extraído na decodificação e o sentido intencionado na codificação. Gera-se então o malentendido que está tantas vezes na origem da criação anedótica. É o que se passa no seguinte exemplo em que o quiproquo involuntário nasce de um erro de cálculo interpretativo:

(48) Uma senhora, queixando-se de dores no joelho, dirige-se ao consultório médico mais próximo. Na entrada de um prédio vê uma placa com a seguinte inscrição: “Dr Silva - consultas das 10 às 12 horas”. Decide então entrar, sem se aperceber que se trata, não dum consultório médico, mas sim de um consultório de advocacia.

- Minha senhora, em que posso ser-lhe útil? - pergunta-lhe o advogado.

- Senhor Doutor, sinto dores horríveis no joelho esquerdo.

- Mas minha senhora, eu sou doutor em Direito.

- Desculpe, doutor, não sabia que era especialista a esse ponto.

Contrariamente ao exemplo anterior, não há aqui intenção de ocultar a significação, dando a entender um conteúdo que vai para além do que é dito. Ingenuamente, a personagem infere do conteúdo proposicional do locutor, uma premissa que não estava lá, gerando-se, no conflito de linguagem (divergência da relação significante/significado), o contrasenso que suscita o nosso riso.

A anedota que se segue explora igualmente o erro de cálculo interpretativo, mas de um modo diferente, como veremos:

(49) Em pleno período da guerra fria, uma bela estrela de cinema do Ocidente visita a URSS e é convidada por Brejnev que, sucubindo aos seus encantos, se esforça por ser galante:

- Minha senhora, posso fazer alguma coisa por si? Tem algum desejo que eu possa satisfazer? - pergunta-lhe Brejnev, solícito.

- Oh! Sim, Sr Brejnev. Eu desejava que abrisse as fronteiras ao seu povo.

- Sua marota! Já percebi... Quer ficar sozinha comigo...

Há aqui por parte de L2, uma interpretação que poderemos considerar abusiva do enunciado performativo (que alberga um acto directivo), produzido: por L1: “Eu desejava que abrisse as fronteiras ao seu povo”. O conteúdo proposicional desse acto aponta explicitamente para uma acção que

L2 deve realizar. A partir desse enunciado infere-se a pressuposição: “As fronteiras estão fechadas”. L2 escamoteia o pedido, dando a entender que compreendeu não o sentido literal do enunciado que implica a pressuposição implícita, mas um outro sentido implícito que nele estaria oculto. É o contrasenso produzido de má fé. L2 “finge que não percebe” e desvia-se do objecto do discurso, que aponta para um referente político, propondo um outro, que aponta insinuosamente para um referente sexual. Curiosamente, a insinuação de L2 traz consigo efeitos inesperados. A insinuação maliciosa feita por L2 só tem credibilidade se aceitarmos que o conteúdo intencional que ele atribui ao enunciado de L1 (a criação dum propiciador clima de intimidade entre os dois) se concretizaria com a abertura das fronteiras. Subentendendo-se que tal abertura corresponderia ao êxodo massivo do povo, estariam assim criadas as condições de realização do acto ilocutório supostamente produzido por L1. A anedota reencontra, na construção deste novo implícito, a sua orientação temática, o que faz dela uma anedota marcadamente política.

Diferentes tipos de implícito podem por vezes apresentar-se imbricados e encadeados no seio do discurso. É o caso do seguinte diálogo marcado pelo humor vitoriano de W. S. Gilbert:

(50) O duque (dirigindo-se ao filho):

- Que ela te faça mais feliz do que a tua mãe me fez a mim.

A duquesa:

- Senhor!

O duque:

- Se possível.

Aqui é o próprio encadeamento dialogal que assinala a presença dos implícitos. Astuciosamente, L1 transforma a valoração negativa pressuposta na sua primeira réplica (valoração que é imediatamente inferida por L2), num elogio indirecto subentendido na última réplica. A insinuação maldosa proferida por L1 atenta contra a face de um terceiro elemento presente na instância da comunicação e que se sente directamente visado pelo seu conteúdo. O comportamento linguístico de L1 é assim passível de sanção, uma vez que ele profere um enunciado cujo conteúdo consiste num juízo axiológico particularmente desfavorável para L2. A transgressão das normas de decência é, no entanto, rapidamente reparada pela instauração de um segundo implícito que, desta feita, assentando sobre o cotexto e o contexto, sobre o conhecimento das regras conversacionais (e leis do discurso), permite ao locutor preservar a face, revelando uma competência pragmática notável.

Vimos, com este exemplo, que o desencadeamento do implícito se pode apoiar quer nas marcas linguísticas presentes no enunciado quer na referência à situação. Embora não possa afirmar peremptoriamente que a detecção dos implícitos pragmáticos assente necessariamente na descoberta de um implícito semântico, este é um percurso de construção humorística a que obedece a orientação argumentativa de muitas anedotas. Por vezes, esta orientação argumentativa explora a vertente do *silogismo*, que verificamos estar na base do modelo de organização de muitos jogos humorísticos. É o caso deste grafito anarquista que apareceu nas paredes das cidades portuguesas por volta de 1975:

(51) O voto é a arma do povo.

Não votes! Ficas desarmado.

É ainda o caso destas três anedotas que exploram o mesmo modelo:

(52) O Ricardo pergunta ao dono da pastelaria:

- Ó Sr Adalberto, as migalhas também são pagas?
- Claro que não, menino.
- Então, faça o favor, esmigalhe-me aí três bolos de arroz.

(53) - Diga-me: quanto custa um bife com batatas?

- Quinhentos escudos.
- E sem batatas?
- O mesmo: quinhentos escudos.
- Então as batatas são de graça?
- Sim senhor.
- Bem então sirva-me um prato de batatas.

(54) O pai de família para o taxista:

- Quanto é que o senhor cobra para nos levar a mim à minha mulher e aos meus filhos daqui até ao Campo Grande?
- A si e à sua esposa levo 500\$00. Pelas crianças não levo nada.
- Então meninos, entrem para o táxi. Eu e a vossa mãe vamos a pé.

As conclusões a que se chega nestes silogismos incompletos suscitam o nosso riso, não por desafiarem a lógica natural em que se consubstanciam, mas fundamentalmente por imporem essa lógica de uma forma ardilosa. Com efeito, as inferências a que chegam correspondem à reconstituição de uma proposição implícita que vai funcionar como a conclusão de um raciocínio interpretativo que só tem cabimento na lógica particular do locutor. Os valores lógicos são aqui subvertidos por acção de um procedimento arbitrário que conduz à falácia duma conclusão a que só o locutor chega. Excluído dessa lógica, o nosso riso

surge como expressão, não de uma convivência, mas sim de uma superioridade e de uma distanciação ética face ao ardil evidenciado.

Geradores do equívoco, os subentendidos designam um só e único fenómeno: a ambivalência de significação. Subvertendo a linguagem e o seu uso, o humor perturba, como vimos, a compostura das significações fixadas pelo uso, gorando ou antecipando-se às expectativas geradas pelos modelos de previsibilidade de interpretação dos discursos.

6.2. Ironia verbal e estratégia humorística

No duplo movimento que realiza, o *implícito* institui-se como fonte potencial de transmissão de intenções. Se, por vezes, esse duplo movimento dá origem à sobreposição de leituras, instaurando a ambiguidade no enunciado, casos há em que ele dá origem a uma transformação dinâmica que produz a inversão dos valores projectados no enunciado. Assistimos então, no uso discursivo, a uma colocação nova do modo de existência desses valores e, consequentemente, a uma nova orientação axiológica do discurso. Os valores positivos cedem lugar aos valores negativos e a interpretação do discurso reside na possibilidade, deixada em aberto por essa inversão de valores, de fazer surgir uma interpretação contrária ou contraditória àquela que é enunciada. Verifica-se um desvio ao nível da dimensão cognitiva do discurso, impondo-se ao interlocutor um percurso interpretativo que o leva a procurar o dito não só no não-dito mas também no que é dito de forma contrária.

Visando, com essa oposição entre os dois níveis do conteúdo do enunciado, atingir um alvo que pretende desqualificar, o discurso humorístico

surge então associado ao modo de enunciação irônica. “El lenguaje no podría usarse “en sério” si no pudiera, también, “malusarse” o usarse en broma en las ficciones irónicas(...)”(Graciela Reyes, 1992:34).

A abordagem do humor no discurso não ficaria completa, com efeito, sem uma referência ao funcionamento, nos discursos, dos meios discursivos postos em prática pela enunciação irônica e ao modo como esses meios discursivos se entrecruzam com a complexidade do fenómeno humorístico. Não obstante, não pretendo, com esta aproximação entre *ironia* e *humor*, escamotear as diferenças tangíveis que existem entre estas duas noções. Estou consciente de que essas diferenças existem e por isso mesmo não autorizam comparações ou assimilações apressadas que, desvirtuando o sentido das duas noções, poderiam, de alguma forma, contribuir para a fragilidade de uma análise que se pretende consistente. Trata-se, indubitavelmente, de duas noções com uma história e um passado próprios que se definem autonomamente. O conceito de ironia, com uma longa tradição retórica e filosófica atrás de si, goza de um estatuto que a estabilidade da sua definição atesta. O conceito de humor, de implantação mais recente, reveste-se de uma maior fluidez e complexidade (como vimos no cap. 1) e não constitui (ou não tem sido encarado como) uma categoria conceptual susceptível de descrever as propriedades de uma dada formação discursiva. Há, no entanto, no riso ou sorriso que provocam, traços que apontam para uma certa homogeneização e me levam a considerar certos discursos como discursos irónico-humorísticos.

Tal como o humor, também a ironia se apoia na descontinuidade e na disfuncionalidade do discurso; também ela confia no interlocutor para levantar

o véu que a dissimula, solicitando o jogo intelectual. O enunciador irónico instabiliza o seu discurso para aí instituir os valores que assume, dispondo para isso de vários meios discursivos que põem em evidência, tal como o humor, implícitos culturais que se escondem por detrás das interações sociais, da rotina, da trivialidade do quotidiano. Nas palavras de J. Moreau⁴⁷, o ironista é “celui qui, dans ses propos, diminue ou rabaisse la réalité, qui refuse d'avouer ses propres qualités, qui dissimule son savoir sous une ignorance feinte, qui se retranche dans une attitude purement interrogative”. Neste jogo de dissimulação pode esconder-se a atitude humorística do ironista que parafraseia ou sintetiza, de modo cómico, uma contradição.

Repertoriada pela tradição retórica e reexaminada recentemente pela pragmática linguística, a ironia define-se, fundamentalmente, como estratégia de dissimulação e fingimento.

“L'ironie consiste à dire par une raillerie, ou plaisante ou sérieuse, le contraire de ce qu'on pense ou de ce qu'on veut faire penser”, diz-nos o tratado das *Figures du discours* (Fontanier, 1968:145-146). A Retórica clássica situa a sua realização a dois níveis: a nível do *tropo de palavra* e a nível do *tropo de pensamento*. No *tropo de palavra*, a ironia põe em evidência a existência de uma relação de contrários entre o significado próprio da palavra substituída e o significado próprio da palavra que tropicamente a substitui. As palavras irónicas são compreendidas num sentido que é contrário ao seu sentido próprio. Seguindo um processo análogo ao do *tropo de palavra*, a *ironia de pensamento* consiste na substituição de um pensamento por outro

⁴⁷ Citado por Escarpit, R., (1960:97)

pensamento, substituição que implica uma relação de contrários. Em qualquer dos casos, a ironia é um tropo que procura o paradoxo, reflectindo o *estranhamento*. Com carácter predominantemente activo, deixa ao interlocutor a busca da solução e, consoante o jogo que estabelece, transforma-o em cúmplice ou adversário.

6.2.1. A ironia como tropo semântico e pragmático

A noção de tropo define-se como a actualização simultânea de dois níveis de valores, sendo um o valor literal e o outro o que é engendrado por certos mecanismos derivacionais.⁴⁸ Ao abordar a ironia como tropo, somos coagidos a restringir duplamente o campo de expansão do fenómeno à ironia especificamente verbal e àquele que é passível de ser observada nas dimensões de uma palavra ou de um sintagma. Figura de *invenção*, apenas existe “in absentia”, o que a impede de ser totalmente representativa do fenómeno tropo, se pensarmos, por exemplo, que dificilmente a encontramos lexicalizada.⁴⁹ Não esqueçamos que o interesse da enunciação irónica reside no seu carácter dissimulado. Ela só existe legitimamente na ausência de indícios demasiado evidentes. Ou por outra: ela só existe porque o sentido literal se impõe ao sentido derivado e este só aparece num segundo momento, graças a certos indícios extrínsecos ao discurso, tais como o tom da voz (enfático ou glacial), a pontuação (colocação de aspas, uso de reticências) ou, num outro plano, a

⁴⁸ Cf Kerbrat-Orecchioni, C., (1980:108).

⁴⁹ Algumas expressões da linguagem do quotidiano, tais como: “*Lindo serviço!*” “*Bom trabalho!*” “*Bonito!*” “*Continua que estás a agradar!*” são tidas como clichés irónicos devido à frequência do seu uso e não propriamente ao reconhecimento da existência nelas de dois valores contrários, facto que os códigos lexicais não admitiriam.

relação com o co(n)texto situacional (imitação paródica do discurso da vítima, por ex.). Esta ausência de indícios intrínsecos, levanta algumas dificuldades na construção de um modelo que permita dar conta da capacidade interpretativa dos falantes no processo de codificação e decodificação da ironia. Porque a ironia, tal como o humor, não é uma actividade solitária. Mesmo quando o processo irónico assume a forma da auto-ironia tendo por teatro apenas o indivíduo que a cria, o auditor, mesmo à distância, é tocado pela sua atitude e pelos efeitos que dele derivam.⁵⁰

O conceito de tropo encerra em si as noções de *norma* e *intencionalidade*. Importará analisar as implicações teóricas destas duas noções. No primeiro caso, distinguir-se-á, numa perspectiva semasiológica, uma norma respeitante ao sentido literal. No segundo caso, numa perspectiva onomasiológica, distinguir-se-á uma norma denotativa. A primeira admite a existência de uma componente lexical mais ou menos partilhada que, evoluindo diacronicamente, varia conforme os sujeitos. Assim, se por exemplo, durante uma representação teatral em que os actores em cena estão a ter um mau desempenho, um espectador (L1) comentar: “Que espectáculo interessante!”, literalmente, *interessante* exprime uma avaliação positiva. No entanto, se o interlocutor (L2) retorquir: “Achas?” ou “Estás a falar a sério?” aceitando essa avaliação, estaremos perante um caso de ironia abortada.

⁵⁰ Veja-se a ironia contida na seguinte frase: “Vai estar um dia quente!” - disse a bruxa ao dirigir-se para a fogueira no dia do seu auto de fé. Ou ainda na frase citada por Freud do condenado à morte, conduzido ao cadafalso numa manhã de segunda-feira: “A semana começa bem!” (Cf cap.2.2.) É óbvio que o solilóquio só surte os seus efeitos ao ser captado por um auditor.

A segunda implicação teórica do conceito de tropo - a noção de intencionalidade - é fundamental para o estabelecimento da diferença entre ironia e mentira. Esta última, explorando a tendência do interlocutor em acreditar, abusa da sua confiança, violando ostensivamente a primeira máxima de qualidade de Grice, “Do not say what you believe to be false” (Grice, *ibidem*:46). Se considerarmos com Grice que a ironia é, também ela, fundamentalmente, um caso de transgressão desta máxima, é de toda a conveniência determinar em que medida é que ela se distancia da mentira. Esta não é uma questão pacífica, como veremos, e prende-se, quanto a mim com a noção de “querer-dizer”. Na sua dupla vertente, a ironia identifica-se, no plano semântico, com a *antífrase*, realizando-se, de um modo paradoxal, através da sobreposição de contextos semânticos: o que se diz e o que se quer dizer.

No plano pragmático, a ironia define-se como tendo um valor ilocutório bem preciso. Ironizar é sempre, de uma certa forma “railler, disqualifier, tourner en dérision, se moquer de quelqu’un ou de quelque chose” (Kerbrat-Orecchioni, 1980:119). O que não invalida que muitos enunciados possam ter um carácter incontestavelmente irónico apesar de não conterem em si a *antífrase* característica da ironia. Esta não passa pois de mais um meio para a ironia atingir os seus fins depreciativos. O enunciado pode também dar a entender algo diferente do que se disse. O centro da argumentação do falante é o “concepto pragmático del estado psicológico o intencional del hablante, que se llama sinceridade” (Haverkate, H., 1985:358). De acordo com esta perspectiva, o locutor irónico viola deliberadamente a condição de sinceridade.

É essa transformação ilocutória uma das finalidades comunicativas do falante quando dá a entender algo distinto do que afirma.

Este ponto de vista não é partilhado por Graciela Reyes⁵¹ que parte da ideia de que, pragmaticamente, o significado irónico é um fenómeno de *implicatura*, dando a este termo o sentido geral que Grice lhe atribui de “significado extra, inferível no contexto da comunicação”. Note-se que, se bem que esta autora parta da noção de implicatura de Grice exposta em *Logic and Conversation* (1975) e em *Further Notes on Logic and Conversation* (1978), as suas considerações sobre a enunciação irónica afastam-se muito da interpretação griceana. Ao considerar o significado irónico como uma implicatura, Reyes postula que o falante irónico não mente nem finge mentir. Ele faz duas afirmações em simultâneo, a literal e a que se subentende, atribuindo a significação literal a um outro locutor e justapondo-lhe a sua própria, não formulada. “El hablante irónico “dice” algo que no formula (...), “diciendo” otra cosa...juega. En esta ficción, el concepto de verdade o mentira es irrelevante” (1985:155). Fundamentando a sua interpretação nas descrições linguísticas de Sperber e Wilson⁵² e na de Ducrot⁵³, a autora tenta provar que tanto a descrição retórica tradicional como a descrição pragmática de Grice são insatisfatórias. Para Sperber e Wilson a noção central é a de *eco*, entendido como repetição do pensamento do falante, entrando nesta categoria todos os casos em que a linguagem não é somente usada mas também *mencionada*, ou

⁵¹ Cf Reyes, G., (1984: cap. 2.6.) e também Reyes, G., (1992).

⁵² Veja-se Sperber, D. e Wilson, D., *Relevance. Communication and Cognition*, Cambridge, Harvard University Press, 1986, pp. 237 e seg. . Veja-se também um trabalho anterior destes dois autores, “Irony and the use-mention distinction” in Peter Cole ed., *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press, 1981, pp. 295-318.

⁵³ Veja-se Ducrot (1972).

seja, todos os discursos que se incluem no discurso relatado (estilo directo, indirecto e indirecto livre). Nem todos os ecos são irónicos, mas quando o locutor reproduz como um eco uma opinião alheia para a ridicularizar ou de alguma forma a subverter, estamos perante um caso de enunciação irónica.⁵⁴ A ironia verbal incorpora o implícito que a atitude expressa, e a relevância, i.e., o valor comunicativo do enunciado depende, pelo menos em parte, da informação que transmite acerca da atitude do falante relativamente à opinião de que se faz eco. Ducrot sublinha o carácter teatral da ironia e dá-a como exemplo da polifonia que se encontra potencialmente em todo o enunciado. O locutor adopta o ponto de vista de um outro, o “enunciador”, para o ridicularizar. A ironia é assim para estes autores, um exemplo claro de *dissociação* de vozes com que se exprime uma desaprovação só perceptível e percebida em contraposição com o contexto imediato e com os sistemas normalizados das expectativas dos falantes. “Ninguna expresión puede significar ironicamente fuera de contexto. (...) Toda ironia presupone unos conocimientos compartidos sobre el mundo y unos hábitos de comunicación consabidos”, sublinha G. Reyes (1992:28), que conclui que a ironia opera em dois âmbitos: o âmbito da zona de ressonância da linguagem e o âmbito da zona de contacto em que a linguagem se encontra com a realidade.

Se aceitarmos que o objectivo da asserção irónica é o de levar a aceitar o conteúdo da proposição como um estado de coisas verdadeiro,⁵⁵ o significado implicado é a valoração que expressa a atitude negativa do locutor face ao

⁵⁴ O seguinte dístico, afixado numa viatura, prova que uma frase frequente usada como um cliché, pode ser desviada ironicamente, obtendo-se um efeito perlocutório humorístico: *Façam amor não façam a guerra. Para mais informações contactem o condutor.*

⁵⁵ Cf Levinson (1983:109).

estado de coisas que descreve. Na asserção irónica, o significado implícito permanece não dito, entregue à colaboração de um interlocutor-intérprete. A estratégia de ataque pode ser assim camuflada no jogo irónico que esconde a subversão. Este facto explica o papel corrosivo de certos enunciados irónicos que se realizam a expensas da vítima. Daí que o uso da ironia seja tantas vezes a arma dos que buscam a afirmação de um estatuto de superioridade face ao interlocutor:

(55) No decorrer de um debate, certo político expunha calorosamente os seus pontos de vista, quando, a certa altura um adversário o interrompe e diz:

- O que V. Exa está a dizer entra-me por um ouvido e sai pelo outro.

- Impossível, meu caro amigo. Pela simples razão que o som não se propaga no vácuo.

(56) O médico para a mulher do doente:

- Minha senhora, o seu marido não tem nada. Ele pensa que está doente.

Alguns dias depois, voltam a encontrar-se e o médico pergunta:

- Então, como vai o seu marido?

- O meu marido *pensa* que está morto.

O uso sarcástico de uma expressão que designa convencionalmente um estado de coisas, *o som não se propaga no vácuo*, exemplo (55), assinala, na relação que estabelece com o contexto, o triunfo do locutor sobre o interlocutor. Da mesma maneira, assistimos, no exemplo (56), a um posicionamento irónico do locutor que atinge a pessoa do interlocutor. Com uma diferente vibração da voz, o locutor (ou, se quisermos, o enunciador irónico em que ele se dissocia) retoma, em eco, a palavra do interlocutor para a lançar contra ele. Este eco é um bom exemplo de como a ironia opera tanto na zona de ressonância da linguagem como na zona de contacto em que esta se encontra com a realidade, de que fal G. Reyes. Mais do que a estrutura

semântica, é pois o valor pragmático que torna o enunciado irónico⁵⁶. Uma descrição adequada do fenómeno da ironia só poderá fazer-se, portanto, no âmbito da teoria dos actos ilocutórios.

6.2.2. Ironia e actos ilocutórios

Os meios linguísticos utilizados ao serviço da ironia destinam-se, como vimos, a atingir objectivos de persuasão, constituindo-se como meios para agir e interagir sobre os outros. Situar a ironia no plano da funcionalidade pragmática é encará-la como instrumento de eficácia comprovada no uso que dela fazem os locutores em interacção.

Neste domínio, algumas dificuldades se colocam, nomeadamente o problema colocado pelos actos assertivos que comportam um valor ilocutório diferente daquele para que aponta o seu conteúdo proposicional, como se poderá ver ilustrado no seguinte exemplo:

(57) Um mendigo aborda uma senhora na rua e pede-lhe esmola

- Pegue lá 10\$00 - diz-lhe ela - mas agora não vá gastá-los mal gastos.

- Oh! Não, minha senhora, fique descansada. *Com esta pequena fortuna vou comprar um apartamento.*

O locutor caminha aqui lado a lado com o interlocutor para logo em seguida o pôr a ridículo. A resposta irónica denota uma incongruência argumentativa, mas o riso nasce sobretudo do desvio provocado pela ironia ao sublinhar, duma maneira hiperbólica, a incompatibilidade do comportamento

⁵⁶ Inúmeros exemplos nos provam que pode haver inversão semântica em antífrases absolutamente isentas de ironia. Veja-se o hipocorismo característico da linguagem afectiva em expressões do tipo: "Monstro! Não gosto de ti nem um bocadinho"

verbal do interlocutor. Se partirmos do critério subjacente à definição tradicional (dar a entender o contrário do que se disse), interpretaremos a ironia com base na negação da proposição ou na substituição do predicado pelo seu contrário: *Esta esmola não é uma pequena fortuna /Esta esmola é uma miséria*. No entanto, a segunda parte do enunciado obriga-nos a procurar a origem da ironia noutro plano que não o proposicional, ou seja, no plano ilocutório. Se aplicarmos aí a negação proposicional - *Com esta pequena fortuna não vou comprar um apartamento* - continuaremos a estar perante a mesma intenção irónica. Mas o uso hiperbólico acentua a antífrase e, paradoxalmente, contribui para melhor dar a entender o juízo contrário. De acordo com J. M. Adam (1981), este fenómeno é compreensível porquanto sabemos que a ironia é um procedimento que sobrepõe a um dado valor argumentativo o valor contrário, julgado mais “conforme”. O efeito argumentativo da hipérbole é, pois, aparentemente, o de constituir argumentos exagerados que ultrapassam a conclusão. Tratando-se de um argumento “inconveniente”, porque exagerado, compreende-se que ele nos convide a ir mais longe na descodificação da ironia.

Neste outro exemplo, assistimos ao mesmo processo de desvio hiperbólico, desta feita a coberto de uma acto directivo:

(58) Itzig, soldado de artilharia, é um rapaz inteligente mas indisciplinado e sem gosto pelo serviço militar. Um dos seus superiores chama-o à parte e diz-lhe:

- Itzig, o teu lugar não é no meio de nós. Vou-te dar um conselho: *Compra um canhão e estabelece-te por conta própria.*⁵⁷

⁵⁷ Exemplo citado por Freud (ibidem:90-91).

O conselho irónico do locutor põe em evidência, através do recurso ao *nonsense*, o comportamento censurável do interlocutor. Dando a entender algo diferente do que efectivamente é dito, o discurso visa aqui agir sobre o interlocutor, levando-o, obviamente, não a realizar a acção especificada na locução, mas a adoptar uma mudança no seu comportamento.

Vejamos agora de que modo a enunciação irónica se articula com a intenção expressa num acto comissivo. Este tipo de actos requer uma acção por parte do falante, acção de cujos efeitos irá beneficiar o interlocutor. As suas categorias principais são, como sabemos, a promessa e a oferta. As locuções irónicas comissivas, dando a entender algo diferente do que se disse, deduzem-se da descrição de acções que o locutor pressupõe que não sejam aceitáveis para o ouvinte. Torna-se óbvio, tanto para o locutor como para o interlocutor, que o primeiro não é capaz de realizar a acção e, no entanto, compromete-se a realizá-la. O objectivo será, não tanto o de exprimir o compromisso mas sim o de, através do acto de promessa, obter um efeito perlocutório humorístico de que não está ausente a auto-ironia ou uma certa forma de humor negro como o ilustra esta pequena história:

(58) Pai e filho são atropelados num cruzamento. Na sequência do acidente, o pai fica cego e o filho sem os dois braços. Diz o pai para o filho:

- Meu filho, prometo que daqui para frente saberei guiar-te convenientemente quando andarmos na rua.

- E eu prometo que te darei a mão sempre que atravessarmos.

Também um acto expressivo pode albergar uma intenção irónica. A manifestação do estado psicológico experimentado pelo locutor em relação ao estado de coisas que o conteúdo proposicional especifica pode, em certas

circunstâncias admitir a ironia. É o caso do pedido de desculpa em reacção a um insulto ou como forma de marcar a ofensa:

(59) - Você é um perfeito idiota!

- Desculpe, mas creio que está equivocado. Ninguém é perfeito.

(60) - Eu respeito a verdade. Nunca seria capaz de dizer uma mentira.

- Desculpe, eu acho que o senhor se subestima.

A ironia é, no exemplo (59), um meio requintado encontrado pelo locutor para sancionar a inconveniência do interlocutor. Lembrando-lhe que a sanção expressa no seu enunciado, não sendo interactivamente legítima, i. e., não sendo conforme às regras de cortesia, é ela própria merecedora de sanção, o locutor usa a ironia como manobra com uma função fundamentalmente defensiva. No exemplo (60), recusando a via do confronto directo, o locutor não deixa por isso de ser menos combativo. Salvaguarda, porém, a sua face, desenvolvendo uma estratégia que, em conformidade com as regras de coerência e de cortesia, o põe a coberto de eventuais represálias. É fundamental, para a aceitação dessa estratégia, a condição imposta pela enunciação irónica que leva a que o seu significado implícito permaneça sem ser dito, entregue à colaboração do interlocutor-intérprete.

Da mesma maneira que o humor, quando é explicado, perde o seu efeito⁵⁸ também a explicação dos mecanismos que envolvem a ironia resultam na destruição dos seus efeitos. O enunciado irónico, sobretudo quando visa

⁵⁸ Estou consciente de que, na minha análise, a explicitação dos mecanismos que subjazem ao humor, destrói o efeito humorístico dos exemplos apresentados. Ao pretender explicá-los, normalizá-los, colocando-os num contexto que os esclarece, estou, assumidamente a retirar-lhes a ingenuidade e a subtilidade de que são portadores e que enriquece os seus efeitos.

como efeito perlocutório obter o humor, depende do delicado equilíbrio entre o explícito e o implícito. Quando o riso que suscita toca os domínios da sensibilidade e da afectividade, sobrepondo o apelo à cumplicidade à intenção destruidora, instaura-se o domínio do humor na comunicação.

A questão que se coloca é a de saber como é possível comunicar com sucesso quando se mobiliza uma prática que se define ela própria como transgressora do próprio processo comunicativo. A resposta a esta questão passa, necessariamente por uma perspectivação que questiona a natureza não-cooperativa do humor imposta pelas máximas de Grice, pondo em relevo o estatuto comunicativo do humor. Será esse o assunto do próximo capítulo.

Cap. 7- Estatuto cooperativo da comunicação humorística

"La progression [du dialogue] est assurée par une sorte de coopération des participants. Non dans l'acception moralisante des maximes de Grice qui recommandent d'apporter toute et seulement l'information requise par la situation, de ne pas mentir, d'être pertinent, d'être clair, alors que les conduites de bravade, d'humour, de tromperie, d'intérêt, remettent indéfiniment en cause l'harmonie dont ces maximes bâtissent la mythique obligation"

Claude Hagège

7.1. Humor e violação das máximas de Grice

O objectivo deste último capítulo é o de abordar a natureza *cooperativa* do processo humorístico, numa perspectiva que, partindo embora da noção de *implicatura*, se distancia da posição teórica de Grice que vê na actividade humorística uma clara manifestação de transgressão, atribuindo-lhe um estatuto de não-cooperatividade.

O meu ponto de vista é o de que o humor, inscrevendo-se no centro da produção e da recepção que intersubjectivamente envolve os falantes, se institui como um modo de comunicação particular regido por mecanismos próprios que longe de fazerem dele um fenómeno marginal na comunicação, contribuem para que o reconhecimento e o prazer tenham lugar e, consequentemente, para que o seu estatuto seja marcadamente o da *cooperação entre os falantes*.

Se é inegável que o humor verbal é um fenómeno portador de instabilidade, uma vez que institui frequentemente a divergência entre a significação da frase e o sentido do enunciado, essa condição não retira legitimidade ao seu carácter cooperativo no quadro da comunicação entre os falantes. Antes o reforça, na medida em que lança um claro apelo à participação do interlocutor na descodificação dos mecanismos que lhe estão

subjacentes. Assentando numa rede de inferências e pressupostos, escondendo o sentido no interior do contexto discursivo, a todo o momento convoca um trabalho de desconstrução e de reelaboração do enunciado.

A divergência de sentido que a produção humorística testemunha é explicada, à luz da noção teórica do *princípio de cooperação e das máximas de conversação* estabelecidas por Grice, como um fenómeno de natureza perturbadora e por isso mesmo não conforme às regras que presidem ao funcionamento da comunicação. Grice postula a existência, tacitamente aceite pelos interlocutores, de um princípio geral que governa as contribuições dos locutores nas trocas que estabelecem com os outros falantes: “Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged”. (Grice, 1975:45). Este princípio é explicitado por quatro categorias gerais em conexão com a quantidade de informação fornecida, com a veracidade dessa informação, com a sua pertinência e com o modo como é revelada, categorias que Grice designa como *máximas de conversação*.

Uma aplicação directa desta noção teórica a alguns enunciados humorísticos poderá demonstrar em que medida eles constituem, de acordo com este ponto de vista, uma violação das regras impostas por essas máximas e, consequentemente, uma transgressão do princípio de cooperação que rege a conversação.

Máxima da quantidade:

(61)- Já sabes a última?

- Não.

- Eu também não.

Máxima da relação:

[O narrador conta uma primeira anedota, que não tem graça nenhuma, deixa passar uns segundos e começa a contar a segunda anedota.]

1ª anedota:

(62a) Um miúdo chega à porta da padaria e pergunta:

- O senhor tem pão duro de ontem?

- Tenho. Ainda há ali um.

O miúdo esfrega as mãos e diz numa espécie de cantilena:

- Bem feita, bem feita, cozeu o pão e não o vendeu todo!

O dono da padaria, furioso, atira com o pão ao garoto mas este consegue esquivar-se.

2ª anedota:

(62b) Numa carruagem de comboio, um homem fuma um charuto e lança ostensivamente baforadas de fumo em direcção da senhora que viaja no banco da frente. Esta leva um cãozinho ao colo. O cão ladra. A senhora incomoda-se com o fumo. O cavalheiro incomoda-se com o ladrar do cão. Discutem. A senhora ameaça atirar o charuto pela janela fora. O homem responde que se ela assim proceder, ele por sua vez atirará o cão pela janela. A discussão azeda-se. A senhora deita o charuto pela janela. O homem arremessa o cão. Há gritos, barulho, vem o revisor, pára o comboio. Subitamente vê-se o cão a caminhar com qualquer coisa na boca. E o que é que pensam que era?

- Era o pão duro que o dono da padaria atirou ao garoto.

Máxima do modo:

(63) - Sabias que o António morreu?

- Não, coitado! Qual foi a causa?

- Cataratas.

- Operaram-no?

- Não, empurraram-no.

Máxima da qualidade:

(64) Num autocarro vão 38 deputados. O autocarro pára em S. Bento e entram mais dois. Como se chama o motorista?

- Ali Babá.

No exemplo (61), o locutor viola a sub-máxima da quantidade - “Try to make your contribution as informative as is required” - na medida em que não fornece informação suficiente, gorando assim as expectativas do interlocutor.

No exemplo (62), um conjunto de duas histórias absurdas onde poderemos encontrar um certo gosto surrealista pelas associações bizarras, o locutor viola a máxima da relação: “Be relevant”.

No exemplo (63), é a submáxima do modo - “Avoid ambiguity” - que é posta em causa, o que acontece, aliás, com todos os usos da linguagem em que intervêm os jogos de palavras.

Por último, o exemplo (64) constitui uma infracção deliberada da máxima da qualidade, usada aqui para insinuar a falta de honestidade dos deputados.

De acordo com esta exemplificação, resulta claro que o modelo de análise utilizado não prevê, no modo de funcionamento destes enunciados, a *exploração* das máximas de conversação, vendo neles apenas a sua *transgressão*. Assim, o facto de o locutor se desvincular das “recomendações” que as máximas de conversação postulam, traz como consequência que o interlocutor infira que se trata de um modo de comunicação em que o locutor não age de boa fé; o interlocutor não tem garantias que não se trate de uma mentira ou, em última análise, de um enunciado desconexo, “sem sentido”,

paradoxal ou absurdo, o que leva à constatação da quebra do princípio de cooperação. Consciente dessa quebra, o interlocutor assume-a e suspende toda a classe de inferências que o enunciado admite.

Mas como explicar uma segunda atitude - bem mais frequente - da parte do interlocutor e que consiste em tomar as rédeas do enunciado humorístico, ignorando toda a possibilidade de violação e tentando encontrar nele aquilo que é *realmente* dito? Por outras palavras, como explicar um facto por demais evidente que é o de os exemplos assinalados supra constituírem, manifestamente, um modo de o locutor se empenhar com sucesso na comunicação? Estamos, aparentemente, perante um paradoxo que o radicalismo da perspectiva griceana não explica. *Na sua inquietante disfuncionalidade, o discurso humorístico é profundamente cooperativo.* Urge pois explicitá-lo.

7.2. Distanciação e envolvimento do locutor

Vimos atrás que a descodificação do discurso humorístico envolve um processo interpretativo que implica um apurado trabalho de busca do sentido oculto no enunciado, trabalho que conduz à mobilização de uma competência inferencial por parte do interlocutor. O jogo do implícito que nele se esconde, longe de constituir uma barreira à comunicação, funciona antes como um *desafio* à sua capacidade interpretativa. Há algures um lugar recôndito em que o enunciado “faz sentido”. Da descoberta desse lugar, que fará com que o enunciado seja compreendido e reconhecido, depende o sucesso da comunicação humorística.

O interlocutor assume o propósito do locutor, mesmo achando que ele produziu um enunciado cujo sentido literal se afasta, aparentemente, das regras de boa fé. Permanece a questão de se saber de que forma se concretiza essa cooperação entre os intervenientes no discurso humorístico.

O contributo trazido por Sperber e Wilson para a análise da ironia pode ser uma achega para esta questão. De acordo com a posição assumida por estes dois autores, a enunciação irónica envolve, como vimos em 6.2, muito mais do que uma mera inversão de significados. Ela envolve o propósito do falante de se fazer eco de uma outra voz. Daí que o enunciado irónico seja, de facto, *a menção* de um outro enunciado. Aceitando este ponto de vista, poderemos defender, por analogia, a tese de que os enunciados humorísticos também não violam as máximas de conversação; essa violação é apenas *mencionada*. O enunciador assume o seu discurso como o discurso de um outro, quer explicitamente quer através de uma formulação implicitada que não inclui aparentemente nenhum traço visível desse enunciado mencionado, mas onde ele está, apesar de tudo, presente.

Esta teoria ajusta-se com especial adequação à descrição do humor, sempre que o discurso humorístico toma a forma de um acto narrativo. É o que se passa quando o locutor assume o estatuto do narrador ao contar uma anedota e, muito particularmente, quando o narrador, utilizando o discurso directo, apaga por completo a sua presença no discurso.

Vejamos o seguinte exemplo:

(65) A cliente:

- A menina vende camisas de noite?

A vendedora:

- Não, minha senhora. À noite o estabelecimento está fechado.

Assistimos aqui, por parte de L2, à deformação da organização sintagmática do discurso de L1, o que permite obter um resultado final inesperado e instabilizador. Afirmando-se como uma réplica que pressupõe a interpretação desviante do enunciado da cliente, o enunciado da vendedora evidencia uma clara subversão da máxima do modo. Contudo, a responsabilidade pela transgressão dessa máxima não poderá ser imputada ao narrador que se limita aqui a relatar, sob o modo do discurso directo, esse enunciado. Há pois, no uso do *discurso directo* uma clara adequação da teoria da menção.

Porém, quando o relato é feito através do recurso ao discurso indirecto a explicação não me parece tão simples e a teoria parece mostrar-se menos adequada. Ao reproduzir o enunciado de um outro locutor, o narrador não pode ser responsabilizado por esse enunciado mas é responsável pela actualização do enunciado no seu próprio discurso. Vejamos o seguinte exemplo:

(66) Um empregado chega com duas horas de atraso ao serviço. O patrão pergunta-lhe a razão da sua demora e o empregado diz que se atrasou porque a sua mulher vai ter um filho. O patrão, compreensivo, decide dar-lhe dispensa de serviço.

Na manhã seguinte, o patrão pergunta:

- Então é rapaz ou rapariga?

- Ainda não sabemos - responde o empregado - Só daqui a nove meses.

O empregado viola deliberadamente a máxima da qualidade, uma vez que no momento da enunciação não sabe com exactidão (e seria absurdo se o soubesse) se vai ser pai ou não. Poderemos considerar ainda que há também, de certa forma, a violação da máxima da quantidade, uma vez que para marcar

a boa fé do seu discurso, ele deveria ter acrescentado: “Se se der o caso da minha mulher engravidar...”, o que obviamente, não acontece.

De acordo com a teoria de Sperber e Wilson, somos levados a considerar que o narrador nada tem a ver com estas violações operadas pela personagem. No entanto, se atentarmos no modo como o narrador introduz o discurso do empregado (“ele diz que...”), somos levados a admitir que o narrador infringe aqui a máxima da quantidade, sonhando deliberadamente a informação de que a personagem está a mentir. Com efeito, a escolha do verbo declarativo (*dizer* em vez de *mentir*) é da inteira responsabilidade do narrador que manifesta assim a sua cumplicidade com a transgressão da personagem. É óbvio que se tal acontecesse, i. e., se o narrador, fiel ao princípio de cooperação, confiasse a verdade total ao seu auditório, o espírito da anedota se perderia, e o seu discurso deixaria de funcionar como tal. O narrador peca por omissão, o que não deixa de ser um pecado passível de ser punido pelos mandamentos da lei de Deus e das leis da linguagem.

Concluimos, então, que, no acto de contar uma anedota o narrador é sempre cúmplice, ainda que indirectamente, da violação realizada pela personagem, uma vez que não expõe publicamente esse carácter de violação perante o seu auditório. As escolhas que opera no modo de introduzir o discurso do outro, tornam-no assim, também a ele, responsável.

Vejamos agora um caso de utilização de humor que escapa ao modo de enunciação narrativo:

- (67)- Porque é que os elefantes nunca querem participar em combates de boxe?
- Porque têm medo de levar na tromba.

(68) - Porque é que o porco anda de cabeça baixa?

- Porque tem vergonha da mãe, que é porca.

Interpretados literalmente, os dois exemplos podem ser considerados como transgressores da máxima da qualidade, uma vez que em ambos, as perguntas e as respostas nos remetem para a hipótese absurda de integrar animais num padrão de comportamento humano. Observamos também a infracção da máxima do modo no uso intencional, de lexemas e de expressões lexicalizadas que apontam para diferentes interpretações semânticas, instaurando deliberadamente a ambiguidade no enunciado: *tromba* / *levar na tromba*, exemplo (67); *porca*, exemplo (68).

Não se verifica, nestes exemplos (como aliás em nenhuma das anedotas que se baseiam neste modelo convencional de *anedota-adivinha*), a existência de qualquer traço explícito (ou implícito) de que se trata de um uso citacional. Por outro lado, a transgressão da submáxima do modo, “Avoid ambiguity”,⁵⁹ deixa claramente antever que o locutor pretende deliberadamente subverter o normal funcionamento da linguagem, focalizando a mensagem nessa subversão. Dificilmente, pois, se poderá admitir que se trata aí de uma estratégia citacional.

Não havendo nenhuma marca de distanciação do locutor em relação ao seu discurso, a interpretação de Sperber e Wilson parece-me, pois, ser pouco operatória na análise deste tipo de enunciados.

⁵⁹ Ver o tratamento da disfuncionalidade no cap. 4.2.1.

Vejamos, por último, os casos cujo efeito humorístico se baseia fundamentalmente no desvio axiomático que o seu final inesperado opera, casos que deixam adivinhar um humor de segundo grau que produz o efeito de quebra das expectativas do interlocutor, não já face ao conteúdo narrado numa anedota, mas face à própria troca verbal que se está a estabelecer no momento da enunciação. É o caso do exemplo (61) e ainda o de múltiplos outros exemplos permitidos pelo jogo interactivo que, camuflando-se sob uma aparente formulação de boa fé, albergam, de facto, um propósito humorístico, contrariando o horizonte expectacional do interlocutor.

(69) - O que é que é amarelo por dentro, branco por fora e termina em *pá*?

- Não faço a mínima ideia.

- É o ovo, pá.

Ou ainda:

(70) L1 - O que quer dizer “pourquoi”?

L2 - Porquê.

L1 - Ora, porque é que há-de ser? Porque quero saber.

Constatamos, nestes exemplos, uma clara transgressão das máximas conversacionais e, ao mesmo tempo, uma nítida assunção dos enunciados por parte dos seus locutores. Esta dupla constatação torna inviável o refúgio na explicação da enunciação *mencionada* proposta por Sperber e Wilson para “atenuar” os efeitos da transgressão do princípio de cooperação quando, como vimos, essa transgressão é operada deliberadamente. Todavia, continuamos a reconhecer, em qualquer um destes últimos casos apontados, um funcionamento legítimo no quadro da comunicação. A nossa observação vai mesmo mais longe, levando-nos a reconhecer neles um contributo

importante para uma comunicação de sucesso. Há duas razões que permitem justificar este ponto de vista. A primeira é que as observações do senso comum nos levam a reconhecer no humor um papel importante na gestão das interacções. A segunda é a que os enunciados humorísticos, para além do seu potencial ilocutório e perlocutório, são sempre veiculadores de uma informação. Ora, o princípio de cooperação regula tanto a interacção como a transmissão da informação. Persiste, pois, a tarefa de explicar o paradoxo aparente de *um discurso que, violando uma ou mais máximas da conversação, se impõe inequivocamente como uma troca comunicativa e interpessoal que se realiza com sucesso.*

7.3. Transgressão e cooperação

Aceite, regra geral, por todos aqueles que o reconhecem (e nele se reconhecem), o discurso humorístico afirma-se, pela sua natureza desviante e subvertora, como um *discurso da transgressão no seio da comunicação*. Num processo em que a actividade cognitiva se alia à emoção e ao prazer da descoberta, o humor permite atacar o estereótipo de certas formas fossilizadas da linguagem, dando a ver o não dito, despertando o implícito, reelaborando o sentido, ciosamente guardado nas teias de um discurso que se constrói na desconstrução.

O acto de contar uma anedota é normalmente recebido com agrado e a anedota, por mais absurda que seja, é, regra geral, entendida e compreendida não como um comportamento linguístico oposto à natureza cooperativa da

comunicação, mas pelo contrário, como um comportamento que estimula vivamente a cooperação entre o locutor e o seu auditório.

Não acreditando na verdade do que está a ouvir, o interlocutor não espera que o conteúdo do discurso seja verdadeiro ou se adeque com evidência. Daí que o enunciado humorístico constitua sempre ou quase sempre uma transgressão à máxima da qualidade. Por outro lado, a forma como a informação se organiza no enunciado que é, como vimos nos capítulos precedentes, de extrema relevância na estrutura do discurso, impõe ao locutor o desrespeito da máxima da quantidade. Do justo equilíbrio entre a informação que é veiculada e a que é apenas implicitada, depende o sucesso do jogo humorístico. Daí que o discurso humorístico constitua quase sempre uma transgressão da máxima da quantidade. Por outro lado ainda, ao jogar com as potencialidades homonímicas e polissémicas que a língua encerra, o jogo humorístico impõe-se na sua ambiguidade, como uma clara violação da máxima do modo. Por último, ao explorar conteúdos que apresentam um carácter absurdo ou de “nonsense”, o locutor viola a máxima da relação.

Observamos, pois, que o discurso humorístico constitui um modo particular de discurso que está em clara transgressão do princípio de cooperação e das máximas estabelecidas por Grice. Tal facto, porém, longe de lhe retirar um estatuto de cooperatividade, confere-lhe um poder de aproximação entre os interlocutores que, fortalecendo a interacção, enriquece igualmente, de uma forma inequívoca, a relação que estes mantêm com a própria língua. Uma relação que passa por vezes pela irreverência que só o jogo cooperante permite desculpar.

Os comportamentos linguísticos do quotidiano atestam o uso frequente de comentários humorísticos que se entrosam no discurso, obrigando o interlocutor, a cada passo, a um trabalho de decodificação, o que torna difícil aceitar sem reservas a existência do locutor abstracto preconizado por Grice, totalmente comprometido com a verdade e a relevância dos seus enunciados. “Grice’s hypothesized speaker, totally committed to the truth and relevance of his/her utterances, is a useful abstraction, but should be considered only as such.” (Attardo, 1994:287).

Há, pois, um princípio de cooperação particular ao modo de funcionamento da comunicação humorística que, permitindo aos interlocutores aceitar a violação das máximas de conversação, os convida a ter em conta a intenção humorística e a encontrar, na acomodação à transgressão, a legitimidade do modo de funcionamento do enunciado.

Conclusão

Uma conclusão principal se foi desenhando no percurso de elaboração deste trabalho: a de que a comunicação humorística se cimenta na simbiose entre *transgressão* e *cooperação*, no convite tácito feito ao interlocutor para participar no enigma que ela enuncia.

Mas, se há neste convite lugar para o enigma, há também sempre uma lógica clandestina a orientar a escolha, “ pilar da ponte do riso ” que vai do eu para o outro. Por isso, o jogo que promove não é o jogo da exclusão, mas sim o jogo que convida à intimidade e à compreensão mútua. Compreensão que radica, como vimos, no apelo que faz à cumplicidade do interlocutor à sua capacidade de inferir o implícito, de atender aos pressupostos e subentendidos, de mobilizar o universo de referência que partilha com o locutor.

Se esta conclusão indicia o terminar de uma tarefa que intentei realizar, ela não anuncia o encerrar de um trabalho. O estudo das formas de irrupção humorística no discurso e das conexões que a partir delas se poderão estabelecer com o riso no estudo dos comportamentos interactivos, constitui, por certo, uma nova e promissora via para uma

pesquisa sobre o humor verbal que estenda o seu alcance à análise do discurso, dando conta das implicações que representa para essa análise a escolha do modo humorístico. Estou convicta de que alguns dos aspectos que aqui analisei poderão repercutir-se numa análise alargada a esse âmbito.

Ao nível discursivo, o humor verbal acentua o carácter dialógico e interactivo que toda a troca linguística comporta. O discurso humorístico é, regra geral, aceite pela comunidade dos falantes que reconhecem no humor uma função discursiva relevante.

Funcionando como estratégia de arranque, de fim de discurso ou ainda como *nuance* modificadora na passagem das trocas verbais, poderá atribuir-se ao humor uma função global de “lubrificante” da complexa engrenagem discursiva.

Com efeito, na comunicação face a face, o humor pode ser usado quer como estratégia de sedução, quer como elemento potencializador da adesão que o locutor deseja desencadear no interlocutor, quer ainda como estratégia de reparação, na obtenção do consenso, em situações sociais de tensão ou de conflito.

O discurso humorístico é, por definição, o discurso da ambiguidade. Esta característica cauciona a construção de várias interpretações e autoriza o locutor a *descomprometer-se* do seu próprio discurso, sem risco de “perder a face”. A adopção da tática humorística como forma de sondar a reacção do interlocutor ou como tentativa de reparação de uma situação que tende a tornar-se socialmente desagradável, permite que o locutor deixe de *assumir*

por inteiro o seu discurso, projectando nele uma inequívoca ambivalência. Com efeito, o locutor poderá sempre invocar que “não estava a falar a sério”. A expressão “*É a brincar!*” com que remata o discurso transgressor ou ofensivo, permite-lhe desculpabilizar-se socialmente, fazendo validar a atitude humorística.

Pelo fraco índice de investimento que acarreta para o locutor, o humor pode ser encarado como instrumento de prevenção de potenciais comportamentos não aceites socialmente, neutralizando ou evitando as cargas emocionalmente negativas que deles advenham. Mais uma vez a característica de ambiguidade actua tacticamente a favor da salvaguarda da face do locutor, uma vez que lhe possibilita negociar com o interlocutor o nível de informação factual que o discurso encerra e o nível de conteúdo lúdico que nele se manifesta.

Mas, para lá de todas estas funções discursivas, é sobretudo como um excelente veículo de aproximação entre os falantes que o humor funciona no quadro da comunicação.

A emergência do sujeito humorístico revela-se no repto que lança ao destinatário, convidando-o a procurar no encadeamento dos elementos postos e pressupostos, uma ruptura equívoca. Humorizar é estabelecer uma fronteira entre o que se diz e o que não se diz, entre o que se mostra e o que se esconde, mas é também estabelecer uma ponte em que as palavras funcionam como lugar de passagem para um “outro lado” em que o sentido se revela. O trabalho de reconstituição operado obrigatoriamente pelo interlocutor é o correlato desse repto com que o locutor o convida a fabricar de novo o

enunciado, a especular sobre a intencionalidade, a antecipar o paradoxo, numa palavra, a refazer o explícito a partir do implícito.

Entre o dito e o não dito, um sentido se produz, que ao mesmo tempo se esconde e se designa. Entre a funcionalidade normativa e a disfuncionalidade desviante, tecem-se as malhas de um diálogo interactivo em que se entrelaçam transgressão e cooperação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARMENGAUD, Françoise

1985 - *La Pragmatique*, P.U.F., Paris.

ASSOUN, Paul-Laurent

1992 - 'L'inconscient humoriste' in *Autrement- L'Humour un État d'Esprit*, Série Mutatios n°131, pp. 51-68.

ATTARDO, Salvatore

1994 - *Linguistics Theories of Humor*, Mouton de Gruyter, Berlin - New York.

AUSTIN, J.-L.

(1962), 1970 - *How to do things with words*, Oxford University Press, Oxford; tradução francesa *Quand dire c'est faire*, Seuil, Paris.

BAADERWIJK, J. et al.

1988 - "Astérix chez les Batave: le jeu de mots est-il vraiment intraduisible?" in *Contrastes* n° 16, pp. 29-48.

BAHKTINE, Mikkaïl

1970 - *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*; tradução francesa, Gallimard, Paris.

BENAYOUN, Robert

(1977), 1984 - *Les dingues du nonsense de Lewis Carroll à Woody Allen*, Balland, Paris.

BENVENISTE, Émile

1966 - *Problèmes de Linguistique Générale*, I, Gallimard, Paris.

1974 - *Problèmes de Linguistique Générale*, II, Gallimard, Paris.

BERGSON, Henri

(1940), 1988 - *Le rire. Essai sur la signification du comique*, Quadrige / P.U.F., Paris.

BERTRAND, Denis

1991 - "Ironie et Humour: le discours renversant" in *Humoresques* n° 4, pp. 27-41.

BERRENDONNER, Alain

1981 - *Eléments de Pragmatique Linguistique*, Ed. de Minuit, Paris.

BORCH-JACOBSEN, M.

1988 - "Bataille et le rire de l'être" in *Critique* n° 488-489, XLIV,

BOURQUIN, G.

1990 - "L'humour de la langue ou le double jeu de l'humour, du langage et du savoir", in *Humoresques* n° 2, pp. 35-46.

BROWN, P. e LEVINSON, S.

(1978), 1987 - *Politeness, Some Universals in Language Usage*, Cambridge University Press, Cambridge.

CALVET, Louis-Jean

1980 - "Rire en français, parler français" in *Le Français dans le Monde* n° 151, Hachette, Paris.

1990 - "Dry? Nein, Zwei ou interférez, interférez, vous communiquerez toujours quelque chose", in *Humoresques* n° 2 pp. 103-108.

CHARAUDEAU, Patrick

1972 - "Quelques procédés linguistiques de l'humour" in *Langues Modernes* n°3, pp. 63-73.

COSTA, Maria Henriqueta Campos e XAVIER, Maria Francisca (coord.)

1991 - *Sintaxe e Semântica do Português*, Universidade Aberta, Lisboa.

CULIOLI, Antoine

1987- "Un point de vue énonciatif sur la traduction" in *Le Français dans le Monde*, n° spécial avril-sept., pp.4-10.

1990 - *Pour une Linguistique de l'Énonciation*, Orphrys, Paris.

DOLITSKY, Marlene

1983 - "Humor and the unsaid", in *Journal of Pragmatics*, vol. 7, n°1, pp. 39-48.

DUCROT, Oswald

(1972), 1980 - *Dire et ne pas dire*, Hermann, Paris, 2^a ed. revista e aumentada.

1979 - "Les lois du discours" in *Langue Française*, n° 42, Larousse, Paris.

1984 - *Les mots du discours*, Minuit, Paris.

1984 - *Le dire et le dit*, Minuit, Paris.

DUCROT, O. e TODOROV, T.

1972 - *Dictionnaire encyclopédique des Sciences du Langage*, Seuil, Paris.

DUCROT et al.

1980 - *Les mots du discours*, Ed. de Minuit, Paris.

DUVIGNAUD, Jean

1985 - *Le propre de l'homme: histoire du comique et de la dérision*,
Hachette, Paris.

ESCARPIT, Robert

1960 - *L'humour*, P.U.F., Paris.

FONAGY, Ivan

1985 - "He is only joking (joke, metaphor and language development)" in
Contrastes n/s A 5, pp. 9-25.

FONSECA, Fernanda Irene

1985 - "Deixis et anaphore temporelle en portugais" in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, Porto, vol.II. pp. 277-292 (agora também em Fonseca, F.I., 1994).

1987 - "Ensino da Língua materna: do objecto aos objectivos" in *Língua Materna, Percursos*, ESE, Porto, pp. 21-29 (agora também em Fonseca, F.I., 1994).

1990 - "Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção" in *Actas, VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, pp. 331-356 (agora também em Fonseca, F.I., 1994).

1992 - *Deixis, Tempo e Narração*, Fundação Engº António de Almeida, Porto.

1994 - *Gramática e Pragmática Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto Editora, Porto.

FONSECA, Joaquim

1992 - *Linguística e Texto / Discurso Teoria, Descrição, Aplicação*, ICALP - M.E. , Lisboa.

1993 - *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto-Editora, Porto.

FREUD, S.

(1905), (1928), 1985 - *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, Gallimard, Paris.

GALISSON, Robert

1987 - "Les mots-valise et les dictionnaires de parodie comme moyen de perfectionnement en langue et culture française" in *Études de Linguistique Appliquée*, n° 67, Didier Érudition, Paris.

GENTILHOMME, Y.

1991 - "Humour lexical dans les sciences, prospection liminaire" in *Humoresques* n° 2 pp. 13-33.

GREIMAS, A.J. e COURTÈS, J.

1979 - *Sémiotique, Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Hachette, Paris

GRICE, Paul

1975 - "Logic and Conversation" in *Syntax & Semantics 3: speech acts* (Cole & Morgan ed.), Academic Press, New-York.

1978 - "Further Notes in Logic and Conversation" in *Syntax & Semantics 9: speech acts* (Cole & Morgan ed.), Academic Press, New-York.

GROJNOWSKI, Daniel

1990 - "Le rire "moderne" à la fin du XIX siècle" in *Poétique* n° 84, pp. 453-469.

GUIRAUD, Pierre

1976 - *Les jeux de mots*, P.U.F., Paris.

1980 - "Typologie des jeux de mots", in *Le Français dans le Monde*, n° 151, Hachette, Paris.

HAGÈGE, Claude

1985 - *L'Homme de Paroles, Contribution Linguistique aux Sciences Humaines* Fayard, Paris.

HARVERKATE, H.

1985 - "La ironia verbal: un análisis pragmalingüístico" in *Revista Española de lingüística*, pp 342-392.

HUTCHEON, Linda

1979 - "Ironie, Satire, Parodie - une approche pragmatique de l'ironie" in *Poétique* n°41, pp 140-155.

JAKOBSON, Roman

1963 - *Essais de Linguistique Générale*, Minuit, Paris.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir

1950 - *L'Ironie ou la Bonne Conscience*, P.U.F., Paris.

(1978), 1992 - "Le vagabond humour" in *Autrement- L'humour un État d'Esprit*, Série Mutations n° 131, pp.221-225.

- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine
 1980 - *L'Énonciation; de la subjectivité dans le langage*, Colin, Paris.
 1980 - *L'Implicite*, Colin, Paris.
 1994 - "Rhétorique et Pragmatique: les figures revisitées" in *Langue Française* n° 101, pp. 57-71.
- KOESTLER, Arthur
 1964 - *The art of creation* Hutchinson, London.
- KOREN, Roselyne
 1991 - "Comique, linguistique et pragmatique: quand dire c'est faire... rire", in *Humoresques* n° 2, pp. 47-56.
- LAROCHE-BOUVY, D.
 1991 - "Exploration et transgression: 2 fonctions de l'incongru langagier" in *Humoresques* n° 2, pp. 93-101.
- LIGOT, Marie-Thérèse
 1980 - "Ellipse et présupposition" in *Poétique* n° 44, pp. 422-436.
- LIPOVETSKY, Gilles
 1989 - *A Era do Vazio ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, tradução portuguesa, Relógio de Água, Lisboa.
- LOPES, Óscar
 1986 - "A porta mágica de Haroldo Maranhão. Como eu gosto deste livro." In *Uma Arte de Música e outros ensaios*, Oficina Musical, Porto.
 1995 - "Pêndulo, Oscilação, Vibração" in *A Busca de Sentido*, Caminho, Lisboa.
- MACHADO, A. Guerreiro
 1993 - *Anedotas Contribuição para um estudo*, ERL Lda, Lisboa.
 1995 - *Livro de Anedotas*, Colibri, Lisboa.
- MARTINEAU, W. H.
 1972 - "A model of social functions of humor", in J. H. GOLDSTEIN e P. E. Mc GHEE (ed.), *The psychology of humor - Theoretical Perspectives and Empirical Issues*, Academic Press, New-York.
- MILNER, Judith
 1976 - "Langage et langue - ou: de quoi rient les locuteurs?" in *Change* n° 29, pp. 185-199.
 1977 - "Frontières de langue: de quoi rient les locuteurs? (II)", in *Change* n° 32/33, pp. 131-162.

- MOESCHLER, Jacques e REBOUL, Anne
1994 - *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Seuil, Paris.
- MORIN, Violette
1966 - "L'histoire drôle", in *Communications* n° 8, pp. 102-119.
- NORRICK, Neal
1994 - "Involvement and joking in conversation", in *Journal of Pragmatics*, n°22, pp. 409-430.
- OLBRECHTS-TYTECA, Lucie
1974 - *Le comique du Discours*, Université de Bruxelles, Bruxelles.
- PAGNOL, Marcel
1990 - *Notes sur le rire*, Fallois, Paris.
- PALMER, Jerry
1994 - *Taking humour seriously*, Routledge, London and New York.
- PRANDI, Michele
1992 - *Grammaire Philosophique des Tropes*, Minuit, Paris.
- REBOUL, Olivier
1984 - *La Rhétorique*, P.U.F., Paris.
- RECANATI, François
1979 - *La transparence et l'énonciation; pour introduire à la pragmatique*, Seuil, Paris.
- RENÉ, Louis
1992 - "En un tournemain, le tour des mots" in *Autrement - L'Humour un état d'esprit*, Série Mutations n° 131, pp. 69-79.
- REYES, Graciela
1984 - *Polifonia textual*, Ed. Gredos, Madrid.
1992 - "Lo serio, lo irónico y la búsqueda de l'interlocutor", separata de *Voz y Letra, Revista de Filología*, Arco/Libros, S.A.
- SAREIL, Jean
1984 - *l'écriture comique*, P.U.F., Paris.
- SAUVY, Alfred
1988 - *Aux sources de l'humour*, Odile Jacob, Paris.

SEARLE, John

1969 - *Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge.

1979 - *Expression and Meaning*, Cambridge University Press, Cambridge.

SEPHIHA, H. V.

1985 - "Messages, transmissions, traductions et humour" in *Contrastes* n/s A5, pp. 69-77.

SMADJA, E.

1993 - *Le rire*, P.U.F., Paris.

SPERBER, D. e WILSON, Deidre

1979 - "Remarques sur l'interprétation des énoncés selon Paul Grice" in *Communications* n° 30, pp. 80-94.

1981 - "Irony and the use use-mention distinction" in Peter Cole ed. *Radical Pragmatics*, pp. 295-318, Academic Press, New-York.

TODOROV, Tzevetan

1977 - *Théories du Symbole*, Seuil Paris.

YAGUELLO, Marina

1981 - *Alice au pays du langage*, Seuil, Paris

ZAIDMAN, A.

1995 - "Humorous face-threatening acts: Humor as strategy", in *Journal of Pragmatics*, vol. 23, n° 3, pp. 325-339.

ZIV, A.

1979 - *L'humour en éducation*, E.S.F., Paris.

ZIV, A. e DEM, J. M.

1987 - *Le sens de l'humour*, Dunod, Paris.

